

NOVOS RUMOS

EDIÇÃO PARA SÃO PAULO

Rio de Janeiro, semana de 14 a 20 de outubro de 1960

Nº 85

OC1.2
ANO II LR FILE COPY,
PLEASE RETURN

Diretor Executivo — Orlando Bomfim Jr.

Diretor — Mário Alves

Redator-Chefe — Fragman Borges

PRESTES APRESENTA

A Posição Dos Comunistas Ante o Resultado do Pleito

Vitória de Jânio: Sobem ao Poder as Forças Políticas Mais Reacionárias

Luiz Carlos Prestes distribuiu ontem à imprensa a Nota que a seguir transcrevemos, na qual apresenta a posição dos comunistas diante dos resultados conhecidos das eleições:

NÃO DISPONEMOS ainda de informações suficientes para formular uma opinião definitiva sobre os resultados do pleito de 3 de outubro. A análise aprofundada desses resultados em todo o país deverá ser feita, mas queremos desde logo, diante dos resultados já conhecidos, definir nossa posição, já que as eleições presidenciais constituíram acontecimento dos mais importantes na grande batalha que se trava em nosso país pela completa emancipação nacional, pelo progresso e a democracia.

LUTAMOS pela vitória nas urnas da chapa Lott-Jango. Foi uma posição justa, porque só em torno do nome do marechal Teixeira Lott era possível congregar as forças nacionalistas e democráticas já conscientes da necessidade de derrotar nas urnas as forças reacionárias, comprometidas com o golpe de 24 de agosto e a tentativa golpista de 11 de novembro, que sustentavam desde o início a candidatura de sr. Jânio Quadros. Com a candidatura do marechal Teixeira Lott não foi possível aos reacionários impedir que a campanha eleitoral se desenvolvesse abertamente como uma luta entre nacionalistas e entreguistas. Foi, assim, consideravelmente reforçado o movimento nacionalista em todo o país e novas camadas populares foram alcançadas pela propaganda nacionalista, tomando conhecimento da necessidade da luta contra os monopólios norte-americanos que espoliam o nosso povo. Nesse sentido foi da maior importância a atividade dos comunistas que se lançaram com empenho na campanha eleitoral, difundindo amplamente a plataforma nacionalista e democrática.

NÃO FOI possível, no entanto, ganhar para a chapa nacionalista a maioria do eleitorado que votou enganado pela demagogia do sr. Jânio Quadros. Sentindo diretamente as terríveis consequências da inflação e da carestia, milhões de brasileiros quiseram votar contra os governos federal e de alguns Estados, sem compreender que votavam em seus piores inimigos, como a plutocracia paulista e os demais entreguistas que estão por trás do sr. Jânio

Milhões Votaram em Jânio Enganados: Pensando em Mudanças Radicais no País

Quadros. Para isto muito contribuiu a máquina de propaganda nas mãos dos grupos econômicos mais poderosos e toda a grande imprensa que há anos faz a propaganda de Jânio. Outro fator que também concorreu para a derrota da chapa nacionalista foi a posição já agora suficientemente clara de amplos setores de direita dos partidos situacionistas. Candidato nacionalista, desvinculado de negociatas e não querendo entrar em acordos eleitorais, o marechal Lott tinha sua candidatura repudiada pelos grupos econômicos mais poderosos e, portanto, pelos políticos que os seguem. Finalmente, a candidatura do sr. Ademar de Barros também teve a sua razão de ser. Como já declarou após o pleito o próprio sr. Ademar, com a derrota de Lott sua tarefa estava realizada.

PENSAMOS, pois, ser indispensável que fique bem claro para o povo que com a vitória nas urnas do sr. Jânio Quadros sobem ao poder as forças políticas mais reacionárias — os partidários da entrega do petróleo brasileiro à Standard Oil, os que em nome do combate à inflação pregam a reforma cambial segundo as exigências do Fundo Monetário Internacional e, portanto, a paralisação do desenvolvimento da indústria nacional; a crescente exploração dos trabalhadores e a demissão em massa do funcionalismo público. É evidente que só a tentativa de aplicação de semelhante plataforma exigirá restrições drásticas às liberdades democráticas e a liquidação das conquistas dos trabalhadores. Não por acaso, o sr. Jânio Quadros manifesta-se partidário da pluralidade sindical e ameaça rever a legislação trabalhista, segundo as exigências da embaixada dos Estados Unidos. A ameaça de um governo reacionário existe. Mas, de outro lado, não podemos esquecer que, ao votar no sr. Jânio Quadros, milhões de brasileiros pensavam em mudanças radicais na situação do país, desejavam medidas concretas contra a carestia, elevação do salário real, respeito às conquistas trabalhistas, especialmente no terreno da previdência social, além do estabelecimento de relações diplomáticas com a União Soviética, legalidade para o Partido Comunista e outras das muitas promessas feitas pela propaganda janiista.

NESTAS condições, cabe aos nacionalistas e, em particular, aos comunistas, saber interpretar os

Orientação e Composição do Governo Irão Depender da Ação Das Massas

sentimentos das grandes massas que votaram no sr. Jânio Quadros, unindo-as aos milhões de eleitores que votaram em Lott na ação comum por seus interesses e pelo progresso do país. Da ação de massas dependerá em grande parte a orientação do futuro governo e mesmo sua composição. O sr. Jânio e as forças reacionárias a que serve não poderão desconhecer a vontade das massas.

O CLAMOR popular expresso nas urnas não poderá deixar de ser ouvido. É necessário, pois, desde já, ainda sob o atual governo, lutar por conseguir a satisfação de reivindicações mais imediatas e inadiáveis, como o aumento do salário mínimo, o aumento geral de salários e medidas práticas contra a carestia. É necessário intensificar junto ao Parlamento a luta pela aprovação de uma série de medidas, como a anistia para os crimes políticos, inclusive para o camponês Joffre Correia Neto, condenado pela justiça de São Paulo, a revogação da Lei de Segurança, a revogação do artigo 58 da Lei Eleitoral, a modificação do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a aprovação da Lei de inquilinato, etc. O povo brasileiro deve exigir do sr. Kubitschek a "medida" restabelecimento de relações com a União Soviética, bem como modificação radical na posição do Itamarati frente ao governo revolucionário de Fidel Castro.

A FORÇA das massas, particularmente do movimento sindical e do movimento estudantil, dos militares patriotas e democratas que constituem a maioria das forças armadas, do funcionalismo público, do movimento camponês que espera a prometida reforma agrária, será capaz de impedir que se transformem em realidade ameaças reacionárias e medidas contrárias aos interesses nacionais. Nosso apelo aos trabalhadores é para que unam cada vez mais suas fileiras e não cedam na defesa da dignidade de seu nível de vida. Nosso apelo a todos os patriotas e democratas é para que se mantenham vigilantes em defesa dos interesses da Pátria, de suas riquezas como o petróleo, e que defendam com intransigência a democracia. O que o povo brasileiro reclama e conquistará é a completa emancipação do Brasil, base para o progresso do país e a felicidade de seu povo.

O MITO BB

De ROBERT LECHENE
exclusivo no Brasil para MR

TEXTO NA 3ª PÁG. DO 2º CADERNO



Furnas: Light quer tomar a energia de SP

APESAR de participar com apenas 7 por cento do capital da Central Elétrica de Furnas, a S. Paulo Light está exigindo do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de S. Paulo que lhe entregue a quota de energia produzida em Furnas, a que o Departamento tem direito, para que ela própria a distribua. Contra essa pretensão absurda, manifestou-se o engenheiro Prudente de Aquino, quando diretor do DAEE, posteriormente afastado do cargo pelo Sr. Carvalho Pinto. Texto na 2ª página do 2º caderno.

Lei do Inquilinato: campanha nacional pela prorrogação

SOBRE milhões de lares, em todo o País pesa nestes dias mais uma grave ameaça. A Lei do Inquilinato deverá expirar a 31 de dezembro próximo, e há forças poderosas que pressionam o Congresso no sentido de não ser prorrogada, como vem acontecendo há vários anos, sem interrupção. Se assim acontecer, os alugueis, liberados, subirão verticalmente, desaparecendo todas as garantias que ainda preservam os interesses dos inquilinos contra a especulação dos tubarões. Texto na 4ª página do 1º caderno.

Greve geral pelo novo salário mínimo

A LUTA pela revisão dos atuais níveis salariais entra em uma nova fase, e poderá culminar com uma greve geral nos Estados de São Paulo, Guanabara e Minas Gerais, nos primeiros dias de novembro, se até o 1º de outubro o Governo não tiver decretado o novo salário mínimo, na base da elevação do custo de vida nos últimos 21 meses, que em São Paulo foi de 75% e de 68,92% na Guanabara. Os trabalhadores têm concordado com uma solução de emergência, aceitando uma elevação salarial de 60%, se a medida for posta em prática a partir de 1º de outubro corrente, mas os empregadores cariocas negaram-se a aceitar esse acordo. Reportagem na 8ª página do 1º caderno.



Prestes
fala
à Imprensa

EM entrevista coletiva concedida à imprensa — 4ª feira, dia 12 — o líder comunista fez um balanço dos resultados da campanha eleitoral ora encerrada.

Paulista Não Pode Comer Carne Quilo do Contra-Filé Está a 180

(6ª pág. do 1º cad.)

Dois cadernos
14 páginas

5

CRUZEIROS

Bancários e Estivadores Paralisarão o Trabalho na 2a. Quinzena de Outubro

A segunda quinzena da corrente mês poderá ser iniciada sob o impacto de uma greve nacional de bancários e estivadores, que tendem a paralisar o trabalho em todo o país, num vigoroso movimento de protesto contra a proclamação que vem se verificando no atendimento das suas reivindicações.

Os bancários, liderados pela sua Confederação, a CONTEC, lutam por um reajustamento salarial na base de 50%, pela extinção do expediente aos sábados, fixação do salário mínimo profissional e continuação dos estudos para a elaboração do Contrato Coletivo de Trabalho.

Os estivadores, conduzidos pela sua Federação nacional, pleiteiam um aumento de 40%, nos salários e nas taxas; o direito de férias, que jamais gozaram; e a volta das Caixas de Acedentes de Santos e da Guanabara para a administração dos respectivos sindicatos da classe.

Numa nova assembleia, convocada para o próximo dia 13, às 18,30, no Automóvel Clube do Brasil, os bancários cariocas deflagrarão a greve na Guanabara, caso os banqueiros não aceitem as mínimas reivindicações dos seus empregados.

O rastilho

A greve dos bancários da Guanabara, se deflagrada, será o rastilho que se estenderá a todos os Estados, determinando a paralisação de todos os estabelecimentos de crédito do País. Essa previsão é feita pelos próprios ban-

queiros do interior, que começam a se dirigir a esta cidade, procurando demover os empregadores cariocas de sua posição de intransigência injustificável.

Os líderes sindicais bancários de todo o País, reunidos no dia 5 do corrente, na sede da CONTEC, resolveram promover assembleias gerais em todos os sindicatos, entre os dias 14 e 16 do corrente, para apreciarem os resultados da assembleia dos seus colegas cariocas. Tudo indica que, se for deflagrada a greve, os cariocas serão apoiados e seguidos pelos seus colegas de todos os Estados, cujos empregadores vêm pautando sua conduta

pela do Sindicato dos Bancos da Guanabara.

Os estivadores

Os estivadores, por outro lado, representados por líderes de 57 sindicatos que se reuniram na sede da Federação, decidiram a realização de assembleias a partir do dia 14, para a deflagração da greve, se até aquele dia não tiverem logrado êxito os entendimentos que vêm mantendo com os Ministérios da Viação e do Trabalho.

Ambas as corporações vêm recebendo manifestações de apoio de entidades sindicais de todo o País.



Preparam a greve

Inconformados com o adiamento que os banqueiros vêm impondo ao atendimento de suas reivindicações, os bancários da Guanabara deverão entrar em greve. A mesma medida é preconizada pelos estivadores.

A Nova Estrutura Administrativa Dos Institutos

Com a publicação dos itens referentes a nova estrutura administrativa dos Institutos de Aposentadoria e Pensões concluímos, neste número a apresentação do resumo da Lei Orgânica da Previdência Social, elaborado pelo Departamento de Previdência da CONTEC.

Nova estrutura administrativa

«O sistema da Previdência Social passou a ser constituído dos Órgãos seguintes, subordinados ao Ministério do Trabalho Indústria e Comércio:

- Departamento Nacional da Previdência Social — DNPS
- Conselho Superior da Previdência Social — CSPS
- Serviço Atuarial — S. At.
- Institutos de Aposentadoria e Pensões — IAPs
- Serviço de Alimentação da Previdência Social — SAPS

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL — Órgão incumbido do planejamento, orientação, coordenação e controle, em todo o território nacional, da administração da previdência social e da expedição de normas gerais na aplicação das leis e regulamentos específicos da previdência.

Será dirigido por um Conselho Diretor composto de 6 membros, sendo

2 nomeados pelo Presidente da República, 2 representantes dos segurados e 2 representantes das empresas, com mandato de 4 anos. O diretor Geral será eleito anualmente entre seus membros.

CONSELHO SUPERIOR DA PREVIDÊNCIA SOCIAL — Órgão encarregado do julgamento dos recursos interpostos das decisões das Juntas de Julgamento e Revisão dos IAPs, (JJR) bem como das revisões de benefícios, promovidas pelo DNPS.

Este Conselho será constituído de 10 membros, sendo 4 designados pelo Presidente da República, 3 representantes de segurados e 3 representantes das empresas, todos com mandatos de 4 anos. O CSPS dividirá-se em três turmas, de 3 membros cada uma, assegurada a igualdade de representação, cabendo a presidência a um dos seus membros por eleição anual. O Presidente do CSPS (Conselho Pleno) será eleito anualmente dentre os representantes do Governo.

SERVIÇO ATUARIAL — Órgão encarregado da realização de pesquisas estatísticas de interesse atuarial pelas instituições de previdência social, estudos dos orçamentos e expedição de normas para as avaliações atuariais dos Institutos.

Será constituído de 4 representantes do Conselho Atuarial e do representante do Instituto de Resseguro do Brasil (IRB), um atuariário do IRB, 3 atuariários do IAP e um atuariário do IPASE.

Os representantes classistas nos órgãos acima — DNPS e CSPS e no SAPS — serão eleitos por Delegados Eleitores escolhidos pelos Conselhos de Representantes das Confederações, Federações Nacionais não confederadas, bem como pela Assembleia Geral dos Sindicatos Nacionais, na proporção de 3 delegados eleitores para as Confederações, dois para as Federações e um para os Sindicatos Nacionais.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES — Órgãos incumbidos da prestação dos benefícios estabelecidos na Lei Orgânica aos seus segurados e dependentes destes, assim como da arrecadação das contribuições destinadas ao respectivo custeio. Serão dirigidos por um Conselho Administrativo (CA) sob a fiscalização direta de um Conselho Fiscal. Em cada Delegação do IAP, haverá uma Junta de Julgamento e Revisão (JJR).

CONSELHOS ADMINISTRATIVOS — serão constituídos de 6 membros para os IAP de mais de um milhão de segurados (IAPI e IAPC) e de 3 membros para os demais (IAPB, IAPETC,

IAPM e IAPFESP), com representação paritária do Governo, segurados e empresas, todos com mandatos de 4 anos. O Presidente da instituição, que presidirá o CA, será eleito, anualmente, entre seus membros.

CONSELHOS FISCAIS — Serão constituídos de 6 membros, sendo dois representantes do Governo, dois representantes dos segurados e dois representantes das empresas. Os presidentes dos CF, serão eleitos, anualmente, entre seus membros que terão mandatos de 4 anos.

JUNTAS DE JULGAMENTO E REVISÃO — Serão constituídas de dois membros, representantes dos segurados e das empresas, presididas pelos Delegados Regionais. Os membros classistas terão mandatos de 2 anos.

Os representantes classistas nos órgãos acima (CA, CF e JJR) serão eleitos pelos Sindicatos das Categorias Profissionais e Econômicas vinculadas ao Instituto e, na falta destes, por associações de classe devidamente registradas e vinculadas a Instituição.

SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL — Será administrado por um Conselho Administrativo, sob a fiscalização direta de um Conselho Fiscal. O CA e CF, serão constituídos de 3 membros cada um, sendo um designado pelo Presidente da República, outro representante dos segurados e um terceiro das Empresas, todos com mandatos de 4 anos.

As Instituições de Previdência Social deverão organizar os seus serviços em regime de descentralização, de modo a que fique assegurada em todo o território Nacional a pronta e efetiva concessão dos benefícios a seu cargo.

Contribuição da União

A contribuição da União continuará a ser igual a dos empregadores e empregados (mantida em 8%), destinando-se todavia a custear o pagamento do pessoal das Instituições e as despesas administrativas, bem como a co-

brir as insuficiências financeiras ou os déficits técnicos verificados nos Institutos de Previdência.

O artigo 145 determina a consolidação da dívida da União (inclusive juros de 5% aa.) e a sua liquidação por meio de uma emissão de apólices da Dívida Pública Federal, inalienáveis e com juros de 5% aa. A Dívida será amortizada em parcelas anuais de 1 bilhão de cruzeiros.

Outras fontes de receita

Passarão, ainda, a constituir fonte de receita das instituições de previdência:

- a) 5% sobre imposto adicional de renda das pessoas jurídicas a que se refere a Lei 2.862, de 4 de setembro de 1956;
- b) 5% sobre a emissão de bilhetes da Loteria Federal;
- c) 5% sobre o movimento global de apostas em prados de corrida.

A taxa de contribuição ficou definitivamente fixada no máximo de 8% e sua incidência elevada para até 5 vezes o maior salário mínimo em vigor no País. Dessa forma, o valor dos benefícios a serem pagos pelos Institutos alcançarão o mesmo limite (5 vezes o maior salário mínimo) melhor amparando uma parcela de trabalhadores que tem seus salários, hoje, superiores a 18 mil cruzeiros.

Finalmente, a lei veio disciplinar o grave problema dos funcionários dos Institutos requisitados para as outras entidades, uma vez que determina correr por conta da entidade requisitante o pagamento dos vencimentos do funcionário requisitado. Assim, não mais terão os Institutos que arcam com elevadas despesas de vencimentos de funcionários postos a disposição de outros órgãos, na maioria das vezes para não trabalharem.

Greve articulada

Embora estejam com o movimento grevista plenamente articulado, ambas as corporações continuam evidenciando todos os esforços para encontrar uma solução conciliatória, capaz de atender às reivindicações mínimas de suas respectivas categorias profissionais, e de evitar a paralisação dos trabalhos, que afetaria dois ramos fundamentais da vida econômica nacional: o setor de crédito e o de transporte de mercadorias por via marítima.

Os bancários cariocas chegaram a aceitar a proposta conciliatória do Presidente do TRT, que lhes concede um aumento salarial de 35% com um mínimo de 3 mil cruzeiros, a partir de 1º de setembro; aumento proporcional para os empregados com menos de um ano de casa; e a continuação dos estudos para o Contrato Coletivo de Trabalho. Mas os banqueiros rejeitaram essa proposta.

Os entendimentos, que haviam sido interrompidos em virtude da intransigência patronal, foram reabertos na semana passada, por interferência direta do Ministério do Trabalho, através do Diretor do DNT.

INSTRUÇÕES PARA AS ELEIÇÕES NOS IAPs

Assembleias Sindicais em Todo o País no Mês de Outubro

O Ministro do Trabalho, Sr. Batista Ramos, baixou a Portaria nº 217 de 6-10-60, que dá instruções para a realização das eleições dos representantes dos empregados e dos empregadores junto aos órgãos colegiados dos IAPs.

A Portaria determina que as eleições para o Conselho Superior da Pre-

vidência Social, Conselho Diretor do Departamento Nacional de Previdência Social, Conselho Fiscal e Conselho Administrativo do SAPS e Conselho Fiscal do SAMDU sejam realizadas no dia 26 de outubro, no Palácio do Trabalho, no Rio de Janeiro.

Todos os candidatos a Delegado eleitor para os órgãos acima mencio-

nados terão de se inscrever entre os dias 16 e 23 de outubro. A eleição do Delegado-eleitor será no dia 25 do corrente pelos Conselhos de Representantes das Confederações e das Federações não confederadas e das Assembleias dos Sindicatos Nacionais não federados que elegerão, na proporção de 3, 2 e 1, respectivamente, o colégio eleitoral que irá eleger os membros dos Conselhos.

Todos os sindicalizados que preencham as condições exigidas para o mandato sindical poderão inscrever-se como candidatos a Delegado-eleitor para a eleição dos membros dos Conselhos.

Os Delegados-eleitores, representantes de empregados e de empregadores, reunidos no dia 26, separadamente, elegerão: a) três membros efetivos para o CSPS; b) dois membros efetivos para o Conselho Diretor do DNPS; c) um membro efetivo para os Conselhos Administrativo e Fiscal do SAPS; d) um membro efetivo para o Conselho Fiscal do SAMDU.

SAMDU. Inscrição

A inscrição dos candidatos a Delegado-eleitor será requerida ao Presidente da entidade em petição, nos termos do modelo estabelecido pela Portaria Ministerial, em três vias. O prazo para inscrição do candidato a Delegado-eleitor correrá por oito dias consecutivos a contar do dia seguinte ao da publicação do edital.

Eleições para as JJR

As eleições dos representantes de empregados e de empregadores para as Juntas de Julgamento e Revisão, que funcionarão nas Delegacias Regionais, serão realizadas no dia 4 de novembro de 1960. Os candidatos a Delegado-eleitor poderão se inscrever entre os dias 16 e 24 de outubro corrente. A eleição para Delegado-eleitor será feita até o dia 28 de outubro.

Os Delegados-eleitores para a escolha dos representantes as JJR serão eleitos diretamente pelas assembleias sindicais. Nesse sentido, todos os Sindicatos do Brasil deverão realizar as suas assembleias até o dia 28 do corrente. A assembleia geral de cada sindicato elegerá 1 (um) Delegado-eleitor dentre aqueles que se inscreveram.

Os Delegados-eleitores reunir-se-ão no dia 4 de novembro de 1960, na Capital do Estado, para elegerem os membros das JJR e respectivos suplentes. As eleições serão supervisionadas pelos Delegados Regionais do Trabalho.

Eleições para a IAPFESP

As eleições para o Conselho de Administração e Conselhos Fiscais da IAPFESP serão realizadas juntamente com as dos JJR, e de acordo com as mesmas instruções, feita a apuração pelo DNPS, consoante a soma das votações parciais de cada Assembleia Estadual.

A época será a mesma que a programada para as dos JJR dos outros IAPs, ou seja, escolha dos Delegados-eleitores pelos sindicatos ou associações de classe, quando não houver aqueles, até 28 de outubro; e escolha dos membros dos Conselhos no dia 4 de novembro.

As eleições para o CA e o CF do IAPFESP serão realizadas já pelo novo sistema estabelecido na Lei Orgânica da Previdência Social, em virtude de estarem extintos os mandatos dos membros do Conselho Deliberativo da antiga CAP, não sendo possível, desse modo, constituírem-se aqueles Conselhos pela forma prevista no art. 139 e seu parágrafo 1º da Lei, como para os demais IAPs.

Eleições dos suplentes

Pela mesma forma das eleições dos membros dos JJR serão realizadas, dentro de 120 dias, as eleições para membros suplentes dos Conselhos Fiscais e dos Conselhos de Administração dos IAPs.

Os Conselhos Administrativos

Entre os dias 15 e 25 de outubro reunir-se-ão os membros de cada Conselho Fiscal dos IAPs para, dentre eles, elegerem os membros do respectivo Conselho de Administração. Terminada a eleição, o Presidente do Conselho Fiscal comunicará ao Ministro do Trabalho os nomes dos que vão constituir o CA e dos que, pelo fato de não terem sido eleitos, ficarão no Conselho Fiscal.

Defende Teu Direito

RIGOR EXCESSIVO. — A colocação de empregado estável em situação de absoluta inatividade perante colegas seus no estabelecimento em que trabalha, configura o tratamento excessivamente rigoroso, a que se refere o art. 483, b, da Consolidação das Leis do Trabalho, dando motivo à rescisão contratual, com o pagamento das indenizações legais. Ac. TRT, 2ª Reg. (Proc. 463/57), Relator Nebrídio Negreiros.

Se a Junta reconheceu provada a falta, não podia, sem ingerência indebita no poder de comando da empresa, mandar reduzir a penalidade, sob o fundamento de que esta agira com excessivo rigor. Ac. TST (Proc. 8.046/48), Relator Astolfo Serra.

A transferência ilícita do empregado estável, quando corroborada por outros fatos que caracterizam o "rigor excessivo" da empresa, constitui legítimo fundamento para que aquele denuncie o contrato de trabalho, devendo ser-lhe assegurado o pagamento da indenização em dobro. Ac. TST (Proc. 2.803/52), Relator Waldemar Marques.

SALÁRIO. — Enquanto o empregado está à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens, faz jus ao salário contratado, se em contrário nada se ajustou. Ac. TRT, 1ª Região (Proc. 583/58), Relator Pires Chaves.

São devidos os salários contratados, quando a empresa não se extingue, mantendo o empregado à sua disposição, sujeitando-o, regularmente, à assinatura de ponto. Ac. TRT, 1ª Região (Proc. 521/58), Relator Pires Chaves.

Se o empregador, por motivo de força maior, se vir na impossibilidade de exigir dos empregados a prestação do serviço, não estará ele obrigado ao pagamento de salários dos dias não trabalhados. Ac. TRT, 1ª Região (Proc. 415/58), Relator Mário Pereira.

A alegação de dificuldades econômicas não desobriga o empregador de pagar aumento salarial decretado em dissídio coletivo. Ac. TRT, 1ª Região (Proc. 1.392/56), Relator Pires Chaves.

O empregador é responsável pelo pagamento de salários nos dias em que resolve não dar serviço aos empregados. Ac. TST, 3ª Turma (Proc. 283/57), Relator Tostes Malta.

Repetidos atrasos no pagamento dos salários devidos ao empregado, dão a este o direito de se considerar despedido e reclamar as indenizações legais. Ac. TRT, 1ª Região (Proc. 363/58), Relator Celso Lana.

De acordo com a lei, os salários são pagos mediante recibo. E, portanto, somente através de recibos devem ser provados os seus pagamentos. Se analfabeto o empregado, no recibo deverá ser aposta a sua impressão digital e subscrito por duas testemunhas. Ac. TRT, 2ª Região (Proc. 768/57), Relator Décio Leite.

Tem direito o empregado aos salários das horas ou dias em que faltou ao serviço para comparecer, como reclamante, à Justiça do Trabalho, desde que comprove ter vencido a reclamação formulada. Ac. TST, 3ª Turma (Proc. 842/58), Relator Hildebrando Bisaglia.

Os empregados "reservas", contratados para substituir os servidores efetivos quando estes faltam, só têm direito às horas efetivamente trabalhadas. Ac. TRT, 1ª Região (Proc. 601/57), Relator Homero Prates.

Decide acertadamente a sentença que entende que cabe ao empregador o risco do negócio, cumprindo-lhe pagar ao empregado os salários dos dias em que não houve trabalho devido ao mau tempo. Ac. TST, 3ª Turma (Proc. 982/57), Relator Tostes Malta.

Dá exata aplicação à lei a decisão que manda pagar o tempo durante o qual o empregado aguarda, além da hora de serviço, o pagamento de seu salário. Pois, interrompendo seu descanso para submeter-se a essa espera, o empregado encontra-se à disposição do empregador, embora sem trabalho. Ac. TST, 3ª Turma (Proc. 1.464/57), Relator Hildebrando Bisaglia.

B. Colheiros Bomfim

Nota Sindical

Resposta Dos Metalúrgicos ao Presidente da CNTI

O Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do Estado da Guanabara promoveu uma assembleia específica, no dia 30 de setembro passado, para submeter a apreciação dos seus associados a carta-circular nº 9, de 6/9/60, que a CNTI enviou a todos os Sindicatos a ela filiados. Não tomamos conhecimento do texto dessa circular, mas sabemos que a ela foi juntada a "mensagem" e Programa de Orientação das Entidades Sindicais Democráticas aos Trabalhadores do Brasil". Essa "mensagem" já foi objeto de um nosso comentário em edição anterior de NR, e não pretendemos voltar a falar sobre ela.

O que fazemos hoje é abrir espaço, em nossa coluna, para alguns trechos da resposta que Benedito Cerqueira, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, enviou, depois da assembleia, ao Sr. Deoclécio de Holanda Cavalcanti, presidente da CNTI. Cerqueira, um dos mais prestigiosos líderes operários do Estado da Guanabara, após repelir as "acusações injustas e as provocações contra o III Congresso Sindical", contidas na referida circular, salienta:

"É incrível que justamente agora, quando o mundo sindical de nossa terra solda com tanto sacrifício as suas bases, os seus fundamentos, cimentando a sua unidade e traçando rumos certos à sua existência, venha V. S. procurar solapar, destruir este espírito de brasilidade, de nacionalismo, de vigor cívico e de esperança em melhores dias para o proletariado de nossa Pátria."

"As acusações associadas contra o III Congresso e, conseqüentemente, contra a Delegação Metalúrgica que endossou as resoluções do referido conclave, continua Cerqueira, obrigaram essa Diretoria a submeter a apreciação de nossa corporação, através de uma assembleia específica realizada no dia 30/9/60. Essa assembleia, confirmando por unanimidade os nossos prognósticos, não somente homologou a atitude da nossa Delegação, e as resoluções do próprio Congresso, como repudiou, energicamente, as manobras divisionistas contidas no referido ofício-circular, que nos foi enviado por V. S."

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos salienta, mais adiante, em sua carta ao sr. Holanda Cavalcanti que: "No III Congresso Sindical, enquanto um pequeno grupo fugia apavorado com a eleição política e cultural dos trabalhadores, a maioria esmagadora constituiu, democraticamente, o seu comando, preenchendo as poucas vagas deixadas pelos covardes, e levando a bom termo o Congresso, que cumpriu as suas finalidades, levantando e debatendo com amplitude os problemas dos trabalhadores e adotando resoluções justas."

Referindo-se ao conteúdo da "mensagem", Benedito Cerqueira afirma: "É uma ironia chocante o fato de V. S., após constatar o seu erro, a sua inabilidade, o seu fracasso, o seu desmascaramento, a sua ignominiosa traição, venha, numa vã e tardia tentativa de reabilitação, apresentar como suas, às entidades sindicais brasileiras, as resoluções emanadas do nosso grande e vitorioso III Congresso."

Cerqueira continua, nessa mesma linha, transmitindo ao atual Presidente da CNTI o pensamento que os trabalhadores metalúrgicos da Guanabara expressaram, por unanimidade, na assembleia em que discutiram a circular 9 e a "mensagem" das Confederações. É bom que se diga, para encerrar essa nota, que a assembleia dos metalúrgicos contou, como sempre, com a participação ativa dos operários filiados aos Circulos Católicos.

Nilton Azevedo

PRIMEIRO BALANÇO DAS ELEIÇÕES

O FUTURO DEPENDE DA AÇÃO DAS MASSAS

Passados dez dias das eleições, constatada a vitória da candidatura Jânio, e conhecidos dados mais precisos do trabalho eleitoral, pelo menos em algumas capitais e cidades mais importantes, já se torna possível elaborar um primeiro balanço do pleito do dia 3, tendo em vista, particularmente, a posição dos comunistas e das forças nacionalistas e democráticas, que apoiaram a candidatura do marechal Lott. Será forçosamente um balanço preliminar, limitado a certos aspectos básicos da questão, dada a proximidade dos acontecimentos. Feita esta ressalva, entretanto, algumas conclusões e afirmações se impõem.

A primeira delas é a confirmação da justiça do apoio dado à candidatura do marechal Lott. Ela permitiu e favoreceu um avanço considerável no trabalho de unificação das forças nacionalistas e democráticas. Embora alguns elementos reconhecidamente patriotas, iludidos em sua boa-fé, ou por outras razões, tenham dado cobertura à demagogia eleitoral de Jânio Quadros, pode-se dizer que a grande maioria dos nacionalistas e democratas fez causa comum com a candidatura Lott. Pela primeira vez, os socialistas, os trabalhistas, os comunistas, os setores nacionalistas das Forças Armadas, o grosso dos sindicatos operários e as forças mais representativas do movimento camponês trabalharam juntos, lado a lado, numa campanha eleitoral.

Do mesmo modo, o apoio à candidatura Lott se justifica pela campanha de esclarecimento das amplas massas do país, sobre os verdadeiros e mais urgentes problemas do nosso povo, possibilitada por ela, com base nessa unidade das forças nacionalistas e democráticas. Também pela primeira vez, os trustes estrangeiros foram levados às ruas, e a campanha eleitoral se transformou no processo público do regime de rapina a que eles submetem o nosso povo. Os trustes foram inclusive obrigados a tolerar que o seu candidato, Jânio Quadros, empenhado em tirar força à frente nacionalista que o combatia, procurasse apresentar-se ao povo como um inimigo deles, e fingisse combatê-los também.

E não apenas os trustes estrangeiros se tornaram os grandes réus da campanha eleitoral. Vendo-se acuados e ameaçados, eles tiveram de jogar toda a sua força de corrupção e de propaganda em favor

de Jânio; e tiveram de fazê-lo abertamente, ostensivamente, de tal forma que sua presença e o caráter de sua intervenção na vida interna do país se tornaram fatos visíveis, «a olho nu», para milhões e milhões de brasileiros. A vitória que obtiveram, com a eleição de Jânio, esmorece em face desse tremendo desgaste que sofreram, durante os oito ou dez meses de campanha eleitoral.

Mais do que tudo isso, entretanto, o apoio dado à candidatura do marechal Lott foi justo porque ela representava efetivamente os interesses de nosso povo. As limitações e os preconceitos demonstrados pelo marechal diante de certos problemas, pouco ou nada representam, quando comparados à justiça de suas posições nas questões básicas do nacionalismo e da legalidade democrática, ao papel das forças nacionalistas e democráticas que o apoiaram, e ao fato de que a sua candidatura se contrapunha aos grupos mais reacionários e mais entreguistas do país, à plutocracia do café paulista e aos grupos imperialistas norte-americanos, que constituíram a base da candidatura Jânio.

Milhões de Brasileiros Vítimas de um Embuste

Outra conclusão imposta, desde logo, pelos resultados do pleito, é a de que o povo brasileiro foi vítima de um formidável embuste. Tanto é verdade que a vitória de Jânio foi obtida por uma maioria extraordinariamente elevada, que revela ter ele conquistado o apoio de grandes massas do nosso povo, como é verdade que os milhões de trabalhadores e honestos brasileiros que votaram em Jânio foram redondamente enganados.

Muita coisa levou a este embuste. A desenfreada e inegavelmente ousada demagogia de Jânio, foi sem dúvida o fator mais atuante. Hoje, o «Estado de São Paulo», em seus ditoriais, e os órgãos da imprensa norte-americana e inglesa, nos comentários que dedicam às eleições no Brasil, não têm receio de caracterizar os gestos demagógicos de Jânio — suas viagens à URSS e a Cuba e suas declarações nacionalistas e até esquerdistas — como questões de «tática eleitoral», logo abandonadas no governo. Mas, quando Jânio se dizia louco de amores pela

revolução cubana, ou dizia inclusive que era «partidário do socialismo», este mesmo «Estado de São Paulo», e toda a imprensa de aluguel, se encarregavam de dar em manchetes, sem comentários, tais tiradas demagógicas.

A demagogia «democrática e contra os trustes» de Jânio, difundida maciçamente pela máquina de propaganda de que dispõem estes mesmos trustes, conseguiu confundir e iludir milhões de brasileiros. A par disso, as promessas de «mudança» e de «vacas gordas» feitas por Jânio, encontraram terreno fértil no descontentamento do povo para com a alta sem precedentes do custo de vida, durante o governo Kubitschek.

A carestia e Adhemar foram, de fato, os dois grandes eleitores de Jânio. Adhemar, porque, sabendo-se antecipadamente derrotado, manteve sua candidatura com o único e deliberado intuito de prejudicar a candidatura do marechal. Já dois dias depois do pleito, em São Paulo, tinha o desprazer de declarar à imprensa que se considerava com «a missão cumprida», pois Lott estava derrotado. E a carestia porque, sendo Lott um candidato ligado ao governo, sua candidatura ficou associada, aos olhos das massas, à política dita «desenvolvimentista», de sacrifícios para o povo e privilégios para os grupos econômicos, defendida e aplicada pelo governo Kubitschek.

Foi este o grande erro de certos setores da candidatura Lott, algumas vezes cometido com a ajuda do próprio candidato. Com exceção dos comunistas e de alguns setores nacionalistas mais conscientes (postos de lado as deficiências reveladas também por essas forças nesse terreno), os propagandistas do marechal deixaram inteiramente entregue a Jânio a palavra-de-ordem de luta contra a carestia. Seja porque confiaram erradamente numa suposta «popularidade invencível do governo Kubitschek», seja porque tinham seus interesses ligados à política de carestia «desenvolvimentista», ou seja ainda porque não compreendiam o sentido mais profundo da candidatura Lott, tais encarregados da propaganda do marechal tiveram como norma poupar o governo de qualquer crítica ou censura, e, pelo contrário, insistiram em apresentar o candidato nacionalista como um «continuador» do sr. Kubitschek.

Assim, a candidatura Lott, que não teve benefício algum de sua condição de candidato do governo — para compensar as poucas declarações constrangidas e formais de apoio a Lott que se dignou fazer, o sr. Kubitschek deu um apoio muito mais concreto a Jânio, na forma de largas subvenções aos governos estaduais janiistas — teve todos os ônus desta condição. Surgiu, aos olhos de grande parcela do eleitorado, que desconhece a atuação nacionalista do marechal e das forças que o apoiaram, como a candidatura da «continuação» de todo o atual estado de coisas. E estes milhões de eleitores votaram em Jânio, que prometia «mudar».

Vitória de Jânio é Vitória da Reação

Eleito Jânio, o Brasil se encontra diante da perspectiva de um governo das forças políticas mais reacionárias. Nenhuma ilusão se pode permitir a esse respeito. A vitória de Jânio foi uma vitória da reação e do entreguismo. Foi uma vitória de «O Globo», do «Estado de São Paulo», das forças que sempre combateram o nacionalismo, que sempre se colocaram por trás das tentativas de golpe contra as liberdades democráticas e contra a soberania nacional. Foi uma vitória de Lacerda, de Pena Boto, dos jaca-reangas e de toda a clique de golpistas, que vem tramando contra o povo, a serviço da Esso e da Light, desde o 24 de agosto de 54. A declaração do sr. Carlos Luz, em Belo Horizonte, dias após a eleição, é bastante clara: disse ele que a vitória de Jânio correspondia a uma «révanche» na «guerra de cinco anos» que começou em novembro de 55.

Apesar de toda a sua demagogia eleitoral, o próprio Jânio mostrou, durante a campanha, a orientação que leva para o governo. Ma-



Truste ganhou mas não deve levar

nifestou-se a favor do dólar mais caro e mais privilégios para os homens do café; prometeu decretar a completa «liberdade cambial», ou seja, a completa entrega do comércio exterior do país à especulação dos trustes norte-americanos; prometeu instituir a pluralidade sindical, que representa a mais grave ameaça à unidade e ao fortalecimento do movimento operário no país.

Alguns alegam que «Jânio é imprevisível», que é «capaz de tudo», inclusive de dar as costas a seus financiadores. Mas, nas atuais condições brasileiras, a aparência de loucura, a suposta impulsividade e rebeldia, certos arrabios esquerdistas em questões secundárias, são também instrumentos para tentar acobertar um governo de obediência aos trustes nas questões fundamentais. E é o que Jânio pretende fazer: um governo demagógico, de aparência popular, mas, na realidade, um governo em que o FMI dita a lei, um governo de constante ameaça às conquistas democráticas e nacionalistas de nosso povo.

O Futuro Depende da Ação Das Massas

Mas não será fácil a Jânio fazer o governo que os trustes esperam dele. A grande maioria dos cinco milhões de brasileiros que o escolheram, não espera um governo reacionário e entreguista. Pelo contrário, votou em Jânio, por suas

promessas demagógicas, por sua viagem à URSS, por seus elogios a Fidel Castro. Votou nele para mudar, e mudar para melhor. E um governo reacionário e entreguista só pode mudar para pior as condições de vida do povo.

E' nesse sentido que assume uma importância extraordinária o fato de que quase quatro milhões de brasileiros votaram em Lott. Apesar da formidável orgia de propaganda posta a serviço de Jânio; apesar da tática demagógica de Jânio; apesar de que as chamadas «máquinas» dos partidos situacionistas, ou porque fracassaram, ou porque foram deliberadamente travadas, não trabalharam para o marechal; apesar inclusive da campanha que certos altos dignitários da Igreja católica empreenderam contra a candidatura nacionalista — quatro milhões de brasileiros souberam resistir à conspiração dos trustes e à sabotagem das cúpulas «desenvolvimentistas» e compreenderam que seu voto devia ser de Lott.

Certos ou enganados, o fato é que a imensa maioria dos eleitores votou por um governo de respeito aos interesses e aos direitos do povo, e à soberania nacional. Isso representa uma enorme possibilidade de ação para as forças nacionalistas e democráticas, e particularmente para os comunistas. Torna-se possível unir os milhões de nacionalistas que votaram em Lott aos outros milhões que elegeram Jânio esperando deste mudanças favoráveis aos trabalhadores e ao povo, nu-

ma luta de massas ampla e poderosa para que estas mudanças se efetivem.

Dessa forma será possível influir sobre a política e, mesmo, sobre a composição do futuro governo, para que os enganados sejam os trustes, e não o povo. Depende das forças nacionalistas e progressistas, e especialmente da ação unitária desenvolvida pelos comunistas, que a esperança de democracia e emancipação revelada em 3 de outubro por todo o povo brasileiro seja transformada numa ação política efetiva, por parte dos milhões e milhões de trabalhadores e democratas, independentemente da posição que tomaram no pleito, para que o país realmente «mude», mas para melhor.

Panorama A Vitória de Lacerda Traz em si Uma Derrota

A apuração do pleito para governador da Guanabara terminou de forma extremamente honrosa e encorajadora para os nacionalistas e democratas deste Estado, que apoiaram a candidatura Sérgio Magalhães. Embora o TRE ainda seja chamado a dar uma palavra final, os números apontados como oficiais dão uma vitória para Lacerda — mas uma vitória por uma margem tão estreita que muito a aproxima de uma derrota. E, nas condições em que o pleito foi disputado, essa vitória estreita corresponde efetivamente a uma derrota, para o candidato da Light e do «Olube da lanterna».

Lacerda teve tudo para obter uma vitória esmagadora. Fartamente financiado pelos futuros fraudadores de impostos do seu governo, pôde falar centenas de horas na televisão e no rádio, só, sem ninguém à sua frente que pudesse desfazer as suas mentiras, e contestar suas calúnias. Além dos jornais alugados permanentemente aos trustes, e que, por isso, naturalmente o apoiavam, ele teve dinheiro bastante para pagar a tanto por centímetro a publicação farta de «notícias» de seus comícios e andanças, mesmo em jornais que, a julgar por suas vinculações políticas, não deviam apoiá-lo.

Teve quem comprasse para ele o apoio de uns, e o silêncio de outros. E compraram mesmo fantasias de adversário seu para certos bonecos, que serviram como candidatos. Assim fizeram com Mendes e Tenório, cujas candidaturas, mantidas em luta tenaz contra o descredito popular, não tiveram outro sentido senão o de impedir que o verdadeiro adversário de Lacerda, o sr. Sérgio Magalhães, reunisse em torno de sua candidatura os votos de todos os caríocos inimigos do Corvo da Avenida Chile. O sr. Mendes de Moraes, dias depois do pleito, teve a sinceridade de confessar, em «O Globo», a sua condição de «faixa de Lacerda»; mas, antes do dia 3, ele iludia seus amigos, afirmando-se candidato por outras razões, e para valer.

Lacerda teve ainda a seu favor a complacência, o reacionarismo, o golpismo ou a burrice das cúpulas situacionistas, que impediram enquanto puderam a escolha de um candidato de unidade das forças nacionalistas e democráticas, e ainda tentaram um último esforço de sabotagem, dando instruções para o lançamento de Mendes, quando o nome de Sérgio Magalhães já vinha forjando pela base essa unidade. Durante os seis meses em que durou essa sabotagem, Lacerda teve campo livre para derramar a sua demagogia sobre o povo carioca.

De seu lado, o deputado Sérgio Magalhães teve de enfrentar a mais vasta conspiração já feita contra um candidato; uma conspiração em que se uniram, desde as cúpulas de políticos corruptos e a máquina de propaganda dos trustes, até os setores mais reacionários do clero católico. E uma conspiração em que esteve presente inclusive o elemento tempo: o candidato nacionalista teve de fazer uma campanha em pouco mais de um mês, e sem dispor dos mínimos recursos indispensáveis para que sua campanha atingisse as amplas massas do povo carioca.

Os 300 e muitos mil votos depositados em nome de Sérgio Magalhães representam, por isso, por si só, uma inestimável vitória para as forças nacionalistas e populares, que levantaram sôzinhos a bandeira de Sérgio e para todo o povo carioca. Significam que o povo carioca mantém a sua tradição. Se a vitória não foi completa, a razão está em que, por todas as dificuldades apontadas, grande ainda foi o número de trabalhadores e homens do povo que não puderam ser atingidos pela campanha de esclarecimento promovida pelas forças mais progressistas e populares, que apoiaram Sérgio.

A vitória de Lacerda traz em seu bojo uma amarga derrota. Pouco mais de 30% dos eleitores votaram nele, e os demais votaram contra ele, embora muitos votassem errado. Tendo em vista os muitos milhares de trabalhadores que não votam, por este ou por aquele motivo, pode afirmar-se que Lacerda representara, no governo, apenas um, entre cada quatro cariocas.

Renato Areno

Em Outubro nas livrarias:

BRASIL SÉCULO XX

Rui Facó

Uma interpretação marxista da atualidade brasileira

Editorial Vitória

Fora de Rumo

Paulo Motto Lima

Mais uma vez, por proposta dos Estados Unidos, adiou-se a discussão sobre o ingresso da China na ONU. O delegado norte-americano James Wadsworth apresentou como motivo da atitude de seu governo a alegação de que a China desejaria uma guerra nuclear, ou pelo menos aceitaria tal guerra. Baseava-se o sr. Wadsworth em pretensa formulação contida num partido doutrinario e essa mesma formulação, seguindo outra passagem, do discurso do próprio delegado dos Estados Unidos, seria atenuada para o seguinte: declarava-se que a China não temia a guerra nuclear.

Para o delegado norte-americano a China comete um feio pecado, o de não temer a guerra atômica. Por que então não condenarmos os chineses às penas eternas? Ao mandamento cristão «amai a Deus sobre todas as coisas» Wadsworth acresce um novo: «Temer a bomba atômica sobre todas as coisas».

Se não é puramente cinico, será pelo menos simplório o raciocínio do representante do Departamento de Estado. Os Estados Unidos («Remember Hiroshima») lançaram bombas atômicas sobre objetivos não militares do Japão, quando o exército japonês, durante a última guerra, já estava derrotado. Com essa tremenda crueldade, pretendeu-se aterrorizar o mundo — os inimigos e também os amigos concorrentes. Então o Pentágono dispunha do monopólio das armas nucleares. Hoje os Estados Unidos se encontram irremediavelmente ultrapassados nesse terreno pela União Soviética e no entanto o delegado Wadsworth condena a China pelo feio crime de não ter medo dos engenhos experimentados e fartamente cinematografados em Cabo Canaveral, nem sempre com êxito. Mister Wadsworth pretende baralhar os fatos para ocultar o propósito belicista contido em sua oposição à China. Essa tentativa não é mais brilhante que algumas experiências balísticas norte-americanas.

Sera benéfica à paz a insistência norte-americana de manter à China fora da ONU? Nas próprias Nações Unidas começa-se a compreender que não. Apesar dos votos de cabresto de muitos países capitalistas, a diferença de sufrágios foi mais reduzida agora que das vezes anteriores.

—oO—

Há coisas que dificilmente um líder político ou alto funcionário da situação dominante dos Estados Unidos pode compreender. Dificilmente um desses senhores aceitará a dura verdade de que o fato predominante de nossa época e a passagem do capitalismo ao socialismo. Dificilmente um James Wadsworth aceitará a dura verdade de que o fortalecimento do campo do socialismo e do movimento de libertação dos povos coloniais apressa a derrota do imperialismo, que hoje em dia já perdeu o domínio exercido sobre grandes parcelas da humanidade.

Lei do Inquilinato: Prorrogação Deve Ser Pura e Simples

Sobre os lares de milhões de brasileiros, em todo o País, pesa a ameaça de mais uma violenta elevação do

custo de vida. Trata-se do fim — que se aproxima — da vigência da Lei do Inquilinato, o que, se consumado, cria-

rá uma situação dramática para a enorme parcela da coletividade que não possui casa própria.

fazem certamente porque isso lhes é conveniente.

Níveis altíssimos

Por outro lado, registre-se que o nível médio dos aluguéis atingido no Brasil é dos mais altos do mundo, absorvendo na maioria dos casos cerca de 40 por cento dos ingressos obtidos por família. Na América Latina, um dos níveis mais elevados é o que se registra na Venezuela (Caracas), tendo atingido a 22,1 por cento no ano passado. Mas nem mesmo o caso da capital venezuelana se compara com o do Brasil, onde modestos apartamentos são alugados em média a 12 mil cruzeiros, além de uma série de outras despesas de condomínio e de elevações periódicas previstas em contrato.

A liberação dos aluguéis, nessas condições, incidirá de forma brutal sobre o custo de vida, criando ao mesmo tempo problemas os mais graves para milhares e milhares de inquilinos, de vez que se defrontarão com os mais diversas dificuldades face a novos contratos, mudanças, sublocações, tudo isto tendo como fundo uma situação já por demais difícil.

Mobilização nacional

Sentindo essa ameaça iminente que pesa sobre a maioria da população urbana do País, com funestas consequências notadamente para as classes que vivem exclusivamente de salários, as entidades sindicais já se mobilizam exigindo dos representantes do povo na Câmara e no Senado a prorrogação pura e simples da Lei do Inquilinato. Em reuniões que se realizam nos capitais dos Estados e no interior, o assunto é objeto de debates e de medidas práticas, estando programado o envio de milhares de cartas e telegramas aos deputados e senadores apelando nesse sentido. Por outro lado, dirigentes sindicais nacionais já marcaram audiência com o presidente da República para uma ampla exposição sobre o assunto.

Como se recorda, a Lei nº 3.404, que se encontra em vigor, datada de 19 de dezembro de 1958, prorrogou por dois anos (até 31 de dezembro de 1960) a Lei nº 1.300 (Lei do Inquilinato) de 28 de dezembro de 1950 que já sofrera, antes dessa, outras prorrogações juntamente com a modificação parcial de seu texto.

Originariamente, a Lei nº 1.300 estabelecia em seu artigo 3º o congelamento dos aluguéis.

Em 1955, pela Lei nº 2.699, de 28 de dezembro, a Lei nº 1.300, com modificações, foi prorrogada até 31 de dezembro de 1956, época em que uma nova lei, de nº 3.058, entrou em vigor, autorizando reajustamentos de 50 a 300 por cento em vários casos, mas, de um modo geral, preservando os interesses dos inquilinos.

Em 1957 e 1958 a Lei nº 1.300 novamente foi prorrogada com ligeiras alterações, estabelecendo a Lei nº 3.404 que nos contratos de locações residenciais com a cláusula de aumento periódico do aluguel não poderão em hipótese nenhuma, fixar percentagem de acréscimo superior a 5 por cento por ano de vigência.

Bom negócio

Tudo isso, no entanto, está por ir águas abaixo, uma vez que poderosas forças, atuando junto ao Congresso, querem impedir a prorrogação da Lei do Inquilinato, abrindo dessa forma os diques que vinham contendo a elevação vertical dos aluguéis.

Os proprietários de imóveis argumentam evidentemente, em defesa de seus interesses quando exigem a liberação dos aluguéis, citando em primeiro lugar a desvalorização da moeda. Mas não dizem coisa alguma sobre as enormes vantagens que têm obtido, com a extraordinária valorização de suas propriedades, das quais se des-



Tempo que não vai longe

Em tempo que não vai longe estes eram os preços para os diversos tipos de carne verde nos açougues cariocas. Hoje, as coisas são diferentes. Os frigoríficos norte-americanos são insustentáveis.

Carne Foi Liberada Enquanto Romano Diz Que Estuda o Assunto

Mais uma vez as empresas frigoríficas estrangeiras, Anglo, Swift, Armour e Wilson, que controlam o mercado de carnes, em nosso país, impõem sua política de preços altos, desde o boi em pé, que reclamam e engordam em seus imensos campos na área do Brasil Central, até o produto entregue ao comércio de varejo. Refeitas do susto que passaram na entre-safra de 1959, com a ação intervencionista da COFAP na gestão do general Ururay Magalhães, contam, agora, com eficiente colaboração do presidente daquele órgão, sr. Guilherme Romano, que está pronto a atendê-las, determinando uma liberação total dos preços, mediante revogação da última portaria que liberou os quartos trazeiros (carne de primeira) e labelou, apenas, os quartos dianteiros do boi, cujas carnes, de segunda e terceira qualidades, passaram a ser classificadas somente como de segunda.

Amparados pelo Governo de São Paulo, estado em que mantêm as suas grandes invernadas e estabelecimentos industriais, tais empresas conseguiram unir governistas e oposicionistas na defesa de seus interesses, que são, a bem dizer, os interesses das trustes internacionais da carne. E já não querem mais reajustamentos de preços dos quartos dianteiros do boi, mas liberação pura e simples.

Nova portaria da COFAP

Tentando iludir a opinião pública, o sr. Guilherme Romano vem anunciando que aguarda os resultados dos estudos feitos por uma sub-comissão da COFAP sobre o problema da carne bovina para encaminhá-los ao Plenário daquele órgão, para debate e deliberação. Todavia, podemos informar que o sr. Romano já tem pronta uma portaria que atende aos interesses das empresas frigoríficas. E os resultados dos estudos da sub-comissão, encomendados sob medida, servirão, apenas, para justificar a portaria que já elaborou.

A sub-comissão, em verdade, jamais funcionou. Seus membros foram escolhidos, a dedo, pelo sr. Romano, entre os integrantes da COFAP que jamais trataram de carne — Euclides Pires, representante dos Empregados no Comércio; Newton Moreira Carvalho, funcionário do Ministério da Agricultura; e Almir Tavares, diretor do Patrimônio do Estado da Guanabara. Este não chegou a participar da farsa, nem uma só vez compareceu à COFAP. Os dois outros confessaram que não entendiam do assunto. Deste modo, precisariam de assessores técnicos.

Negócio altamente lucrativo

As empresas frigoríficas nem sequer alegam falta de lucro, nem mesmo lucro reduzido, alegações que geralmente são feitas pelos que pedem aumento de preços à COFAP. Seus negócios se tornaram tão conhecidos que as próprias publicações dos industriais não podem esconder que são altamente lucrativos. Mesmo quando os preços não se haviam elevado como agora, já as empresas frigoríficas obtinham altos lucros. A revista «Desenvolvimento & Conjuntura», órgão da Confederação Nacional da Indústria, em seu número 12 (dezembro de 1959), ao tratar desse assunto, sob o título «A carne e o abastecimento» diz: «A industrialização da carne pelos frigoríficos é altamente lucrativa, não tanto pelo controle que poderiam exercer no mercado com os elementos que têm à sua disposição, como principalmente pelo aproveitamento completo do boi e pela integração vertical do processamento do produto. Tais frigoríficos possuem desde fazendas de criação e recriação e invernadas, até rédeas de açougue nos centros de consumo.»

Lembra «Desenvolvimento & Conjuntura» um estudo do Conselho Coordenador do Abastecimento («Análise da Conjuntura do abastecimento») em

que se salienta que os grandes frigoríficos (Swift, Armour, Anglo e Wilson) embora abatem e industrializam quantidades muito superiores aos seus próprios rebanhos, estão em condições de atuar no mercado de produção para forçar preços de compra do boi em pé, ou ainda de influenciar o mercado de consumo final, para reajustar possíveis desequilíbrios de preços de varejo.»

O presidente da COFAP entregou-lhes, então, dois assessores que já escolhera antes de indicar a sub-comissão, ambos com pontos de vista conhecidos pela liberação total dos preços — srs. Augusto de Oliveira Lopes, do Ministério da Agricultura, e Eduardo Silveira Martins, do Conselho Coordenador do Abastecimento. Este, antes de ser escolhido para assessorar a sub-comissão que iria ser designada para «estudar» o assunto já havia encomendado um trabalho sobre carne ao presidente da COFAP, lembrando-lhe que a liberação total dos preços fora prometida por ele, Romano, às empresas frigoríficas, em dezembro do ano passado.

Esses dois assessores elaboraram o parecer desejado pelo sr. Romano que pretende apresentá-lo ao Plenário da COFAP como resultados dos estudos da sub-comissão que jamais se reuniu. Justificaria, deste modo, sua portaria já elaborada, que não apareceria como proposta sua, decorrente do compromisso que assumiu com as empresas frigoríficas, em dezembro do ano passado, quando o governador Carvalho Pinto lhe transmitiu o recado dos representantes dos trustes da carne, para que a COFAP não interferisse em seus negócios.

E note-se que este trabalho do órgão oficial da Confederação Nacional da Indústria foi divulgado quando os melhores tipos de carne bovina de primeira qualidade eram vendidos ao preço de Cr\$ 62,00 por quilo já considerado alto, porque altamente lucrativos eram os negócios das empresas frigo-

ríficas. Que razões, pois, poderiam apresentar tais empresas para exigir uma liberação dos quartos dianteiros do boi e das carnes deles extraídas, quando vendem por preços livres os quartos trazeiros, cujas carnes são vendidas, no mercado de varejo, dentro de uma faixa de Cr\$ 160,00 a Cr\$ 200,00 por quilo? Não há qualquer justificativa para a liberação total do produto, a não ser aquela lembrada pelo sr. Eduardo Silveira Martins, de que o sr. Guilherme Romano prometera às empresas liberar inteiramente os preços.

Mas o sr. Romano não é dono da COFAP e o ministro do Trabalho, que se está omissa nesse problema da carne, tem o dever, ao menos como deputado eleito pelos trabalhadores, em São Paulo, de chamar a atenção do chefe do Governo para impedir esse assalto à bolsa dos consumidores.



Romano diz sim

AOS LEITORES

Cessados os motivos que determinaram a antecipação do seu lançamento, este jornal, com o presente número, interrompe a circulação para reaparecer oportunamente, quando forem completadas as formalidades de integralização de capital e organização definitiva da empresa proprietária.

Nessa fase experimental que se encerra, HOJE realizou o máximo de esforços para cumprir plenamente sua missão, como órgão de esclarecimento da opinião pública a serviço dos partidos candidaturas nacionalistas para a Presidência. Vice-Presidência da e correntes de orientação democrática que se uniram em torno da República e Governo da Guanabara.

Agradecemos a todos os leitores, colaboradores e amigos que nos ajudaram e estimularam na primeira fase de nossa atividade.

Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1960.

A Direção.

(Este anúncio foi publicado na edição do dia 11/10/1960 de HOJE)

Portuários do Recife Lutam Por Suas Reivindicações

AMARO VALENTE

Os portuários do Recife se movimentam para a conquista de algumas de suas reivindicações mais prementes, figurando entre estas as que se referem à assistência social e ao pagamento de salários atrasados.

Quando a Administração do Porto do Recife assinou o último convênio de trabalho com o Sindicato dos Portuários, ficou estabelecido, numa das cláusulas desse documento, que a APR concedia 20 por cento das taxas cobradas nos serviços de carga e descarga, assumindo o Sindicato, em troca, a responsabilidade da prestação da assistência social aos seus filiados.

Acatece, porém, que esses 20 por cento sobre as taxas não são suficientes para os fins a que se destinam, ficando muito aquém das necessidades mínimas daquele setor operário.

Para maior clareza, vejamos como é distribuída a taxa em questão: 8 por cento para a Previdência Social (parte do empregador); 8 por cento para pagamento do prêmio de Seguro de Acidente; 2 por cento para pagamento da cota de Endemias Rurais e 0,5 por cento para a Legião Brasileira de Assistência.

Nessas condições, torna-se evidente que a parte comprometida atinge a 18,5 por cento, restando, portanto, dos 20 por cento apenas 1,5 por cento para o Sindicato enfrentar as despesas correspondentes a férias proporcionais a cerca de mil associados, bem como às pré-licenças a que têm direito aqueles que pleiteiam a concessão de benefícios da Previdência Social. Aliás, nesse sentido, é bom destacar que os períodos de 15 dias de pré-licença em muitos casos chegam ao dobro e ao triplo, quando assim o exigem os exames médicos a que se submete o candidato ao benefício.

Torna-se fácil, assim, compreender que se o Sindicato não dispõe de verba para atender o seu associado como o atenda o Instituto, quem leva a pior é o associado, com a agravante, ademais, de não ter como resolver o problema. Por outro lado, se o Sindicato não possui recursos suficientes para atender esses casos, muito menos os

possui para conceder férias a seus associados, que assim estão impedidos do gozo de um direito legítimo.

Preocupada com essa situação, a Diretoria do Sindicato dos Portuários fez um criterioso levantamento das verbas e despesas, e constatou que para atender a assistência social aos seus associados é necessário que a Administração do Porto do Recife eleve para 30 por cento, no mínimo, a verba de Administração.

Nesse sentido foi entregue ao sr. João Barba um memorial pleiteando o aumento de 10 por cento que se faz necessário.

Outra reivindicação que os portuários pleiteiam da APR é o pagamento dos salários atrasados. Além, com a greve realizada em 1959, o Governo do Estado se comprometeu a pagar esses atrasados parceladamente. Mas, a verdade é que a APR deve ao Sindicato dos Portuários cerca de 6 milhões e 700 mil cruzeiros referentes ao reajustamento dos salários, e, toda vez que o Governo ou os diretores das Docas são procurados pelo Sindicato, fogem aos compromissos assumidos, com adiantamentos construídos em discussão do assunto.

Em consequência, a paciência da classe operária está se esgotando, continuando a falta de trabalho enquanto ninguém recebe férias e o Instituto, por cima de tudo isso, ameaça cortar os benefícios a que têm direito os portuários e suas famílias.

Lamentavelmente, diante dessa situação, há operários menos avisados que chegam a atribuir ao Sindicato tão grave responsabilidade, não vendo assim as coisas com a devida clareza, isto é, a culpa que cai exclusivamente sobre a APR e o Governo do Estado.

Face a isso, os portuários vêm realizando assembleias para o esclarecimento de todos os seus associados e para a preparação de lutas que conduzam à vitória de suas reivindicações no mais curto prazo. Há, inclusive, sugestões para a conquista de um aumento de 100 por cento na taxa de Administração e o pagamento imediato dos salários atrasados.

Nesse sentido, não temos dúvida de que os portuários estarão unidos para a defesa de seus direitos, e, se necessário, irão até à paralisação de suas atividades para que sejam atendidos os seus direitos e reivindicações.

Uma oferta de qualidade!

Seja nosso representante na cidade onde reside. Assinaturas e venda avulsas de revistas soviéticas e chinesas. Venda de livros sobre economia, filosofia, política, história, educação, medicina, direito, psicologia, eletricidade, etc.

Interessa a AGENCIAS DE LIVROS E REVISTAS, REVEDORES, ESTUDANTES DE ESCOLAS SUPERIORES, etc.

Escreva-nos, hoje. Comissões compensadoras.

Jurandir Guimarães
Agência Intercâmbio Cultural
Rua dos Estudantes, 84 - sala 28
Telefone: 37-4983 - São Paulo.

NOVOS RUMOS

Diretor Mário Alve

Diretor Executivo Orlando Bomfim Júnior

Redator Chefe Frágon Borges

Secretário Luiz Fernando Cardoso

Gerente Gutemberg Cavalcanti

Redatores

Renato Arena, Paulo Motta Lima, Nilson Azevedo, Fausto Cupertino, Rui Facó, Solon Pereira Neto

Redação: Av. Rio Branco 257, 17º andar, S/112 - Tel: 42-7844

Gerência: Av. Rio Branco, 257, 9º andar S/905

SUCURSAL DE S. PAULO
Rua José Bonifácio, 29 - 10º andar - S/ 103
Tel: 37-52 64

Endereço telegráfico — «NOVOSRUMOS»

ASSINATURAS

Anual Cr\$ 250,00
Semestral > 130,00
Trimestral > 70,00
Aérea anual, mais Cr\$ 200,00;
semestral, Cr\$ 100,00; trimestral, Cr\$ 50,00.
Número avulso Cr\$ 5,00
Número atrasado > 8,00

A frente da COFAP o sr. Guilherme Romano tem se revelado fiel cumpridor das ordens dos frigoríficos americanos, usando e abusando de sua autoridade para impedir que os trustes explorem cada vez mais o povo.

Notas Sobre Livros

Rubem Braga e Fernando Sabino, editores do livro de Sartre — **FURACÃO SOBRE CUBA**, são cronistas enfiados de espírito essencialmente anti-Sartre, e daí o violento contraste que sentimos, depois de ler o livro, ao ler suas reportagens ou crônicas, coladas no fim do volume sob a forma de apêndice. Sartre busca sobretudo compreender para transmitir ao leitor o fruto da sua compreensão; Braga e Sabino não compreendem nada, não querem compreender, e é seu propósito evidente levar o leitor a também não compreender aquilo sobre que escrevem. Sartre é um analista que desce ao âmago da revolução cubana; Braga e Sabino são dois cronistas que ficam bofetando na superfície das coisas, tomados de horror e de incapacidade diante do que pode haver de essencial por baixo da superfície sobre a qual bofetoteiam.

Sabino confessa: "Intelectualmente, não tenho tempo senão de julgar pelas aparências". Presunção. Se tivesse tempo seria a mesma coisa, pois seus julgamentos — diríamos melhor: seus palpites — resultam sempre de uma observação superficial das aparências. Aliás, é esse propriamente o ofício dos dois cronistas: brincar de finos e brilhantes, como asas de borboleta, no comentário superficial das aparências, com isso divertindo o seu pequeno público bem e bem pagante e ajudando a mistificar o grande público.

Ao botarem o pé em Cuba, há meses atrás, em companhia do candidato Jânio Quadros, que fazia ali uma visita de demagogia "revolucionária", o que acima de tudo preocupava os dois cronistas brasileiros era o fantasma comunista. Queriam a todo custo ver, identificar, apalpar o tenebroso fantasma exportado de Moscou. O contrário, justamente o contrário da mentalidade sartreana e dos propósitos de Sartre. O resultado é que suas crônicas ou reportagens só podiam servir, como serviram, para reforçar os "argumentos imbecis da propaganda imperialista", a que se refere Sartre. Isto se desprende das linhas e das entrelinhas do que escreveram. Citemos algumas passagens típicas.

De Rubem Braga: "Naturalmente os comunistas procuram exacerbar o anti-americanismo...". Para este cronista da boa vida, não foi o regime lanque de Batista que exacerbou o anti-americanismo dos cubanos — são os comunistas que o fazem, agora, depois da derrubada do bom americanista Fulgêncio Batista. Naturalmente!

Ainda de R. B., aludindo à fricção diplomática existente entre o governo revolucionário de Cuba e o Departamento de Estado: "... é impossível esconder que uma parte dessa fricção diplomática Cuba-Estados Unidos é de culpa dos dirigentes cubanos", com suas "bravatas desnecessárias". Os comentaristas da UPI e da AP não dariam melhor formulação a semelhante contrafação da realidade. Se R. B. estivesse de serviço na atual Assembléia da ONU, certamente telegrafaria para o Brasil dizendo que o discurso de Fidel Castro na ONU foi também uma "bravata desnecessária".

Outra preciosidade de R. B.: "Honestidade foi e é uma grande bandeira de Fidel, por mais que nossos políticos "dialéticos" e "realistas" descreiam da eficiência dessa palavra de ordem". Repare-se em primeiro lugar na desdenhosa suficiência com que o velho e gasto cronista se refere aos "dialéticos" e "realistas" — na cauda de um livro de Jean-Paul Sartre! Braga anti-Sartre aí se revela de corpo e alma, manipulador de bôbas ironias, escreva de e para imbecis. E agora percurto a R. B.: onde, quando, como e em que texto, em que livro, em que jornal, em que discurso, em que declaração, em que ato, em que atitude de algum dos comunistas brasileiros ("nossos políticos dialéticos e realistas") pode ser apontado um gesto ou uma palavra de descrença na eficiência da "honestidade" como palavra de ordem política? A pergunta fica sem resposta e sem prova, visto que, toda imputação caluniosa, por isso mesmo que é caluniosa, não possui base provada nem provável. E são assim esses moralistas da vassoura: mesmo quando falam na palavra "honestidade" estão praticando alguma desonestidade.

O médo do fantasma comunista ressuma de toda a reportagem de Fernando Sabino. Inclusive quando, à imitação do parceiro R. B., toma uns ares desdenhosos em relação ao "materialismo dialético" ou "dialético do materialismo histórico", como ele escreve em sua mala língua de basbaque. Sartre, se leu a dupla excessência colada no final do seu volume, há de ter lembrado aos seus botões, em bom latim: "ne autor ultra crepidam".

Sabino relata que ao descer do avião, em Havana, a comitiva do vasourista Jânio foi cercada por um grupo de "jovens alegres e gárrulas (...) carregando bracaças de flores e vestidas de sãta preta, blusa vermelha e distintivo no braço..." — e que isto lhe provocou a primeira reação de suspeita: "a de que o País sucumbira mesmo sob o domínio de uma ditadura de inspiração comunista", o que seria "decorrente de um processo revolucionário deteriorado". A esta altura, Sartre terá renotido em bom francês a histórica exclamação de Cambronne. Não é para menos.

A obsessão anticomunista levou Sabino a perguntar a Che Guevara — "se a atitude de Cuba frente aos Estados Unidos e a tendência socializante da política revolucionária não podiam servir (...) de cabeça de ponte da URSS para uma infiltração comunista — que ameaçasse a integridade da América". Guevara, paciente, bem humorado, sorriu e deu uma resposta sensata e limada ao repórter brasileiro. Mas não é difícil descobrir, nas entrelinhas da resposta, o que estaria pensando o jovem chefe revolucionário acerca da inteligência do cronista Sabino.

Falta-nos espaço para novas citações. Mas as amostras que aí ficam são suficientes para caracterizar a qualidade do apêndice que estamos comentando. O livro de Sartre é excelente e merece a leitura. As páginas do apêndice Braga-Sabino podem ser arrancadas sem nenhum prejuízo para o volume — pelo contrário.

Astrogildo Pereira

Contágio Mental só?

Continuam fugindo meninas, desaparecendo moças. Os jornais trazem os retratos não apenas das que fogem, mas das mães em pranto, dos pais arrancando os cabelos. Pode-se (quando se tem mania em colecionar coisas, como é o meu caso) colecionar fugas hoje, como ontem selos ou cartões postais. "Última Hora" ouviu sobre o fato um psiquiatra e um padre. Vale a pena registrar o que disse o primeiro: "O Rio de Janeiro e hoje um conglomerado humano de três a quatro milhões de habitantes e é bastante natural que, como todos os centros superpovoados, forneçam grande margem estatística de atos desta categoria. O que é interessante nos casos atuais é a repetição do velho fenômeno do contágio mental. Um crime de certa natureza é logo seguido de outro de igual natureza. Comprova-se, assim, a extraordinária força psicológica que é a sugestibilidade coletiva, a terrível arma de dois gumes, que ora serve ao bem, ora ao mal". Assim falou o dr. Jurandir Manfredini, psiquiatra, com o qual estou de acordo.

Mas acho que se deve olhar com mais atenção essas fugas, principalmente porque elas não estão acontecendo na Zona Sul ou em Copacabana — colada, que é sempre considerada uma capital de vícios e crimes — mas na Zona Norte, em subúrbios distantes, em lugares de moradores com vida pequena e pequenos salários. Naturalmente que um "crime e logo seguido de outro", mas essas moças de subúrbio estão fugindo porque querem ter uma vida melhor, aquela vida que elas vêem no cinema, que leem nos jornais, que é apregoada pelos colonistas sociais. São jovens, são bonitas, não encontram um caminho certo para suas revoltas, tomam o errado, caem, e vão depois aumentar o número tão triste das mulheres de todos.

Querem ser livres sem ter conhecimento do valor da liberdade. Fugem da miséria, da vida pequenina, fogem pensando que vão poder viver com aquele luxo que viram nos filmes americanos, pensando que encontrarão um princípio que as transforme em princesas. Não culpemo-las. Não acusemo-las. Agora mesmo os jornais estão contando que uma delas caiu num conto de vigário: "o conto do milionário". Um sujeito sem tostão apresentava-se bem vestido, elegantíssimo mesmo, de automóvel sempre (era vendedor de cênes) e convenceu a moçoquinha que era um milionário. Ela acreditou: as moçoquinhas acreditam muito nos contos de fadas. E fugiu com ele, deixou mãe, casa modesta, família, para viver como a Soraya, para ser importante como a Lolobrigida.

Não estará faltando a essas moçoquinhas o amor da família? Não lhes estará faltando compreensão e paciência dos pais? Uma fuga traz muitas fugas mas para que isso aconteça é necessário que haja razão em cada uma das que fogem. Razões de várias espécies e creio que a principal é justamente a falta de amor das famílias.

Frederico

«ESTUDOS SOCIAIS» (Nº 9)

Circulará ainda este mês, com o seguinte sumário:

- O V Congresso dos comunistas brasileiros — Jacob Goreneder.
- Carta aos livreiros do Brasil — Geir Campos.
- Um livro sobre o desenvolvimento — Aristóteles Moura.
- E possível a planificação nos Estados Unidos? — Paul A. Baran.
- Decadência dos trustes estrangeiros de eletricidade no Brasil — Josué Almeida.
- Pecuária de corte e indústria de carne — Jacob Frantz.
- Sartre, suas contradições formais e seus méritos — Leandro Konder.
- Quilombos (II) — Miguel Costa Filho.
- Além destes artigos figuram no nº 9 de «Estudos Sociais» as seções de Crítica de Livros e Crítica de Revistas.

REPAROS A UM PREFÁCIO DE LIVRO BRASILEIRO NA URSS

RUI FAGÓ

Foi lançado este ano em Moscou um dos melhores romances de José Lins do Rego — **Cangaceiros**. Os soviéticos já conheciam do grande romancista brasileiro Moleque Ricardo, numa edição dos anos de 30, hoje esgotada. Agradou-lhes bastante esse romance do autor do ciclo de ficção da cana-de-açúcar. De certo, maior sucesso ainda terá alcançado **Cangaceiros**, pois particularmente aos russos emocionam, como se vivessem eles próprios, dramas tão vivamente narrados, com aquela força de linguagem tão característica de Lins do Rego. Agradou-lhes sobretudo esse misto de bravura e humildade que impregna a alma do nosso sertanejo, dando-lhe um ar ao mesmo tempo romântico e realista. Em resumo, **Cangaceiros** dará ao leitor soviético uma idéia ainda mais clara da riqueza e da originalidade da nossa ficção contemporânea, da qual infelizmente ainda tem poucos exemplares.

Mas a edição de **Cangaceiros** lançada na URSS merece alguns reparos, não pela tradução, e sim pelo prefácio, que pode causar confusão sobre o fenômeno do cangaço em nosso país. O prefácio de **Cangaceiros** em russo se deve a um dos mais dedicados estudiosos de problemas brasileiros, o professor Vasili Ermolaiev. Há anos vem ele procurando conhecer a história do Brasil, possui uma razoável biblioteca de assuntos brasileiros, tem dado aulas e conferências na Universidade de Moscou sobre alguns episódios do nosso passado. Preocupa-o especialmente em seus estudos a fase da história do Brasil que precedeu a Independência, como admira apaixonadamente os movimentos revolucionários do século XIX que sucederam à Regência.

Falta-lhe porém o contacto direto com o nosso País e o nosso povo para melhor compreensão do nosso passado, através de um melhor conhecimento do presente. A ausência de relações entre o Brasil e a União Soviética naturalmente tem dificultado muitíssimo o estabelecimento de relações culturais entre os dois países, de forma a possibilitar aquela compreensão. Daí os equívocos de estudiosos esforçados, como o professor Ermolaiev, no caso concreto do prefácio do romance de José Lins do Rego.

Nota-se, por exemplo, que o professor Ermolaiev não consegue fazer uma distinção indispensável — e que admitimos ser difícil a um estrangeiro — entre dois fenômenos tão diversos com as revoltas camponesas do tipo de Canudos e Contestado, de um lado, e os bandos de cangaceiros, de outro. Sua tendência natural é identificá-los, uma vez que pegam em armas contra os mesmos opressores — os grandes proprietários de terra semifeudais — as mesmas vítimas de sua opressão, os despossuídos da terra. É verdade que o prof. Ermolaiev consigna o fato de que «os latifundiários e a polícia, não raro, transformam os cangaceiros em agentes seus» (p. 11). Cita como exemplo Lampião. Adverte que seria errôneo considerar reacionário o «movimento camponês» inspirado pela «cúpula latifundista-clerical», como errôneo seria encará-lo como um puro movimento revolucionário camponês. Mas não esclarece o principal: que o cangaço, embora tendo em sua origem a revolta espontânea contra uma ordem de coisas terrivelmente injusta, a nada conduziu às massas camponesas exploradas e oprimidas. Ao contrário, os bandos de Lampião, Antônio Silvino, Luis Padre, Corisco e tantos e tantos outros degeneraram em simples salteadores e assassinos. Colocaram-se invariavelmente a serviço de latifundiários, na luta renhida entre estes. Mais ainda, não viveriam sem os latifundiários, que se transformavam em coiteiros seus.

Se o condenamos ao cangaço, não é apenas a violência pela violência, mas também não ter em conta o verdadeiro estado de espírito das massas camponesas; estar desligado de todo movimento popular e da luta pela terra ou simplesmente contra a exploração feudal; é a sua ausência de ideologia e, portanto, de consequência, de objetivos claros e definidos, de classe; é a degenerescência do cangaço em lumpem. O cangaço tem apenas um elemento positivo: o sentimento de revolta que o gera. Traduz de início esse sentimento. Mas logo a seguir o trai, pois sua ação é cega.

O cangaço, é verdade, é uma modalidade de guerrilha, mas guerrilha desligada de um centro diretor, sem um núcleo-matriz que a alimente, pois a dispersão dos reduzidos bandos de cangaceiros pelos sertões é a sua morte. E ela mesma

uma demonstração de impotência, modalidade de luta que, por mais que dure, a nada conduz. E a nada conduz precisamente porque lhe faltam objetivos de caráter social: os objetivos ficam reduzidos aos imediatos e grupais de manter o bando, assegurar alimentos e armas, destruir outros bandos, praticar assaltos contra este ou aquele fazendeiro caindo na prática geralmente a serviço deste ou daquele fazendeiro, contra seu adversário mas próximo.

Ausência, por tudo isso, de espírito revolucionário, e presença unicamente de espírito aventureiro.

Os fatores do cangaço, naturalmente, são econômicos e sociais, e não os tão alardeados motivos de ordem pessoal, de perseguição a determinados indivíduos, mesmo quando essa perseguição exista. O cangaço como fenômeno social é produto direto da luta de classes no campo. Mas, do lado das classes dominantes no campo esta modalidade de luta não oferece nenhum perigo. Estas classes dispõem do poder econômico que lhes dá limitada capacidade de corrupção, submetendo facilmente a seu guante e utilizando para seus objetivos qualquer desgarrado bando de cangaceiros.

Muito diversa é a ação de movimentos como Canudos, Contestado e até mesmo um reduto de proporções incomparavelmente menores, como foi o de Zé-Lourenço (o beato Lourenço). Já lá temos uma distinção fundamental: a ocupação de terras. Só isto é motivo de profundas inquietações por parte dos grandes proprietários, porque no mínimo seria exemplo perigoso a propagar-se. Mas, o mais sério é que, ao contrário do cangaço, redutos como aqueles se enraizaram nas massas do campo, têm chama revolucionária e alimentam um espírito revolucionário, isto é, de transformação radical das relações de produção no campo.

Mas o professor Ermolaiev revela não só não perceber esta distinção, como ainda inclui o movimento rebelde de Juazeiro ao lado de Canudos e Contestado, afirmando, de maneira errônea, ter sido ele também afogado em sangue. O que não é verdade. Juazeiro serviu diretamente a objetivos políticos imediatistas dos coronéis do Cariri na sua luta pelo governo do Estado do Ceará. Os jagunços do Padre Cicero e Floro Bartolomeu foram financiados diretamente pelo governo federal (ou melhor, por Pinehiro Machado) para derrubarem o governo local de Franco Rabelo e justificarem uma intervenção federal no Estado. (E não «intervenção» contra os jagunços, como parece ter compreendido o prof. Ermolaiev).

O autor do prefácio ao romance de Lins do Rego supõe encontrar autênticas sublevações camponesas revolucionárias em simples atos de cangaço. Daí escrever a certa altura que «grandes insurreições camponesas tiveram lugar nesse período (começo deste século — RF) nos Estados do Nordeste...». E que «no Estado de Alagoas eclodiram: insurreições de índios» (p. 8), que nós brasileiros desconhecemos.

A visão deformada adquirida pelo prof. Ermolaiev em relação às lutas do campesinato brasileiro leva-o a encontrar no Contestado um movimento «de caráter anti-imperialista», em face da «ampla expansão dos trustes estrangeiros». E afirma: «A guerra camponesa do Contestado, como os subsequentes movimentos revolucionários do campesinato brasileiro no Sul e Nordeste do País orientava-se diretamente, antes de tudo, contra os trustes norte-americanos» (p. 9).

Infelizmente não é verdade. Passado quase meio século da destruição do Contestado, a consciência anti-imperialista entre o povo brasileiro ainda não adquiriu as proporções desejadas. De fato, ela começou a formar-se, a ganhar nitidez entre as massas populares nos



Sertanejo agrada na URSS

últimos 15 ou vinte anos. Muito menos poderia estar incluída entre as atrasadas massas camponesas do começo do século. Mas algumas observações de detalhes, mas que serão úteis para um melhor esclarecimento mútuo. Desconheço o fato citado pelo professor Ermolaiev de que destacamentos de Lampião combateram na Coluna Prestes. (p. 11). Acrescenta ainda o autor do prefácio de «Cangaceiros» que o primeiro golpe no cangaço foi vibrado ainda pela Coluna Prestes (p. 14), coisa de que jamais ouvira falar antes. E finalmente não é verdade que a literatura de autores nordestinos surgiu

Há um grande interesse dos soviéticos pelas coisas do Brasil, principalmente de nosso povo. Daí o sucesso dos romances que retratam o sertanejo. No clichê, fac-símile de Cangaceiros.

da depois de 30 seja denominada entre nós de literatura do «Inferno Verde» (p. 5). O que se convencionou no Brasil chamar de Inferno Verde é a Amazônia, e não o Nordeste, que só poderia ser inferno seco... Não creio que estes reparos ao prefácio do professor Ermolaiev o desanimem no seu esforço de compreender os problemas do Brasil. Espero, ao contrário, que contribuam para lhe mostrar o quanto são complexos os nossos problemas e que merecem um estudo mais aprofundado. O professor Ermolaiev, no seu entusiasmo pelo Brasil, é capaz de fazê-lo.

Tópicos Típicos

Trechos de conversas ouvidas na rua:

- Amanhã vai faltar água em Ipanema.
- Como é que voce sabe?
- Por causa das eleições. O Mario Morel entrou pelo cano.
- Soube do que aconteceu com o Milton Campos?
- Não. Que foi?
- Entrou num restaurante, o garçon gritou "serviço pra um!" e ele não! — saiu correndo. Nunca trabalhou na vida.
- Que é que você está lendo aí, fanhoso?
- Um artigo do Nelson Coelho, no JORNAL DO BRASIL.
- Sobre que?
- Sobre zenbundismo.
- Larga disso, rapaz. Isso não leva a boa coisa.
- O Flávio Cavalcanti está puxando briga com Antonio Maria.
- É verdade. Eu também, quando menino, era o tipo do fraco abusado. Mas tem um porém: nunca tive boquinha de flor.
- O Gudin disse no O GLOBO que o marxismo não existe mais.
- Quem não existe mais e ele, que já virou ectoplasma.
- Sabe que uma antepassada do poeta Konder Reis (da família Breves) derramou chumbo decretado no ouvido do marido, enquanto o marido dormia?
- Sei. E dizem até que a audição do marido piorou sensivelmente, depois do evento.
- Você, que votou no Ademair, o que me diz das eleições?
- Quem ri por último ri melhor.
- Nada disso: quem ri por último ri atrasado.
- Diálogo na fila de votação: — Mocu, qual é o número do Tenório Cavalcanti? — O número do Tenório Cavalcanti e Sérgio Magalhães, se você tiver um mínimo de consciência.
- Dizem que o Gilberto Freyre vai ser ministro de Jânio.
- Gilberto, o eremita apipuquense?
- O próprio.
- Não vai ele ter uma gestão ministerial fascista, nos moldes do salazarismo, que tanto ciogiuu.

Pedro Severino

CHINA
REVISTA ILUSTRADA
em cores
Uma festa para seus olhos em todas as bancas ou na
AGENCIA INTERCAMBIO CULTURAL
R. dos Estudantes, 84 — s/38
SAO PAULO
Número Avulso — Cr\$ 35,00
Assinatura anual — 650,00
Visite-nos!
Os pedidos de assinaturas devem ser acompanhados de cheque ou vale postal.

700 Mil Trabalhadores Reclamam Aumento de Salário

Cerca de 700.000 trabalhadores do Estado de São Paulo estão empenhados numa batalha vital por aumento de salários e se dispõem já a ir à greve, caso os patrões não atendam sua justa reivindicação.

Iniciada há mais de um mês, dada a aproximação do término dos diversos acordos estabelecidos no ano passado, a campanha salarial só se intensificou agora, depois das eleições. Metalúrgicos, têxteis, gráficos, trabalhadores em papel e papelão, curtumes, calçados e químicos já iniciaram, de uma ou outra forma, os entendimentos. Em sua maioria, trata-se de lutas de caráter estadual, uma vez que os acordos anteriores haviam sido generalizados. E elas coincidem também com a campanha nacional dos bancários e com a luta de todos os trabalhadores brasileiros pelos novos níveis de salário mínimo.

Não há outra saída

Os trabalhadores estão convencidos de que não há outra saída para as dificuldades que atravessam senão esse reajustamento imediato. Cada dia que passa os preços sobem, sem que qualquer autoridade tome providências. O preço da carne chega a limites verdadeiramente absurdos, tão absurdos que o povo já não a pode consumir. E há escândalos como esse do preço do leite: os paulistas estão pagando o leite mais caro apenas porque a COAP não pode reunir-se (nem o governo nomeia seus membros, nem os nomeados — patronais — comparecem às reuniões). Então prevalece uma velha portaria sobre a determinação posterior da COFAP. E o prejudicado é o povo, que continua pagando mais Cr\$ 2,00 em litro do que deveria pagar. E há mais: bastava que o governo do Estado concordasse com a não incidência do imposto de vendas e consignações sobre o leite para que seu preço caísse mais ainda. Mas, longe de estar interessado em beneficiar o povo, o governo do sr. Carvalho Pinto continua sempre preocupado apenas em encontrar novos meios e formas de explorá-lo.

Dessa maneira, os trabalhadores não podem recorrer a outra coisa se não à luta pelo aumento dos seus salários, a fim de fazer face aos aumentos constantes do custo de vida.

Assembléias

Quatro grandes assembléias sindicais reunidas domingo último, exigiram reajuste de 40% sobre os salários atuais: vidreiros, sapateiros, trabalhadores em papel e papelão e torrefação e moagem de café.

As quatro assembléias pronunciaram-se contra o salário-teto.

Consideram os trabalhadores que a medida, além de ilegal, está inteiramente superada, desde 1958, quando foi excluída dos acordos salariais.

Três categorias profissionais — trabalhadores em calçados, papel e papelão e torrefação de café decidiram deflagrar a greve, caso, dentro de poucos dias, os salários não sejam reajustados na base solicitada.

O pessoal do papel e papelão repeliu a proposta patronal de 25%, considerando-a fora de qualquer cogitação, já que está muito aquém da majoração do custo de vida.

Aumento ou greve

Os trabalhadores em calçado de liberaram formar comissão de greve e cruzar os braços, a partir do próximo dia 23, caso os empregadores não lhes tenham reajustado em 40% os salários. Reuniões com os delegados das fábricas vêm sendo feitas no sindicato da classe, para enfrentar a situação.

Os trabalhadores na indústria de torrefação e moagem do café resolveram rejeitar a proposta dos empregadores, segundo a qual só haverá aumento de salários se o I.B.C. reduzir de mil para setecentos cruzeiros a saca de café para o nosso Estado. «Este — disse um dos oradores da assembléia — é um assunto que deve ser resolvido entre os empregadores e o I.B.C.»

Dia 20 próximo haverá reunião, na DRT, entre as partes para resolver a pendência. Se nada resultar desses entendimentos, será decretada a greve em todo o setor.

Os vidreiros reuniram-se na sede do Sindicato dos Metalúrgicos. Decidiram pleitear 40% de aumento. A assembléia exigiu que sejam feitos entendimentos com os empregadores, voltando a reunir-se ainda este mês para apreciar o trabalho desenvolvido nesse sentido pela diretoria da entidade da classe.

Mas, além destas categorias que já realizaram assembléias, também os metalúrgicos, os têxteis, os químicos, os trabalhadores em frios e cortumes se reunirão dentro dos próximos dias, ou já para apreciar respostas dos patrões às propostas iniciais, ou para aprovar as primeiras medidas.

Reunião intersindical

Para o próximo dia 22, na sede do Sindicato dos Gráficos, está marcada uma importante reunião das comissões de salários e das diretorias de sindicatos empenhados na campanha salarial, a fim de es-

tudar-se a unidade de ação na luta.

Esta unidade se faz agora mais necessária, pois, os patrões, em notas que têm feito divulgar principalmente através de o «Estado de São Paulo», afirmam que não poderão conceder mais do que 25% de aumento, ao mesmo tempo que acusam de «agitação» a luta dos trabalhadores. De um lado, surgem apelos à «compreensão» da necessidade de se manter um clima de tranquilidade e concórdia, agora que o sr. Jânio Quadros foi eleito. De outro, afirmações de que a exigência de 40% é inteiramente descabida.

Nos meios sindicais, entretanto, nem os apelos nem as intrigas encontram ressonância. Os trabalhadores estão profundamente interessados e na conquista de um aumento salarial que lhes permita reajustar seus orçamentos, profundamente prejudicados com a carestia. A luta por aumento salarial e por aumento geral de salários está mobilizando centenas de milhares de trabalhadores, dispostos a conquistar suas justas reivindicações.



Mais uma greve à vista

Os trabalhadores na indústria de papel e papelão repeliu a proposta patronal de um aumento de 25% sobre os salários atuais, e decidiram ir a greve, se não for encontrada uma solução satisfatória na mesa-redonda convocada para terça-feira, na DRT. Essa resolução foi adotada na assembléia de domingo último.



Vidreiros reúnem-se

Os vidreiros paulistas também mobilizam as suas forças para a luta em defesa de melhores salários. A assembléia de domingo último, realizada na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, foi uma das mais movimentadas e expressivas. Na foto, a mesa que dirigiu os trabalhos. Os trabalhadores estão dispostos a não permitir que a situação continue assim.

CINCO AUMENTOS EM QUATRO MESES

Paulista Não Pode Comer Carne: Quilo do Contra-Filé Está a 180 Cruzeiros

Mais 10 cruzeiros em quilo de carne é o que o paulistano está pagando a partir do dia 10. E isso apesar da grande queda no consumo verificada nestas últimas semanas, em consequência das consecutivas elevações de preços. Nos últimos 4 meses, houve 5 aumentos.

Desde que a alta teve início em

caráter "galopante", uma organização de senhoras da sociedade vem fazendo campanha pela redução do consumo, visando com isso forçar a baixa. Alguns jornais chegaram a noticiar que os preços estavam realmente baixando. A verdade, entretanto, é que se tratava de casos isolados, em que os próprios açougueiros, desesperados com a diminuição das vendas, resolviam liquidar seus estoques do dia. Agora, os frigoríficos reafirmaram a decisão de auferir maiores lucros: aumentaram novamente os preços no atacado. O contra-filé passará a custar Cr\$ 180,00 o quilo, no varejo, e a carne de primeira, Cr\$ 150,00.

É que o único interesse dos

trustes que controlam o mercado da carne é o lucro; e como a exportação lhes permite agora uma maior margem, voltam-se decididamente para esse lado. E os preços continuam aumentando.

Aumento exagerado

Da mesma maneira que os preços de todos os produtos controlados pelos trustes norte-americanos, também o da carne tem subido mais rapidamente do que os dos demais produtos. De acordo com um estudo aqui divulgado com dados da Secretaria da Agricultura e da Fundação Getúlio Vargas, foi a seguinte a evolução dos índices econômicos e do preço da carne, de 1954 a 1960:

Ano	Índices econômicos	Preço da carne
1954	100	100
1955	121	145
1956	146	155
1957	165	155
1958	185	182
1959	241	286
1960 (1.º semestre)	339	466 (1.º sem.)

Isto comprova perfeitamente o quanto dissemos: enquanto os preços médios se elevaram de aproximadamente 240% nestes sete anos, o preço da carne aumentou de quase 370%.

Também invernistas e criadores fazem bons negócios. O preço do boi em pé é, hoje, de 5 a 6 vezes maior do que o vigente em 1954. Não por acaso os latifundiários mostram tanto interesse — como acontece com o sr. Zico Diniz, em Santa Fé do Sul — em transformar suas lavouras em pastagens. Eles sabem que assim terão muito menos trabalho e lucros maiores. Se, em consequência disso, cai a produção de gêneros alimentícios e o povo fica sacrificado, pouco se lhes dá. Da mesma maneira que pouco lhes importa se o boi que criam é utilizado para alimentar os brasileiros ou simplesmente para engordar os trustes norte-americanos.

Queda do consumo

A consequência não poderia deixar de ser um acentuado decréscimo no consumo de carne na Capital. Em 1958 consumimos, de acordo com dados fornecidos pela Prefeitura, 160.000 toneladas de

Notas de São Paulo

Representantes dos EEUU

no Ibirapuera (TRE)

Coube ao deputado Orlando Zancaner, vice-líder da bancada do PSP, analisar em discurso pronunciado esta semana na Assembléia Legislativa os resultados das eleições. A oração do representante pesepista foi principalmente de advertência ao povo e em particular ao sr. Jânio Quadros. Depois de chamar a atenção do presidente eleito para as responsabilidades que lhe devem ser inerentes na salvaguarda da unidade nacional e do regime democrático, aduziu: «Queremos lembrar a este homem que ontem foi eleito presidente da República, que tem para conosco uma dívida muito grande, pois dos embaixadores com representação neste país os dois únicos que compareceram à abertura das urnas foram o cônsul dos Estados Unidos, em São Paulo, e o embaixador dos Estados Unidos, no Distrito Federal. Tudo isto é de estarrecer! Ontem, várias potências estrangeiras se manifestaram em sinal de regozijo pela vitória do sr. J. Quadros, entre elas os Estados Unidos e o Japão. Nós advertimos, porém, ao presidente eleito, advertimos a bem da nação, que não poderá vender-nos.»

Janistas querem Petrobrás

Manifestantes janistas na Pça. da Sé, festejando a vitória do sr. Jânio Quadros, vêm em discurso acentuando seu desejo de que o governo a instalar-se em janeiro defenda com a energia que o sr. Juscelino não teve a soberania nacional. Em Taubaté, expressiva massa popular janista desfilou pela cidade, encerrando a manifestação no local onde se ergue uma torre simbólica do petróleo (homagem à Petrobrás) ali instalada por setores nacionalistas que apoiaram o marechal Teixeira Lott. Os populares exaltaram o monopólio estatal e afixaram no monumento uma fotografia do sr. Jânio Quadros.

São comuns entre os populares janistas opiniões sobre a necessidade de uma política nacionalista por parte do novo governo.

Nos setores nacionalistas lottistas verificam-se pronunciamentos no mesmo sentido.

Policia rápida contra os pobres

Comentando a morosidade da polícia na apuração do crime do Morumbi, em que perdeu a vida o cineasta Osvaldo Junqueira e apareceram como indiciados algumas figuras da alta sociedade paulistana, o sr. Cid Franco, também na Assembléia Legislativa, procurou em discurso fixar responsabilidades. Criticando a polícia, sempre pronta a agir com rapidez quando se trata de descarregar o peso de suas forças nas costas de homens do povo, o parlamentar socialista indagou qual a razão de tanta demora e acusou que a polícia é bem um retrato da democracia brasileira, «deumana, desorientada».

OFICIAIS PATRIOTAS REPELEM INSULTOS DE MR. CABOT

“Não Podemos Aplaudir o Chicote do Colonialismo”

Aparentemente, Mr. Cabot tem aqui a missão de periodicamente lembrar aos brasileiros a situação de dependência e semi-colonização em que vive nosso país, em relação aos Estados Unidos, e de avivar o sentimento de revolta de nosso povo contra essa condição de domínio político, militar e econômico, por uma potência estrangeira. Se sua missão é essa, deve ser dito que ele se desincumbe dela com rara habilidade.

Não se pode ofender mais uma nação do que o fez, quinta-feira passada, o embaixador norte-americano. Falando na Escola Superior de Guerra — o que já é um insulto à nação, pois é inconcebível, num país soberano, que um embaixador estrangeiro possa ditar regras de conduta ao governo deste país, e muito menos em tais lugares — Mr. Cabot acumulou agressões ao nosso povo. Disse que os Estados Unidos, se quisessem, poderiam ter facilmente invadido e conquistado militarmente o Brasil, como se nosso povo não fosse capaz de defender-se.

«Há, além disso, o fato evidente de que durante decênios desse período nós tivemos sem sombra de dúvida o poder para satisfazer quaisquer ambições imperialistas que pudessemos nutrir em relação ao Brasil», disse Mr. Cabot, textualmente, ao tentar explicar porque, na sua opinião, não existe perigo para o Brasil nas relações militares com os Estados Unidos.

Mr. Cabot foi além. Afirmou que «o poderio dos Estados Unidos, e só o poderio dos Estados

Unidos pode defender e defende a segurança do Brasil contra qualquer ameaça estrangeira». Isso tudo foi dito textualmente, letra por letra. Houvesse no Brasil um governo soberano, e apenas esta frase seria motivo para a imediata expulsão do embaixador insolente, pois não se pode conceber tentativa mais ousada de humilhar um país.

Isso quer dizer que Mr. Cabot afirma, no centro de orientação superior da segurança nacional, que o Brasil é um país dependente, incapaz de manter-se sobre suas próprias pernas.

A petulância de Mr. Cabot não ficou aí. Afirmou que os investimentos tanques no país são «a galinha de ouro» de que vivem os brasileiros, advertindo-nos contra um excesso de ganância — o controle das remessas de lucros — que pudesse «matar a galinha». Transfigurou o monopólio do nosso comércio exterior pelos Estados Unidos, contra o qual lutam os nacionalistas e que já foi, em Cuba, na Guatemala e outros países, uma das causas de sangrentas revoluções nacionais, apresentando-o como um especial favor que os Estados Unidos estariam fazendo ao Brasil. «Os Estados Unidos são os melhores fregueses do Brasil», disse.

Além de ofender os brios do nosso povo, Mr. Cabot ainda menosprezou a inteligência dos brasileiros — cu revelou a própria burrice — apresentando como prova da não existência dos trustes e mo-

nopólios, nos Estados Unidos, o fato de existir ali uma lei que os proíbe, como se a prostituição e o roubo deixassem de existir por serem proibidos. E apresentou o «dumping» do trigo americano no Brasil, que liquidou a produção tritícola do Rio Grande do Sul, e as atividades do Ponto IV na espionagem e na compra de políticos corruptos como fatos relevantes da «ajuda econômica» norte-americana ao nosso país.

Na própria Escola Superior de Guerra Mr. Cabot pôde sentir o pouco da repulsa de nosso povo por suas palavras insolentes. Grande número dos oficiais que o ouviam deixaram ostensivamente de aplaudir-lo, a ponto de seu protesto ser motivo de incidente, quando um general mais identificado com o entreguismo os interpelou sobre seu silêncio.

«Não podemos aplaudir o chicote do colonialismo», foi a resposta que ouviu deles. E soube-se que, como complemento ao protesto, os mesmos oficiais resolveram não mais aceitar o convite feito à sua turma para visitar os Estados Unidos, preferindo substituir esta viagem por uma visita às obras da Petrobrás.

O discurso de Mr. Cabot na Escola Superior de Guerra ficará sem dúvida marcado como um dos documentos mais vergonhosos da dominação imperialista a que está submetido o nosso país. É um insulto lançado à face do povo brasileiro, que não ficará sem resposta.

Povos Independentes Começam a Decidir da Sorte da ONU



Neutralismo em ação: Seku

O presidente Seku Turé, antes de se dirigir à ONU, fez uma viagem pelos países socialistas. Na China foi recebido com todas as honras pelo Governo chinês, assinando acordos e conferenciando com os dirigentes chineses.

Lumumba: EUA Dão Dinheiro Para Corromper Congolese

«Por enquanto, não querendo fazer nada que possa agravar a situação, digo aos soldados que me seguem e que desejam tomar a iniciativa: não façam nada. Se for vencido no Parlamento, farei oposição e estou certo de que em dois meses derrubarei o governo que Casavubu estabelecer. Casavubu ordenou o fechamento do Congresso. Impede que os parlamentares se dirijam às suas províncias. Os eleitos estão privados de suas imunidades. Agora desenvolve-se uma operação de corrupção, e o dinheiro que serve a essa corrupção é dado pelos norte-americanos. Atualmente, procura-se me eliminar por todos os meios, pela corrupção e pelo assassinato. Os conselheiros europeus de Casavubu querem que Lumumba seja eliminado de qualquer forma porque, dizem eles, Lumumba é comunista. Ora, eu não sou comunista, sou nacionalista.»

Estas palavras foram ditas recentemente pelo primeiro-ministro congolês Patrice Lumumba a um correspondente do jornal francês «l'Humanité».

O primeiro-ministro falava em sua residência oficial, cercado de funcionários e recebendo a todo instante delegações de civis e militares de todo o país que lhe prestavam seu apoio. Boicotado pelas agências internacionais, tendo seus poderes violados pelos funcionários da ONU no Congo, sofrendo a pressão reacionária dos elementos ligados ao presidente Casavubu, ao coronel Mobutu e aos agentes diretos do colonialismo belga Tchombé e Calonji, Lumumba conta, entretanto, com a solidariedade integral da maioria do povo congolês, dos governos das províncias de Leopoldville, Oriente, Equador e Quivu, do Congresso e de grande parte do exército.

Na Catanga e no Casai, únicas províncias que ainda estão controladas pelos colaboracionistas, os levantes dos mineiros e camponeses se repetem e ameaçam cada vez mais os «governos» de Tchom-

bé e Calonji. Dentro das próprias tropas da ONU cresce o descontentamento com a política pró-colonialista dos auxiliares de Hamarskjold, seguindo o exemplo de Gana, Guiné e RAU. Na última semana, por exemplo, os soldados do Mali e da Etiópia se negaram a atirar nos mineiros balubas que tomaram várias cidades e aeroportos no norte da Catanga. Na própria capital do país, Leopoldville, os soldados de Gana impediram várias vezes que o coronel Mobutu prendesse o primeiro-ministro Lumumba na residência oficial do governo.

O colonialismo trava no Congo, semelhantemente ao que acontece na Argélia, uma de suas batalhas finais. O povo congolês e os dirigentes dos países independentes da África compreendem isto e estão dispostos a continuar a luta até a vitória completa. Independente, o Congo poderá explorar suas imensas riquezas naturais, como o cobre, o cobalto, o manganês, o urânio, o estrôncio, os diamantes, etc., em benefício dos próprios congolese e de toda a África. Este é o pesadelo do colonialismo...

Coréia do Sul: mais um vai cair breve

Os estudantes, operários e funcionários coreanos voltaram às ruas de Seul e de outras cidades da Coréia do Sul para protestar contra a política do governo do primeiro-ministro Chang, que condenaram como legítimo sucessor de Singman Rhee. Um dos motivos que aumentaram o descontentamento popular foi a benevolência da justiça em relação aos criminosos do antigo regime policial, principalmente alguns altos funcionários do Ministério do Interior e da polícia.

As eleições na Coréia do Sul deram uma grande vitória às esquerdas e ao partido democrata, de Chang, que fez o governo. A pressão norte-americana e dos círculos latifundiários ligados ao antigo regime acabou por dominar e dobrar o governo de Chang. Quando viram que o cavalo de Singman Rhee estava definitivamente liquidado, os EUA começaram a jogar tudo o que têm num outro cavalo que, entretanto, não promete resultados melhores. A mesma polícia que serviu a Singman Rhee para oprimir o povo é jogada novamente contra o povo. E' sinal de que o fim se aproxima.

A XV Assembléia Geral das Nações Unidas marcará um dos momentos mais decisivos na história das relações internacionais. Em primeiro lugar, jamais houve uma reunião tão ampla de governantes de todo o mundo, representando países dos mais distintos regimes sociais e níveis de desenvolvimento. Cerca de trinta dirigentes nacionais expuseram seus pontos-de-vista perante a Assembléia e realizaram numerosos contatos pessoais em benefício do melhor entendimento entre os Estados. Em segundo lugar, 17 antigas colônias foram admitidas na organização como uma demonstração cabal de que a Ásia e a África se levantam inexoravelmente contra o domínio colonial. Finalmente, pela primeira vez, os Estados Unidos e seus aliados militares sofreram derrotas vergonhosas ou tiveram que se contentar com vitórias apertadas e precárias. Comentando a decisão da assembléia de adiar para a próxima sessão, o problema do reconhecimento dos direitos da China a ocupar o posto que lhe cabe na ONU, um comentarista da agência mais reacionária dos Estados Unidos, a «Associated Press», dizia que os EUA se viram obrigados a «implorar» à ONU que adiasse, como ele mesmo diz, pela última vez a discussão do problema. Outra desagradável surpresa espera o colonialismo francês quando for discutida a questão argelina. A paciência dos povos chega ao seu limite e o

poder do imperialismo e do colonialismo para impor sua vontade aos países dependentes está chegando ao fim.

O processo do colonialismo

Uma das características da atual situação mundial, plenamente refletida na Assembléia Geral da ONU, é a crescente importância dos países neutralistas da África e da Ásia, que reforçam cada vez mais sua política anticolonialista, antiimperialista e em defesa da coexistência pacífica. A importância destes países é tão grande que o próprio Governo norte-americano, que ainda recentemente dizia pela boca do «saudos» Foster Dulles que o neutralismo era «imoral», teve que coquetear com os jovens Estados afro-asiáticos, numa tentativa de evitar a catástrofe final que já se anuncia claramente.

Dirigentes como Nehru, Nasser, Sukarno, Nkruma, Seku Turé, Norodion Sianuk, Sylvanus Olimpio e muitos outros responderam abertamente às manobras imperialistas. Se alguns governantes africanos e asiáticos ainda se agarram às saias das velhas decrepitas do imperialismo, aproxima-se o dia em que mudarão de atitude ou serão repelidos por seus povos. Hoje, o discurso do presidente da Guiné, Seku Turé, já representa uma advertência:

«Serão inúteis todos os esforços desenvolvidos pelos que defendem o sistema colonialista, pois toda a

África se libertará muito mais cedo do que se imagina. Por outro lado, os que esperam que a África se situe neste ou naquele bloco mundial perdem seu tempo, pois já passou a época em que o continente africano era apenas uma fonte de riqueza e de proveito para as nações estrangeiras. Entretanto, consideramos que jamais poderá haver paz duradoura na África enquanto houver potências colonialistas. Neste momento, a independência imediata e completa de todos os povos colonizados constitui a nossa preocupação essencial. Estamos certos de que os novos Estados africanos, que acabam de ser admitidos na ONU, se oporão energeticamente a todas as manobras de isolamento levadas a cabo pelos imperialistas que desejam continuar gozando os proveitos da colonização. Os novos membros africanos da ONU se recusarão a desempenhar o papel de títeres. Os que contam com os votos dos africanos para manter seu domínio colonial contra a Argélia serão os primeiros a conhecer uma profunda decepção».

A batalha do desarmamento

Não tendo qualquer proposta a apresentar sobre o desarmamento, não podendo responder ao desafio de Kruschiov: aceitem o desarmamento que nós aceitaremos qualquer tipo de controle, os Estados Unidos e seus aliados se opuseram obstinadamente à proposta dos cinco neutralistas, Iugoslávia, Indonésia, Índia, RAU e Gana, para que Kruschiov e Eisenhower se encontrassem para iniciar a discussão sobre o desarmamento. A proposta neutralista, além do mais, continha um aspecto muito positivo, que era o de exigir uma participação ativa da própria Assembléia Geral nos debates sobre o problema.

Imediatamente, os Estados Unidos lançaram mão da Austrália e da Argentina para apresentar emendas «construtivas» à proposta dos cinco, uma vez que qualquer tentativa de derrotá-la acarretaria um fracasso inevitável. A emenda australiana substituiu a emenda Eisenhower-Kruschiov por uma nova conferência de cúpula, solução que retiraria o desarmamento da alçada da ONU para colocá-lo exclusivamente sob a responsabilidade de reuniões de cúpula onde os norte-americanos poderiam usar com mais eficácia sua tática de protelar indefinidamente a adoção de soluções concretas. Posta em votação a emenda, verificou-se um espetáculo inédito na ONU: mais de quarenta países votaram contra, outros tantos se abstiveram e apenas os Estados Unidos, Inglaterra, França, Canadá e Austrália votaram a favor, ficando completamente isolados.

Entrou então a segunda fase, mais encoberta, da manobra. A emenda argentina consistia em substituir a referência aos nomes de Kruschiov e Eisenhower por uma expressão mais vaga, pedindo aos EUA e à URSS que retomassem seus contatos. Tratava-se de manobra evi-

dente, como Nehru, Nkruma e outros líderes se encarregaram de desmaçarar, pois os dois países não interromperam suas relações diplomáticas. Depois de enorme pressão dos Estados Unidos nos corredores da ONU, a emenda argentina foi aprovada por apenas um voto. Entretanto, 36 países votaram contra e 22 se abstiveram, isto é, sessenta por cento dos membros da ONU se negaram a compactuar com a política de guerra fria. Pouco depois, uma emenda do Ceilão, mudando novamente a redação da proposta para especificar que o nível em que os contatos deveriam ser retomados era o de governantes, foi aprovada.

Domínio chega ao fim

A lição que se deve tirar destas votações é que dez países socialistas, um latino-americano e vinte e cinco afro-asiáticos, representando mais de um terço dos membros da ONU, constituem uma vanguarda sólida de defesa da coexistência pacífica e da luta dos povos contra o imperialismo. Além disto, vinte e cinco outros países da América Latina, Europa do norte, Ásia e África se aproximam cada vez mais de uma posição de neutralismo positivo. Em outras palavras, a própria composição da ONU levará, dentro em breve, a maior aceleração do processo de decadência do imperialismo e de hegemonia das forças da paz e do socialismo em todo o mundo.

E' sob este ponto de vista que os senhores do bloco militar da OTAN se apavoram diante da perspectiva de uma modificação da estrutura da ONU para garantir a participação justa a que têm direito os países socialistas e neutralistas, principalmente os afro-asiáticos. A composição do Conselho de Segurança, com quatro membros imperialistas, entre eles o fóssil e títere representante de Chiang-Kai-Chek, e mais dois ou três membros temporários capitalistas é uma das anormalidades que terá que ser extirpada. O mesmo ocorre com o secretário geral, até agora imposto pelos imperialistas às Nações Unidas. E' significativo que exatamente quando entramos no período em que o socialismo superará economicamente o capitalismo na arena mundial, e em que o sistema do colonialismo chega ao seu fim, a União Soviética tenha apresentado uma proposta de criação de um secretariado geral com três membros com direito a voto, representando os países capitalistas, socialistas e neutralistas.

Como disse Kruschiov, os países socialistas têm plena confiança no futuro e no apoio inevitável dos povos à causa da paz e do progresso da humanidade, e não necessitam de impor um domínio sobre a ONU. Pelo contrário, defendem o princípio de que todos os conflitos internacionais devem ser resolvidos por acordo geral. E não está mais muito distante o tempo em que as decisões da ONU serão tomadas por unanimidade porque corresponderão aos interesses e anseios de todos os povos.



Lumumba: sou nacionalista

Patrice Lumumba, que ganhou por grande maioria as eleições parlamentares nas províncias em que pôde concorrer, continua sendo o primeiro-ministro reconhecido pelo Congresso e pelo povo congolês.

Fronzizi rouba do Estado e dá aos trustes

Os jornais informaram nos últimos dias que cresce o descontentamento entre os círculos militares argentinos em relação ao governo entreguista de Fronzizi. Como era de se esperar, seguiram-se vários desmentidos oficiais, inclusive do Ministro da Guerra, que assegurou que havia a maior tranquilidade em todo o país.

Transpirou, entretanto, que os oficiais do exército estão indignados com a decisão de Fronzizi de entregar aos trustes norte-americanos do petróleo várias obras e instalações construídas pelo exército argentino e que se destinavam à companhia estatal «Yacimientos Petrolíferos Fiscales», principalmente na Patagônia.

Eis em que dá a famosa «teoria» da iniciativa privada. Tanto na Argentina como no Brasil, os defensores desta «teoria» dos monopólios dizem que a entrada de outras companhias não prejudicaria em nada as empresas oficiais. Por trás da «concorrência leal», entretanto, o que existe é a mais descarada subserviência à ESSO, SHELL, TEXACO e similares

Adenauer «perdeu o rebolado»: Nehru diz não

O primeiro-ministro indiano, Jawaharlal Nehru, de volta de Nova York, onde foi participar nos debates da ONU, passou por Bonn, sendo esperado no aeroporto pelo conhecido belicista e também chamado chefe do governo da RFA, Konrad Adenauer. Depois de uma entrevista particular, Nehru respondeu a perguntas dos jornalistas presentes.

Nehru reafirmou sua posição de que nenhum país devia tomar qualquer medida que possa agravar a tensão internacional. Nesse momento, para evidente prazer de Adenauer, um jornalista perguntou se ele não considerava que as medidas tomadas pelo Governo da RDA para controlar o trânsito para Berlim tendiam a agravar a tensão.

Segundo as agências imperialistas, a situação que se seguiu foi das mais «embaralhadas». De fato, Nehru negou-se terminantemente a responder à pergunta, deixando claro que só mesmo aqueles que se interessam pelo prosseguimento da guerra fria podem deixar de reconhecer que a política da RDA em relação a Berlim e ao problema alemão tem como objetivo chegar a um acordo justo.

Nota Internacional A China e a ONU

Passando por Londres, em sua viagem de volta à Índia, o primeiro-ministro Nehru declarou que os Estados Unidos tinham obtido sua última vitória ao conseguir que a atual Assembléia Geral da ONU se negasse a reconhecer os direitos da China a ocupar o lugar que lhe cabe no seio das Nações Unidas. Uma análise dos debates e da votação, com efeito, tende a demonstrar que o dirigente indiano tem toda a razão. No ano passado, a assembléia aprovou uma resolução dos E.U.A. adiando a discussão do problema por 44 votos contra 29 e 9 abstenções. Este ano, apesar da entrada de 17 novos membros na ONU, os Estados Unidos só conseguiram 42 votos contra 34 e 22 abstenções, principalmente dos países africanos recém-libertados do colonialismo francês mas ainda mantidos num regime de semidependência. Entre os países que votaram contra a noção norte-americana encontram-se a Suécia, Noruega, Dinamarca e Finlândia e os principais países afro-asiáticos. Vários países que votaram a favor dos Estados Unidos, por outro lado, rejeitaram o artigo 2º da proposta, contrária aos direitos da China de se fazer representar na ONU, limitando-se a concordar com o adiamento.

Na realidade, os Estados Unidos só contam atualmente com os seus sócios menores na OTAN, com algumas ditaduras da Ásia e com o pelotão latino-americano, mas mesmo neste último já começam a se fazer sentir as defecções. Enquanto isto, mais de um terço dos membros da ONU se pronuncia vigorosamente contra a política de guerra fria e de agravamento da tensão internacional, responsável pela violação aos direitos chineses. A manutenção do cadáver político de Chiang Kai-chek na ONU e em seu Conselho de Segurança na qualidade de membro permanente, em prejuízo dos verdadeiros representantes do povo chinês, já é inaceitável para 58 países, quase sessenta por cento dos membros, embora 22 deles ainda não tenham independência suficiente para votar inteiramente contra o Departamento de Estado. A própria evolução do continente africano, com a tendência irresistível à unificação da política externa de todos os países independentes para melhor defender os interesses de seus povos, se encarregará, por si só, de dar o golpe de morte na política norte-americana.

O reconhecimento dos direitos da China é, hoje, uma questão que põe em jogo o próprio caráter das Nações Unidas. É inadmissível que um país de seiscentos e cinquenta milhões de habitantes, representante de uma das mais antigas civilizações, que durante a última guerra mundial desempenhou um papel de primeira importância na derrota do nazifascismo e que se desenvolve a ritmos impressionantes, deixando para trás outros países anteriormente muito mais ricos, permaneça afastado de um órgão que foi fundado para ser um verdadeiro foro mundial no sentido da preservação da paz e do fortalecimento das relações de amizade entre todos os povos. A China de nossos dias é o segundo país do campo do socialismo e mantém relações diplomáticas e econômicas com dezenas de países de todo o mundo. Sua ausência da ONU é fator de desprestígio e enriquecimento da organização e só serve à política aventureira do imperialismo.

Euasto Cupertino

nas livrarias:

BRASIL SÉCULO XX

Rui Facó

Uma interpretação marxista da atualidade brasileira

Editorial Vitória

RESPONSÁVEL A INTRANSIGÊNCIA PATRONAL

Milhões de Trabalhadores Irão à Greve Pelo Novo Salário Mínimo

Reportagem de NILSON AZEVEDO

Os trabalhadores dos Estados de São Paulo e da Guanabara resolveram articular-se para a greve geral pelo reajustamento dos atuais níveis de salário mínimo. A greve, que poderá se estender a todo o País, ficou praticamente decidida logo após o ministro do Trabalho ter declarado aos líderes sindicais paulistas e cariocas, que havia esgotado todas as possibilidades de um acordo amigável com a Federação das Indústrias e com a bancada patronal na Comissão de Salário Mínimo do Estado da Guanabara, que continuavam negando-se a reconhecer a excepcionalidade para a revisão dos atuais níveis salariais, na base de um aumento de 60%, conforme o acordo firmado entre empregadores e empregados de São Paulo.

O mundo da lua

Quando os representantes patronais na Comissão de Salário Mínimo do Estado da Guanabara afirmaram que não votavam pela excepcionalidade para revisão do atual salário mínimo, porque não dispunham de elementos para julgar se o custo de vida havia subido ou não nestes últimos 22 meses, um vogal dos empregados perguntou se eles tinham passado todo esse tempo no mundo da lua, a bordo de algum sputnik.

Realmente, não havia outra pergunta a fazer, quando todo o mundo sabe, e os empregadores melhor do que ninguém, que os trabalhadores, não apenas na Guanabara, mas em todo o País, vêm tendo os seus salários reais sistematicamente diminuídos, em consequência do surto inflacionário e da especulação alista das tubarões do comércio, da indústria e do transporte.

Decididos a obterem maiores lucros às custas do sacrifício das massas trabalhadoras, os vogais dos empregadores na CSM da Guanabara fecham os olhos diante da realidade, e negam a existência de uma situação que reclama a imediata revisão do salário mínimo. Mas eles sabem, não apenas pelas estatísticas oficiais, mas porque as listas de preços estão aí para comprovar, que o custo de vida na Guanabara subiu de quase 70% nestes últimos 22 meses. De dezembro de 1959 a setembro de 1960 o preço do pão subiu de 22 para 40 cruzeiros o quilo; o do feijão, de 11 para 36 cruzeiros; o do arroz, de 17 para 36 cruzeiros; o do açúcar, de 13 para 25 cruzeiros; o da carne de boi, de 45 para 140 cruzeiros; o da carne seca, de 58 para 140 cruzeiros; o da banha, de 38 para 140 cruzeiros; o litro de leite, de 9,80 para 20 cruzeiros. Enquanto as despesas de alimentação, segundo os dados do SEPT, apresentavam uma média de 56% de aumento no período compreendido entre janeiro de 59 a agosto de 1960, as de habitação subiam de 103,82%; as de vestuário, 59,96%; as de higiene, 38,53%; as de transporte, 38,53%; e as de luz e combustível, 41,61%.

Protelação

Mas os empregadores não querem proceder a um reajustamento salarial na base da elevação do custo de vida. Inicialmente, a bancada patronal na Comissão de Salário Mínimo da Guanabara negava-se a votar a excepcionalidade sob a argumentação de que se tratava de um expediente eleitoral. Logo depois, salientaram que poderiam votar a medida de emergência, desde que estivessem convencidos de que o custo de vida tivesse sofrido uma elevação de real profundidade.

A conduta da patronal guanabarina, negando a evidência dos fa-

tos, obedeceu a uma manobra articulada pelo presidente da Federação das Indústrias, e pelos elementos mais reacionários do governo Kubitschek, que não queriam, de modo algum, a decretação dos novos níveis salariais antes das eleições de 3 de outubro. O objetivo deles era claro: prolongar o descontentamento da imensa massa que vive do mínimo salarial, e servir-se da justa indignação popular como um instrumento contra a candidatura do marechal Lott. O Governo serviu plenamente a esse objetivo, adiando, para as vésperas das eleições, a convocação das Comissões de Salário Mínimo, medida que os trabalhadores, através de assembleias e congressos sindicais, vinham reclamando desde abril do corrente, isto é, há mais de cinco meses.

O custo de vida

Hoje chegamos a uma situação verdadeiramente calamitosa. As estatísticas do SEPT (Serviço de Estatística e Previdência do Trabalho) assinalam que o custo de vida na capital de São Paulo subiu de 75% no período compreendido entre janeiro de 1959 e agosto de 1960, e de 68,92% no Estado da Guanabara, de janeiro de 1959 a setembro de 1960.

Esses dados referem-se a elevação do custo da vida durante os 21 meses decorridos após a decretação dos atuais níveis de salário mínimo, que entraram em vigor em janeiro de 1959.

Mas, na verdade, em janeiro de 1959 o reajustamento ficou aquém das necessidades mínimas do trabalhador, cujo salário real continua baixando, apesar da elevação periódica do salário nominal. Com efeito, a revista «Conjuntura Econômica» assinala que o custo de vida subiu de cerca de 80% no período de novembro de 1957 a novembro de 1959, e que o salário médio em novembro de 1959

apresentava uma diferença de 1.073 cruzeiros, equivalente a menos 13,4% do que o trabalhador deveria efetivamente ganhar em valor nominal, para atingir o valor real de 1959.

Embora nesse período o custo de vida tenha subido de cerca de 80%, o salário mínimo reajustado para aquela mesma época não subiu mais de 58%. Do mesmo modo que o salário médio havia baixado de seu valor real, o salário mínimo de 1959, ainda em vigor, é inferior em 12% ao que seria correspondente ao aumento do custo de vida, o que representa uma diferença, para menos, de 840,00 cruzeiros. De janeiro de 59 até os nossos dias a elevação do custo de vida foi de 68,92%. Esta elevação, somada ao déficit de 12% que o salário atual já apresentava, assinala que, para recuperar o salário real de 1957, os trabalhadores precisam de um reajustamento, na antiga Capital, de, pelo menos, 80,92%.

Solução de emergência

Tal era, e ainda continua sendo, o quadro de miséria a que está submetido o trabalhador submetido ao mínimo salarial, que se procurou uma solução de emergência, tendo em vista a decretação dos novos níveis salariais, para todo o País, na base de 70%, a partir de 1º de outubro corrente. Essa medida foi pleiteada pelos dirigentes sindicais cariocas, paulistas, mineiros e fluminenses, numa reunião



Bolsa vazia

em Brasília, com o presidente da República.

Em São Paulo, através de entendimentos promovidos pelo ministro Batista Ramos, empregados e empregadores chegaram a um acordo, aceitando a concessão de um aumento de 60% sobre o atual salário mínimo, a partir de 1º de outubro, desde que a medida fosse adotada, concomitantemente, pelas comissões de todo o País.

Vivendo ainda com o atual salário-mínimo de 6 mil cruzeiros mensais, as famílias dos trabalhadores que recebem a remuneração mínima vão à feira e voltam com a bolsa sempre mais vazia, porque o custo da vida subiu quase 70% nestes últimos 21 meses, determinando uma baixa calamitosa no seu poder de compra. E, como a bolsa, estômago mais vazio.

Sabotagem na Guanabara

Mas, para que o acordo de São Paulo pudesse se transformar em realidade, era necessário que todas as Comissões de Salário Mínimo reconhecessem, pelo menos, a excepcionalidade, medida indispensável, de acordo com a Lei, para que os salários sejam revisados antes do período normal de três anos. Mais da metade das Comissões, isto é, 14 das 22, reconheceram a excepcionalidade, facilitando, desse modo, a extensão do acordo de São Paulo. A da Guanabara, entretanto, negou-se ao reconhecimento, influenciando, com sua conduta intransigente, as demais Comissões.

Barganha inaceitável

Embora o sr. Lídio Lunardi, presidente da Confederação das Indústrias, e Charles Edgar Moritz, presidente da Confederação do Comércio, tenham declarado ao ministro Batista Ramos acharem razoável uma elevação de 60% nos atuais mínimos salariais, o sr. Zulfo de Freitas Mallmann, presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, continuava negando-se, até mesmo, a qualquer entendimento com o ministro do Trabalho, que procurou, inutilmente, convencê-lo da necessidade de um reajustamento salarial imediato para os trabalhadores cariocas.

A bancada patronal na Comissão de Salário Mínimo, atenta à orientação do sr. Mallmann, depois de várias reuniões com o ministro do Trabalho, acabou abrindo o jogo, salientando que só reconheceria a excepcionalidade se o ministro assumisse um compromisso, por escrito, que o salário mínimo na Guanabara não seria decretado em bases superiores a 50%.

Luta de massas

O ministro do Trabalho, em reunião realizada na noite de 11 de outubro, com os líderes sindicais cariocas e paulistas, fez uma exposição sobre os entendimentos realizados até agora, e dando conta aos trabalhadores da proposta, da bancada patronal carioca.

Os trabalhadores repudiaram a referida proposta e decidiram, ali mesmo no Gabinete do ministro, participar de uma reunião intersindical, presidida pelos representantes das Confederações da Indústria, Comércio, Transporte, Bancários, e das Federações e Sindicatos não considerados. Nessa reunião seria dado início a nova fase da campanha pelo salário mínimo, começará a se fazer dos Sindicatos para as fábricas, e poderá culminar com a decretação de uma greve geral em todo o Brasil.

Em São Paulo, onde o acordo feito já está anulado, os trabalhadores começam a se preparar para a deflagração da greve geral, possivelmente no dia 1º de novembro vindouro. A greve não será mais em defesa do aumento de 60%, segundo as bases do acordo caduco, mas pela conquista de um aumento mínimo de 71%, de acordo com os dados sobre a elevação do custo de vida em São Paulo, apurados pelo Departamento de Estatística dos Sindicatos. A intransigência patronal, em reajustar os salários dos trabalhadores numa base mínima, a ser vencida pela luta de massas que começa a se articular em todo o País.

NOVOS RUMOS



Greve contra impasse

Do reconhecimento da excepcionalidade depende a revisão dos atuais níveis de salário-mínimo em todo o País. 14 Comissões de Salário-Mínimo, inclusive a de São Paulo, já votaram por aquela medida preliminar, mas na Comissão do Estado da Guanabara (foto) foi criado um impasse, porque a bancada patronal recusa-se, sistematicamente, a dar o seu voto para que o salário dos trabalhadores cariocas possa ser reajustado, de modo a fazer face à elevação do custo da vida. Contra os patrões intransigentes, é que as entidades sindicais decidiram se articular para uma greve geral no País.

LIDER CAMPONÊS ENCARCERADO FALA A NOVOS RUMOS

"Todo Pobre Consciente de Seus Direitos Torna-se Criminoso"



Família em dificuldades

Aparecida Chiosini, mulher de Arlindo Chiosini, outro líder camponês vítima das violências policiais em São Paulo, vive agora com seus filhos em grandes dificuldades econômicas. Seu marido está na cadeia de Mirassol.

— Isso não foi surpresa para mim. «Eles» nos roubam tudo, inclusive o direito de termos direitos.

Quem nos falava era o camponês Jofre Correia Neto, presidente da Associação dos Lavradores de Santa Fé do Sul, condenado a três anos e meio de prisão. Que crime teria ele cometido? É ele mesmo quem explica:

— Todo pobre que toma conhecimento dos seus direitos torna-se criminoso.

Com essas frases simples e diretas, o dirigente dos camponeses de Santa Fé refletia em toda sua cruz o que ainda é a «justiça» no Brasil, especialmente para os trabalhadores do campo.

Uma velha história

O que há por trás da prisão de Jofre Correia Neto e de seus companheiros de diretoria da Associação dos Lavradores de Santa Fé do Sul, Arlindo Chiosini e Olímpio Pereira Machado, é a mesma velha história da luta pela terra no Brasil. Uma história cheia de injustiças, pontilhada de crimes, de cemitérios particulares. Até hoje é frequente serem encontradas ossadas humanas na Alta Noroeste e na Alta Paulista, testemunhando o fato de que os latifundiários de 40 a 50 anos atrás, não se davam sequer ao trabalho de cavar para a justiça, quando alguém criava embaraços a que eles se apoderassem das terras.

Santa Fé do Sul entrou para o mapa paulista há relativamente pouco tempo, com o avanço dos trilhos da Araraquarense. O dono daquelas terras imensas achou, a certa altura, que seria bom desbravar os matos. E lançou mão do velho sistema: ofereceu as terras em arrendamento a lavradore

res contanto que estes as desbravassem por sua conta. Centenas de famílias acorreram de todos os lados. Cerca de 6 a 7.000 pessoas foram habitar aquelas paragens longínquas, desafiaram dificuldades de toda ordem, derrubaram as matas, construíram seus ranchos, plantaram a terra, colheram, e do produto do seu trabalho — e só do seu trabalho — entregaram ainda uma grande parte ao dono da terra.

Mas, os tempos se passaram. As lavouras prosperaram, apesar da exploração, apesar da falta de assistência médica, apesar da falta de crédito. E agora Zico Diniz quer as terras novamente para si. Já está fácil plantar pasto e é melhor tratar com gado, que que não protesta. E para levar os lavradores a se convencem de que deveriam mesmo abandonar as terras, solta bole em suas lavouras.

Resistência

Começa então a resistência daquele núcleo humano. Abandonar as terras, agora que estão produzindo, agora que o esforço maior já foi feito? Estamos no ano de 1958. Comissões de lavradores vêm a São Paulo, procuram as autoridades, vão aos jornais.

A solidariedade do movimento sindical organizado obriga o governo estadual, que não se quer desmoralizar diante de uma injustiça tão berrante, a procurar uma fórmula conciliatória e que, ao mesmo tempo, permita ao fazendeiro atuar mais tarde. Representantes do governo e dos sindicatos comparecem à assembléia da Associação dos Lavradores, que acaba de fundar-se. E os contratos são prorrogados em sua quase totalidade. Isso em junho de 1959.

Mas, uma manobra está sendo tramada na sombra. O dono das terras manda um capanga matar Jofre. O tiro atinge-o no rosto (5 de agosto de 1959), mas ele não morre. Levado para o Hospital das Clínicas, em São Paulo, recupera-se rapidamente. Já a segunda parte da manobra, entretanto, se está desenvolvendo. Instaura-se um processo contra os diretores da Associação, acusados de «agitação subversiva».

Incêndios

Em 1960, quando os contratos expiram novamente, o latifundiário Zico Diniz mobiliza todos os elementos de que dispõe. Os lavradores, escudados no direito que lhe dá a lei do inquilinato, não querem abandonar as terras. Mas as violências redobram. Cárças são arrancadas. O gado do fazendeiro é solto nas roças dos lavradores. E como isso não bastasse, capangas assaltam os sítios e incendeiam suas pobres casas.

As autoridades locais, sob a pressão de dirigentes sindicais, do representante da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, do deputado Luciano Lepera e até de funcionários da Secretaria da Agricultura, são obrigados a constatar os crimes e abrir processos. Mas estes não passam dos depoimentos de alguns capangas, que se defendem como podem. Eles sabem que nada lhes acontecerá.

As violências são ainda impotentes contra os lavradores. Acelera-se, então, o processo contra os dirigentes da Associação. O juiz de Jales, José Gonçalves Sobrinho, decreta primeiro a prisão preventiva contra Jofre e depois dita a sentença condenatória contra ele e mais três diretores da Associação.

O latifundiário aproveita a situação de pânico que isto produz em meio dos lavradores para forçar sua retirada das terras. Sem direção e submetidos a violências sobre violências, estes já não podem resistir, alguns vão para fazendas próximas, outros seguem para o norte do Paraná. E os restos de suas lavouras são colhidos pelos



Com o pai na prisão

Três dos filhos (4) de Arlindo e Aparecida Chiosini. O chefe da família está privado da liberdade. Sua mulher reclama pelo menos sua transferência para Tanabi ou Jales, a fim de que ele possa ver seus filhos.

lagunços do latifundiário, suas casas são incendiadas, os rebanhos de Zico Diniz terão mais pasto agora, ele poderá ganhar mais alguns milhões de cruzeiros vendendo seus bois aos frigoríficos norte-americanos.

O governo do sr. Carvalho Pinto, seguindo as pegadas traçadas por seu antecessor Jânio Quadros, acabava de atingir mais uma de suas metas: despojar os lavradores de Santa Fé dos seus direitos e assegurar ao primo do seu secretário da Justiça — outro Diniz Junqueira I — o tranqüilo desfrute dos seus latifúndios.

Solidariedade nacional

A injusta sentença ditada contra os diretores da Associação dos Lavradores de Santa Fé terá de ser reforma-

da pelo Supremo Tribunal Federal. Uma apelação neste sentido já foi interposta, da mesma maneira que um «habeas corpus» a favor de Jofre Correia — os únicos elementos presos hoje no Brasil como incurso na infame Lei de Segurança.

Mas, não se trata apenas de obter sua absolvição. Se se permitir que a Lei de Segurança prevaleça agora contra os camponeses de Santa Fé, não estará longe o dia em que ela será aplicada contra os trabalhadores das cidades, contra o movimento sindical, contra os democratas e os nacionalistas. É importante, pois, que, além dos protestos contra o crime cometido pelo governo do sr. Carvalho Pinto e da exigência de que sejam imediatamente libertados os líderes dos lavradores de Santa Fé, tome corpo também uma campanha nacional pela revogação da Lei de Segurança.



Líder camponês está preso

JOFRE CORREIA NETO, líder camponês de Santa Fé do Sul (São Paulo), ganhou notoriedade nas lutas e na resistência ao arbítrio dos latifundiários. De há bastante tempo alvo de perseguições da polícia e dos grandes proprietários, Jofre tem se equiparado como um bravo. Encarcerado agora na prisão, a mando do governo Carvalho Pinto, que não se cansa de perseguir os camponeses daquele Estado.



A esposa de Olímpio

A esposa de outro líder camponês preso em São Paulo, Olímpio Pereira Machado, declarou ao reporter: "Meu marido estava jantando quando a polícia chegou. Nem o deixaram acabar de comer."

NOVOS RUMOS

Light Quer Avançar na Quota do Estado

A notícia, aparecida na imprensa paulistana nos últimos dias da campanha eleitoral, não deixava de ser surpreendente: o Departamento de Águas e Energia Elétrica, autarquia do governo de S. Paulo, está pleiteando uma revisão na distribuição das cotas de energia a ser produzida pela Central Elétrica de Furnas, de tal maneira que corresponda a cada um dos grupos e instituições financiadoras da obra uma quantidade de energia proporcional ao capital investido. O caráter surpreendente da informação residia não na completa procedência do princípio levantado — distribuição proporcional ao capital —, mas sim no fato de ter tal proposta partido de um órgão subordinado ao governo do sr. Carvalho Pinto. Como se sabe, os dois principais mentores, tanto do sr. Jânio Quadros, quando governador, como do sr. Carvalho Pinto, em matéria de energia elétrica, são os srs. Otávio Marcondes Ferraz e Mário Lopes Leão, ambos conhecidos entreguistas, ambos membros do Conselho de Administração da S. Paulo Light. E quanto ao sr. Carvalho Pinto, deve-se recordar que é sócio de outra figura de proa do truste da eletricidade

— o sr. José Maria Whitaker — no Banco Comercial de S. Paulo.

Ora, acontece que a revisão pleiteada pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica em detrimento dos interesses da Light. Ou, concretamente: de acordo com a reivindicação apresentada, a Light passaria a distribuir não mais 50 por cento da energia produzida em Furnas, e sim 7 por cento, já que esta é sua atual participação percentual no capital da grande hidrelétrica

O capital original

Antes de abordar as causas do surgimento dessa questão em São Paulo, convém recordar, brevemente, as bases em que foi constituída a Central de Furnas. Na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, sob o nº 81.860, acha-se depositada a escritura pública de constituição da Central Elétrica de Furnas.

Segundo indica a escritura de constituição, o capital inicial de Furnas — no montante de 150 milhões de cruzeiros — foi distribuído entre os seguintes participantes, nas proporções mencionadas:

Participante	Capital (em Cr\$ 1.000)	% aproximada
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico	38.245	25,5
Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG)	37.497	25
Departamento de Águas e Energia Elétrica do E.S.P.	29.248	20
S. Paulo Light S.A.	38.000	25
Cia. Paulista de Força e Luz (Bond & Share)	7.000	4,5

Além dessas participações que perfazem um total de 149 milhões e 990 mil cruzeiros, há também a participação simbólica (uma ação de Cr\$ 1.000 cada) dos srs. Lucas Lopes, Cândido Holanda de Lima, Alvaro Pereira de Souza Lima, Mário Lopes Leão, Maurício Chagas Bicalho, José Luiz Bulhões Pedreira, John Reginald Cotrim, Flávio Henrique Lira da Silva, Benedito Dutra e João da Silva Monteiro Filho, compondo-se, assim, os 150 milhões de cruzeiros.

Não desejamos deter-nos, aqui, no exame de determinadas cláusulas da escritura que concedem aos dois trustes enormes privilégios, como participação na diretoria, etc., apesar de possuírem eles apenas ações preferenciais, que habitualmente não conferem tais direitos a ninguém.

A distribuição da energia

A distribuição da eletricidade produzida em Furnas é fixada no artigo 28 dos Estatutos da sociedade, reproduzidos na mencionada escritura, números 5, 6 e 7. Transcrevemos, a seguir, esta parte dos Estatutos: «5) que, considerando destinar-se o projeto da usina de Furnas a suprir os mercados das atuais concessionárias outorgantes e reciprocamente outorgadas (isto é, da CEMIG, do DAEE, da Light e da Cia. Paulista — N. da R.) e que toda a capacidade da usina já está previamente comprometida, têm entre si acordado e ajustado que a sociedade ora constituída não fará, da respectiva usina, venda direta de energia a consumidores, mas tão-somente em grosso aos atuais concessionários contratantes outorgantes e reciprocamente outorgados, respeitado o disposto nas cláusulas 6ª e 7ª. Fica entendido que o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de S. Paulo poderá oportunamente transferir os direitos resultantes desta cláusula a concessionários que operem no Estado de S. Paulo; 6) que, para o Estado de Minas Gerais, através da CEMIG, ficam assegurados a esta, em quaisquer estágios da usina, 50% da produção da mesma usina; 7) que, em quaisquer estágios da usina, fica assegurada percentagem igual da produção (50%) ao suprimento no Estado de S. Paulo.»

O golpe da Light

O documento de que nos ocupamos foi assinado no cartório do sr. Hugo Ramos Filho, nesta Capital, a 28 de fevereiro de 1957. Três dias antes, isto é, a 25 de fevereiro daquele mesmo ano, em ofício dirigido ao Departamento de Águas e Energia de S. Paulo, a Light declarava que participaria da construção de Furnas, nas percentagens de capitais mencionada, desde que lhe fossem cedidos «400 mil quilowatts-

para usar as palavras do sr. Sizenio Rodrigues, presidente da Companhia Auxiliar das Empresas Elétricas Brasileiras (B & S), «solução verdadeiramente feliz, cuja concepção se deve à inteligência e ao descortínio do ilustre engenheiro John Cotrim...»

Em consequência da ampliação do capital de Furnas, as participações da Light e da Bond & Share, em termos relativos caíram, respectivamente, de 25 para 7 por cento e de 4,5 para 3 por cento.

Inversamente, tendo suportado o maior peso no aumento do capital, a participação do BNDE, da CEMIG e do DAEE aumentou consideravelmente em termos relativos. Hoje, 25 por cento do capital de Furnas são subscritos pelo Governo do Estado de S. Paulo, através do DAEE.

A Light insiste

Apesar da situação se haver modificado radicalmente, a Light insiste em julgar-se no direito de receber para distribuir a mesma quantidade de energia prevista quando da constituição de Furnas. Nesse sentido, em princípios do ano em curso, oficiou ao DAEE reiterando a pretensão, chegando mesmo a anexar uma minuta de contrato a ser assinado entre ela própria e o DAEE, ratificando a cláusula contida na escritura de constituição de Furnas.

Foi nesse ponto que entrou areia nos planos dos trustes. A opinião nacionalista que se está formando acerca da política de energia elétrica está inflando no sentido de que tais monstruosos atos de entreguismo não se concretize

Quatro diretores

Quando assumiu o governo paulista, certamente não contava o sr. Carvalho Pinto encontrar a resistência nacionalista que vem sendo oferecida à sua política entreguista no setor da energia elétrica, a mesma, aliás, praticada por seu antecessor, sr. Jânio Quadros.

Se antes tudo corria às mil maravilhas, hoje as coisas já se apresentam de outro modo. E o fato é que em pouco mais de um ano de governo nada menos de quatro diretores já passaram pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de S. Paulo. Um deles, aliás, não chegou a assumir o cargo, rejeitada que foi sua indicação pela Assembleia Legislativa.

Quando tomou posse o atual governador, dirigia o DAEE o engenheiro Alvaro de Souza Lima. Demitiu-se em sinal de protesto contra o ato do sr. Carvalho Pinto transferindo a usina de Bariri — uma concessão federal feita ao governo de S. Paulo — do DAEE para as Centrais Hidrelétricas do Rio Pardo S.A. (CHERP) empresa mista controlada pelo Estado e dirigida pelo funcionário da Light, sr. Mário Lopes Leão. Em substituição, o sr. Carvalho Pinto nomeou para diretor do DAEE o sr. Francisco Machado de Campos, proprietário de uma pequena empresa de energia elétrica do interior paulista, e que, como quase todas essas pequenas empresas, só pode viver à sombra da Light, da qual recebe pequenos favores, etc. A Assembleia Legislativa rejeitou tal indicação.

la dizer tudo

Diante do insucesso, o sr. Carvalho Pinto nomeou um funcionário estadual, o engenheiro Luiz Gonzaga Junqueira Prudente de Aquino,

para responder pela direção do DAEE. Eis que, porém, em face da má administração do sr. Mário Lopes Leão (o mesmo homem da Light) à frente das duas sociedades mistas controladas pelo Estado — a USELPA e a CHERP —, deliberou a Assembleia Legislativa constituir uma comissão de inquérito para investigar a situação da indústria de eletricidade em S. Paulo. Foi convocado para depor, como era natural, o engenheiro Prudente de Aquino. Segundo consta, ao receber o convite da comissão parlamentar de inquérito, o sr. Prudente de Aquino comunicou ao governador Carvalho Pinto que iria dizer tudo o que sabe e o que acha a respeito do assunto. Iria falar, inclusive, sobre as famosas termelétricas construídas pelo sr. Jânio Quadros, obras caras e antieconômicas, levadas a efeito irregularmente, etc. Resultado: corre-corre, pânico no governo, demitido o sr. Prudente de Aquino.

E há pouco mais de um mês foi designado para substituí-lo o engenheiro Nílde Ribeiro dos Santos, pau-mandado do sr. Jânio Quadros, militante da Ação Socialista. Sua característica principal, no caso, é que está quase completamente por fora dos assuntos do Departamento de Águas e Energia.

A resistência à Light

Foi na gestão do sr. Prudente de Aquino que a Light enviou o ofício a que fizemos referências anteriormente. Em resposta a esse ofício, o sr. Prudente de Aquino dirigiu outro ofício ao Conselho Estadual de Energia Elétrica, no qual dava sua opinião contrária às pretensões da Light e no sentido da distribuição da energia de Furnas ser feita proporcionalmente ao capital de participação. Sugeriu o então diretor do DAEE que: 1) as cotas de energia elétrica a serem atribuídas aos participantes paulistas serão diretamente proporcionais aos investimentos finais de cada um (DAEE, S. Paulo Light e Cia. Paulista de Força e Luz); 2) a cota correspondente ao governo do Estado (e que nas proporções atuais seria a quase totalidade atribuída ao Estado), será entregue à Cia. Hidrelétrica do Rio Pardo, CHERP, da qual o Estado é o maior acionista.

Nota Econômica

A coincidência foi assinalada pelas agências telegráficas: com a abertura da Assembleia Geral da ONU e a chegada de Krushchov aos Estados Unidos — no mesmo dia, precisamente — a bolsa de Nova York registrou uma violenta baixa. Sómente na segunda-feira, 19 de setembro, as ações caíram em sete e meio bilhões de dólares. De fato, sem constituir o fator decisivo desse fenômeno, a viagem do líder soviético veio inserir-se num quadro geral, onde uma das características marcantes é a acentuada evasão de ouro dos Estados Unidos para outros países capitalistas.

A Assembleia Geral da ONU, ao lado do clima de incerteza política às vésperas do pleito presidencial de novembro nos EUA, traz consigo determinadas implicações econômicas. Aqui, com bastante clareza, pode-se ver a vinculação entre a economia e a política, ou entre os anseios de paz de todos os povos e o temor de que estão possuídos os mais influentes círculos econômicos norte-americanos de que a tendência para a paz venha a prevalecer. Uma política de coexistência pacífica não significará, certamente, o fim do capitalismo, ao menos num plano imediato. Mas significará, sem dúvida, uma profunda modificação na estrutura da produção industrial norte-americana. E, em tal modificação a balança penderá para a indústria de paz, não apenas com vistas ao mercado interno dos EUA, mas também para competir no mercado internacional.

Um dos mais importantes indicadores da situação econômica norte-americana é o comportamento da indústria do aço. E o fato é que, desde a última crise econômica, em 1958, essa indústria vem marcando passo; os breves períodos de ascenso logo cedem lugar à estagnação e ao descenso. Com efeito, após a crise, a recuperação esperada não teve fôlego. Foi pequena, mal atingiu os índices de antes da crise e aí ficou. A greve da indústria siderúrgica coincidiu com esse período e só afetou os estoques das indústrias de elaboração do aço; a longa duração da greve teve o efeito de reduzir muito aqueles estoques. Concluída a greve, a produção do aço subiu de maneira promissora para as siderúrgicas. Mas, tampouco esse ascenso foi além da reposição dos estoques desgastados. O que sobreviu foi uma queda quase vertical na produção. E nesse baixo nível mantém-se ela até hoje. Os dados mais recentes mostram que poderosa siderurgia dos Estados Unidos, que pode produzir até 140-150 milhões de toneladas de aço por ano, marca passo nos 50 por cento dessa capacidade, isto é, em torno de 70-75 milhões de toneladas.

(Já não queremos deter-nos no que isso representa como frustração do esforço humano, em geral, num mundo onde é grande a fome de aço e onde um país produz apenas metade do que pode produzir. Mas, isso é o próprio capitalismo.)

O mais grave é que não se vislumbra nenhuma saída segura desse atoleiro. A indústria automobilística, que é um dos principais clientes da indústria siderúrgica, vê-se obrigada a realizar «considerável esforço» para tentar emergir desta situação, acelerando a produção dos seus novos modelos neste mês e no próximo. Mas, a fragilidade de tal esforço fica patente quando se atenta para os

Dicionário

Desagregação da Sociedade Primitiva

Foi entre as tribos pastoras que apareceram os primeiros excedentes. O principal objeto de troca era o gado — bois, vacas, ovelhas, cabras, etc. Os anceios e patriarcas haviam-se acostumado a dispor dos rebanhos como se fossem propriedade sua, no que, aliás, contavam com o consentimento dos demais membros da comunidade. Por essa razão, o gado, antes de qualquer outra coisa, transformou-se em propriedade privada e, depois, gradualmente, todos os instrumentos de produção, tiveram o mesmo destino. Foi a terra que permaneceu por mais tempo como propriedade comum.

O desenvolvimento das forças produtivas e o surgimento da propriedade privada foram pouco a pouco conduzindo à decomposição do «gens». Surgiram as grandes famílias patriarcais e, dentro destas, os grupos familiares, que transformavam em sua propriedade os instrumentos de produção, os utensílios e o gado. Afrouxavam-se os vínculos gentílicos e o lugar da comunidade gentílica passou a ser ocupado pela comunidade rural. Nesta, nem sempre as pessoas eram ligadas por laços de parentesco.

Mais tarde, também os campos de cultivo, que a princípio eram periodicamente repartidos entre os membros da comunidade, tornaram-se propriedade privada.

O surgimento da troca e da propriedade privada deu começo a uma verdadeira revolução em todo o regime da sociedade primitiva. A medida que se ia ampliando a propriedade privada e se acentuava a desigualdade de bens dentro das comunidades, ia também surgindo a diversidade de interesses. E as pessoas que tinham atribuições de anciãos, de chefes militares e sacerdotes utilizavam-se de suas posições para aumentar seu poder. Distanciavam-se mais e mais da massa de membros da comunidade, passando a constituir uma aristocracia gentílica. O seu poder, com frequência crescente, era transmitido por herança. As famílias aristocráticas tornavam-se as famílias mais ricas, colocando sob sua dependência a massa dos membros da comunidade.

O desenvolvimento das forças produtivas tornou possível ao trabalho de cada homem, aplicado na pecuária e na agricultura, produzir um certo excedente. Agora, com instrumentos mais aperfeiçoados e melhores hábitos e métodos de trabalho, um homem já podia produzir não apenas o necessário para o seu sustento; produzia também um excedente, um produto suplementar. E precisamente nesta circunstância que reside a possibilidade econômica da escravidão. Antes, quando duas tribos ou duas comunidades guerreavam entre si, não havia qualquer vantagem em fazer prisioneiros. Equivaleria a assumir o compromisso de sustentá-los, pois, por mais que trabalhassem, o nível das forças produtivas não lhes permitia produzir além do necessário para manter-se. Por isso, os prisioneiros eram mortos e, em alguns lugares, devorados pelos vencedores. Agora, não. Tornava-se vantajoso aprisionar braços de outras tribos ou comunidades, a fim de colocá-los para trabalhar como escravos, pois produziam os meios para a própria subsistência e ainda um excedente, de que se apropriavam os seus donos.

Em ponto morto

A posição do sr. Prudente de Aquino, por defender os interesses do Estado, contra a Light, repercutiu como uma bomba. Era o contrário de tudo o que se vinha fazendo até então... No Conselho Estadual de Energia, foi constituída uma comissão para estudar a indicação do sr. Prudente de Aquino, e elaborar um parecer. Foi relator o sr. João Fleury da Silva. Na reunião, o mencionado sr. Nílde Ribeiro, manifestou-se pela entrega da energia à Light, contrário, portanto à indicação do sr. Prudente de Aquino. Por fim, sob a alegação da ausência do presidente do Conselho, sr. Plínio de Queiroz, foi o assunto adiado para «melhores esclarecimentos». E em ponto morto estava ainda há uma semana.

Em favor da Light

O problema é da maior importância não apenas para S. Paulo, como para todo o país, onde as companhias estrangeiras se vêm transformando mais e mais em meras distribuidoras de energia elétrica produzida pelo governo. Na Assembleia Legislativa, existe uma forte corrente de opinião nacionalista, capaz de se opor à escandalosa transferência de direitos que o governo do sr. Carvalho Pinto pretende consumir. Hoje, contrariamente ao que ocorre há dez ou quinze anos, é difícil encontrar na Assembleia um só deputado que tenha o desplante de subir à tribuna para fazer a defesa declarada do truste. Quando o deputado Hilário Torloni denunciou, há meses, a escandalosa atuação entreguista do sr. Mário Leão, nenhum deputado governista atravessou-se a defender o agente da Light.

Entretanto, o truste tem muita força e já arrancou do sr. Juscelino Kubitschek um decreto determinando a construção de uma linha de transmissão Furnas-Guarulhos (380 km). A concretização dessa obra caríssima importaria em tornar completamente inútua e bizantina uma discussão sobre quem val distribuir a energia de Furnas em S. Paulo. Porque, então, o assunto estaria liquidado: a energia iria toda para a Light.

Evitar a entrega — eis a batalha que as forças nacionalistas de S. Paulo têm diante de si. A vitória é difícil, mas possível.

Estados Unidos à Beira de Nova Crise Econômica

estímulos extra-econômicos que é preciso invocar; como assinalam os telegramas de Washington, «as preocupações políticas» não estão ausentes no empenho dos industriais de automóveis em aparentar uma situação de prosperidade, ou ao menos de normalidade. As eleições em meio à recessão dariam a vitória certa ao Partido Democrata, ora na oposição. E tanto é fragil o esforço para aparentar normalidade, que ainda na semana passada a siderúrgica «Acme Steel» anunciou uma redução de dois terços nos dividendos que distribui por ação. Como numa reação em cadeia, a essa decisão seguiu-se nova e generalizada baixa na bolsa de Nova York.

Se não fossem tão elevados os custos de produção do aço norte-americano, poderia ele buscar o mercado internacional. Entretanto, o aço dos países da Europa Ocidental e do Japão custa de 20 a 30 por cento menos que o norte-americano. Daí, por exemplo, quando da última greve, a «United States Steel» ter concedido o aumento de salário aos seus operários e não ter aumentado o preço do aço.

No terreno social, a crise que ora está atravessando a indústria siderúrgica reflete-se no fato de que mais de um terço dos operários do aço (480 mil sobre 1 milhão, 250 mil) acha-se no momento desempregado total ou parcialmente.

Outros índices importantes, como a construção civil, os investimentos industriais, as encomendas de máquinas-ferramentas, etc., depõem no sentido da gravidade da conjuntura econômica norte-americana. Nem mesmo a recente decisão do governo de Washington de reduzir à metade a taxa de juros está sendo estímulo bastante para se contrapor à tendência à queda da economia.

Lentamente, vai abrindo caminho a idéia da coexistência pacífica, estigmatizada por todos a guerra termo-nuclear como um absurdo monstruoso. Assim, mais cedo ou mais tarde, os Estados Unidos terão que converter sua indústria de guerra em indústria de paz. Inclusive porque já atualmente «nem o aumento de pedidos à indústria no campo da defesa nacional apresenta resultado», conforme testemunho de um observador econômico da agência «France Press». Um dos mais famosos economistas norte-americanos, John K. Galbraith, ardoroso defensor do capitalismo e conselheiro do Partido Democrata, afirma que os Estados Unidos estão hoje em melhores condições de converter a indústria bélica em pacífica, do que em 1945. Argumenta que os prolongados anos da guerra fria fizeram com que se acumulassem numerosos problemas relacionados com as necessidades civis e que permanecem sem solução. Outros economistas são menos otimistas que Galbraith, mas nenhum — mesmo os mais avançados — vêem um desastre para a economia norte-americana com a conversão. Seja, porém, como for, o que está mais uma vez provado é que a economia para a guerra não garante prosperidade mesmo a um país imperialista.

DA TERRA À LUA

Documentário soviético, traduzido diretamente do russo, sobre os foguetes cósmicos lançados pela U.R.S.S.:

- o Lunik II, que atingiu a superfície da Lua;
 - o Lunik III, portador da Estação Automática Interplanetária, que fotografou o lado invisível da Lua.
- Diversos gráficos e fotografias
Publicação da Editorial Vitória Ltda.
A venda nas livrarias
Cr\$ 130,00
Pedidos pelo reembolso para Caixa Postal 165
Rio de Janeiro — Estado da Guanabara



Como Brigitte Bardot Tornou-se BB

ROBERT LECHENE
(De L'HUMANITÉ exclusivo no Brasil para NR)

28 de setembro, última quarta-feira do mês... Brigitte Bardot tentou suicidar-se, no dia de seus 26 anos. Não era um suicídio publicitário. B.B., que ganha 250 milhões de francos por filme, não precisa disso. Era um verdadeiro gesto de desespero. Um gesto que emudeceu as pessoas, mesmo as menos favoráveis a respeito de Brigitte, porque o desespero é algo de humano, e porque era a primeira vez há muito tempo em que algo de humano se manifestava (públicamente, pelo menos) no monstro sagrado.

Encontrada em tempo, no momento exato, quando se salurara de barbitúricos e seccionara as veias, Brigitte foi salva.

Os jornalistas sitiaram o hospital onde ela estava em tratamento. Entre eles, puseram-se mutuamente a lançar responsabilidades, a lavar a roupa suja.

Um deles disse: «É culpa da imprensa, que nunca a deixa em paz...» Outro ainda: «É culpa do marido que a aborrece ao máximo e que a tiraniza com o seu ciúme...»

Culpa de quem? Neste jornal, jamais nos comprazemos em bisbilhotar a vida íntima das estrelas, a retrair dela a matéria para escândalo e expô-la complacentemente, nem com relação a Brigitte, nem com relação a qualquer outra. Se hoje lhe consagramos este lugar, é porque a sua tentativa de suicídio escapou de ser a conclusão de um romance que Zola poderia ter escrito. Um romance trágico, implacável, testemunho de certos costumes de uma certa época. Mas Zola, para compor «Naná ou «Pot-bouille», por exemplo, reunia elementos diversos, de maneira que o conjunto atingisse proporções excepcionais, até o limite extremo das consequências.

A curta vida de Brigitte até esse 28 de setembro contém bastantes elementos de um verdadeiro drama naturalista de nossos dias.

Uma jovem modelo

No dia 29 de setembro de 1934, Le Figaro, em sua coluna social, dava a conhecer a sua clientela bem-pensante a felicidade que possuíam o sr. e a sra. Bardot ao «comunicarem o nascimento de sua filha Brigitte, ocorrida ontem, em sua residência, na Avenida de La Bourdonnais, 36».

A situação de seus pais era bastante cômoda. O pai era dono de uma pequena fábrica (xigênio, acetileno, amoníaco), em Aubervilliers, e o apartamento da Avenida de La Bourdonnais, onde ocorrera o nascimento, como era hábito nas famílias burguesas, era uma confortável residência de sete peças. Dali ter-se-iam de mudar três anos mais tarde, a fim de se instalarem melhor ainda, na Rua de la Pompe, sempre em belos quarteirões. Para seus fins-de-semana, a família possuía uma ótima casa, em Louveciennes.

Então, diante de Brigitte, chamada «Bricheton» e «Bri-Bri» abria-se uma existência de menina de boa família, senão mimada, pelo menos a quem nada faltava. Uma criança que não devia saber que seu conforto provinha de fins de meses difíceis dos operários de Auberville, e o que ela certamente jamais soube.

Teve uma governanta, foi bem educada, dentro de princípios. Punha suas luvas brancas para sair, não olhava para os rapazes. Era a Ingênuazinha perfeita com que sonham as mães de Passy.

Aprendeu a dança, pois não se previa que ela um dia pudesse ter necessidade de ganhar a vida. De modo geral, em vista da situação do pai, a mãe considerava o trabalho salariado como humilhante. Escapavam, pelo menos, a este opróbrio as ocupações que se têm «por divertimento». Nesta categoria estavam a alta costura, na qual se enfiara madame Bardot, porque se entediava, e o ballet, autorizado a Brigitte, porque Madame Bardot, que comprara assinatura para o Scala, de Milão, tinha achado muita nobreza nas pontas e nos «pas-de-deux».

A imagem dos velhos senhores que observavam as pequenas bailarinas é talvez um pouco gasta e um pouco falsa. As histórias de «ballets rosas» mostraram que ela é também um pouco verdadeira. É bastante provável que Brigitte aprendesse então com as suas companheiras aquilo de que virtuosamente não se falava em sua casa e de que ela não mais falou.

Ela permaneceu como um exemplo de boa educação. Um tipo tão perfeito de modelo que revistas femininas solicitaram a madame Bardot que a deixasse posar apresentando as coleções «junior». De acordo! Isto foi há dez anos. «Bricheton» era «mãe

da capa» e encontrava-se sua bela cara miudinha, brejeira, sem o mínimo defeito, até na primeira página da Vigília das Cabanas, veja só!

Entretanto, uma destas revistas caiu sob as vistas do diretor Marc Allégret, que procurava uma ingênua para Les lauriers sont coupés. Comunicou-se com os Bardot pelo telefone. Foi a própria madame Bardot quem levou Brigitte a Allégret, o qual, com seu assistente, um tal Vadim, lançou sobre a mãe um olhar de comprador sobre a rés. Ela não lhe agradeceu.

Outros diretores também tinham notado a criança ingênua das capas de revistas de modas. Madame Bardot ali a levava. Brigitte apareceu em um pequeno papel, ao lado de Bourvil, em Trou normand, um medíocre filme comercial, e, como estrela principal, em Manina, a mãe sem véu, em que ela mostrava suas nádegas franzinas. O sr. Bardot criou algumas dificuldades para os produtores do filme, com referência à honorabilidade da família, tendo obtido a censura de algumas imagens. Madame Bardot não se achava descontente por Brigitte trabalhar «para divertir-se», pois não a impediu de continuar.

Nascimento do mito

Em resumo, o começo de Brigitte Bardot foi o de inúmeras «starlettes». A «starlette» é a jovem que deseja tornar-se estrela, é a estrela-aprendiz. E a estrela, em nossa sociedade, nada mais é que uma atriz por definição. E a matéria-prima de uma indústria.

A «starlette» sabe o que busca, e o que faz, faz conseqüentemente. A estrela é a mulher que todo o mundo conhece, que brilha por sua plástica irreal, que custeia a crônica com suas extravagâncias, que faz os homens sonharem, de quem o soldado espeta a fotografia, tão despida quanto possível, sorridente e lasciva, na cabeceira de sua cama. A «starlette» faz o que pode para conquistar seus galões em todos esses domínios. Luta para obter desempenhos, não importa o assunto, não importam as exigências do diretor, ela se posta diante dos fotógrafos pronta para as piores excentricidades, a fim de ter a sua foto em algum jornal e seu nome na legenda, e que se fale dela!

Brigitte Bardot, em suas primeiras aparições, foi ruim como muitas e pior que inúmeras. Pouca expressão, uma

dicção sem convicção, nada de uma atriz. Sem dúvida não teria continuado por muito tempo se a sorte não lhe tivesse surgido, como se diz. Vadim, a quem ela encontrara uma vez, assistente de Marc Allégret, tinha o número de seu telefone. Procurou-a, marcou encontros. Seu jeito desleixado, sua atividade desordenada, seu cinismo, conquistaram-na. A cabeça-de-vento convenceu-se de ser amada por um gênio. Os pais deixaram-na casar-se.

Passaram diante do cura de Notre-Dame-des-Grâces, e instalaram-se em um pequeno apartamento de duas peças e cozinha, na Rua Chardon-Lagache. Era uma vida de boêmia. Brigitte, que estava com dezoito anos, não possuía a qualidade de boa esposa e dona-de-casa.

Então, Vadim teve a revelação de que sua esposa podia ser no cinema. Não a mãe ajulzada e conforme com suas aparências. Não, algo desconcertante...

Entretanto, ele a ajudava a ser falada, segundo os processos honrosos no mundo das «starlettes». Ela provocou um pequeno escândalo nos estúdios italianos, ao exigir, para o seu famoso banho de Helena de Tráia, leite autêntico em lugar de água e gesso. Ela se fez introduzir a bordo de um porta-aviões norte-americano, quando do Festival de Cannes, em 1953, e atraiu os flashes dos fotógrafos para sua saia justa sábiamente arranjada. Os curiosos interessaram-se por essa bela festivaiteira, tão original. «Quem é? — Mas não vê, é Brigitte Bardot. Você não a conhece?»

O terreno está pronto. Nada mais resta senão dar o golpe final. E a Vadim não resta senão entregar ao público aquilo que fez a jovem tão atraente.

... E Deus criou a mulher, no qual o produtor Raul Lévy arriscou seu cento e quarenta milhões. E fez um bom negócio. Ele sentiu que Vadim descobrira o Milão. O filme rendeu mais de dois bilhões de francos.

E o mito B.B. tinha nascido.

Os jogos do cinema

Vadim deu ao filme... E Deus criou a mulher justificativas de ordem literária, filosófica, histórica, motivos nobres em suma. Mas B.B. projetou-se além de... E Deus criou a mulher. As justificativas não tinham razão de ser. Havia exploração racional de um fenômeno.

O que é B.B. quando ela aparece num filme? Uma estrela, segundo a definição já dada? Sim e não... Sim, porque a publicidade e o escândalo elevaram-na a essas alturas da glória que o comum dos mortais considera inacessíveis. Não, porque as estrelas encarnam um tipo de ideal propriamente feminino. Ora, em B.B. não é este exatamente o caso.

É difícil explicá-lo... É delicado... Quer-se que o cinema dê em geral ao espectador um ideal feminino próprio, que o faça sonhar com mulheres admiráveis, perfeitamente mulheres, Marilyn Monroe, Sofia Loren, e Jayne Mansfield, cujos atributos de feminilidade ultrapassam as normas.

Ora, B.B. não é nem idealmente bela, nem idealmente mulher. Ela é ainda criança, tem os quadris estreitos, as coxas magras. Suas omoplatas são salientes. Tem uma boca de desdém e além disso o olhar inocente. Faz-se desnudar esta criança, como se não houvesse nenhum mal nisso, fazem-na esmurrar e bater, e entregá-la ao vielo com candura. Para dizê-lo não é preciso ser moralista. O fenômeno é a entrega de uma adolescente. Não é nem mesmo a exploração da sensualidade que se poderia chamar de «normal».

Trabalha-se num ambiente doentio. Há intenção de aviltar. E não é surpreendente que o mito Bardot com tudo o que tem de perturbante, de impuro, tenha atingido o apogeu nesses últimos anos. O cinema comercial não é somente um negócio, é também uma arma ideológica. Quando não se consegue sair de um pantanal como a guerra da Argélia, que exige sempre mais soldados e sempre mais dinheiro, quando a economia está comprometida por este absurdo, quando se sente a cólera do povo aumentar, recorre-se ao velho processo dos imperadores romanos — pão e circo. Faz-se da amoralidade uma virtude. É uma das características dos regimes decadentes.

O bardotismo e a bardolatria

A indústria do cinema entre nós é uma engrenagem esmagadora e o dinheiro é a sua mola na imensa maioria dos casos. O que não impede que os talentos se manifestem e desenvolvam-se, diretores e atôres, desde que sejam bastante fortes para não se deixarem esmagar. Mas quanto gente que a miragem atraiu foi por ela repelida, esmagada pela máquina.

A atmosfera dos estúdios transforma em bonecos de engenho aqueles homens e mulheres que não têm cérebro. Eles acreditam ter o mérito da mérito que a publicidade lhes empresta. Uma certa imprensa é uma das rodas da engrenagem, mas uma roda que se move com toda a resto e não isoladamente. Se um jornal especializado neste gênero de coisas deixar um dia de falar em B.B. (hipótese absurda evidentemente, pois isto também lhe interessa) neste caso terá cortado o fio das «relações públicas» (mais uma roda da engrenagem): «Combinado, Toló, passa para ver-me em Joinville, e terá uma bela foto de Brigitte com Untel. Eu te arranjaré um truque, e tu verás...» A caldeira é mantida sempre em pressão alta por todos os maquinistas que com isso ganham dinheiro, a começar pelo produtor.

Isto não quer dizer que no meio de tudo B.B. também não ganhe nada. Sua fortuna é avaliada atualmente em cerca de oitocentos milhões de francos (cifra dada com todas as reservas, e talvez um cem milhões). Ela própria vangloria-se de ter uma pasta bem guarnecida, em valores seguros, como de petróleo, das companhias Printemps, Pétrafina, da Nestlé, de usinas de açúcar e de caminhões de transporte, sob a gerência de um negociante competente. Como capitulista, ela superou seu pai.

B.B. prestou-se ao mito e o mito lhe deu dinheiro.

É a francesa mais conhecida em todo o mundo. Inúmeras jovens puseram-se a imitá-la, cabelos longos ou cabelos fofos, saia-balão armada sobre os ancos. Copiaram-se seus lábios, copiaram-se seus cílios pintados de preto.

Este aspecto não é o menos revelador das razões do mito B.B. e das complacências que o fizeram propagar-se e transformar-se em idolatria. O bardotismo é de certa forma uma variante feminina dos transviados. Da mesma forma que a popularidade, feita pelo cinema, da mentalidade «furo de viver», tendo por objetivo impelir os jovens para o caminho do desespero, o bardotismo visa a oferecer, como modelo às jovens, não a mulher que raciocina, que pensa, que se de-



Um novo caminho

fende, mas a boneca de olhar vazio, a marioneta que se elevou. É característico que esse estilo se traduza na vestimenta, na maquiagem, no aspecto, por uma espécie de «purificação». A operação é lucrativa quando por este meio aqueles que reverenciam a juventude chegam a neutralizar uma parte dela, ainda que seja uma pequena parte, e embora isto não dure, como toda as modas, muito tempo.

B.B. a propósito de quem se fala de «potencial erótico», tornou-se mesmo um dos grandes personagens do novo regime, que se apresenta como virtuoso. Transformou-se em Babelite, a pequena pára-quedaista deugalista. No ano passado, fez uma excursão pelos hospitais militares, em companhia de Le Pen e Lagallarde. Foi recebida num jantar por Pinay e por Baumgartner. Isto é zola, diriamos...

Além disso, essa angústia...

Morte do mito?

O fato é que a Brigitte de 16 anos, que um dia Madame Bardot entregou à engrenagem do cinema, era fraca, bem fraca para o cinema, sob inúmeros pontos-de-vista. Sua educação não a havia sequer preparado para a vida. Como poderia ela ter adquirida maturidade, formada seu caráter num meio artificial, onde era vista todos os dias sob uma luz falsa, sobre um terreno falso, onde lhe prestavam falsas identidades e onde as paixões são o tema do trabalho?

Porque que ninguém jamais ensinou a Brigitte a dominar o que quer que seja, inclusive ela própria e seus instintos.

Suas aventuras amorosas e seus casamentos trazem a marca dessa fraqueza. Ela se deixou dominar por Vadim. Apaixonou-se quase que por todos os galãs, de cada um dos seus filmes, pois o estúdio é fechado e o isolamento no qual a encerrava a luz dos projetores cria uma intimidade da qual ela não se apercebe, mas que é fictícia e fugaz. A paixão extinguiu-se desde que o seu objeto afastava-se um pouco. Trintignant por exemplo quando ele senta praça no exército. A engrenagem da máquina girava melhor ainda. Nenhum produtor dava lição a Brigitte. Os jornalistas pagos para este gênero de mentira ficavam à espreita, mas, quando necessário, eram advertidos. O interesse comercial em todos os escalões alimentava da ostentação de suas relações verdadeira ou falsamente amorosas.

Brigitte Bardot substituirá B.B. A jovem desprotegida atravessou caminhos com que talvez jamais pensara. Desfigurada, despersonalizada pela publicidade sensacionalista, ela hoje procura um novo caminho.

E a máquina em movimento como pará-la? Quem teria podido fazê-lo, a quem o teria desejado? Chegou-se aos piores excessos, ao assédio da pretoria onde Brigitte e Jacques Charrier iam casar-se, ao cerco da casa da Avenida Paul-Doumer, onde estava para nascer o pequeno Nicolau, as mães-filhas de fotógrafos ocupavam todas as varandas das casas, subiam aos telhados à noite, tentando penetrar no apartamento.

Charrier já não tinha a força necessária. Ele tem talento. Mas, também, aos 23 anos, uma sensibilidade muito viva para esta mecânica infernal. Era pouco provável que o matrimônio de duas fraquezas pudessem constituir uma força. Ele sofria ao ver Brigitte beijar seus galãs no cinema, pôsto que nisso sentia seu próprio caso. O produtor Raul Lévy, para que ele não perturbasse seus negócios, expulsou-o dos estúdios. Depressão nervosa. Charrier também cortou os pulsos.

Brigitte teve esta celebridade da qual, ela dizia que faria «tudo para conservá-la e por merecê-la». Perseguida, privada de sua intimidade, desnudada em sua vida ainda mais do que nos filmes, sentiu o peso disso, considerando-a excessiva.

Neste verão, ela havia conhecido um outro golpe, o golpe físico, ao ser rodado o filme A Verdade. Porque o trabalho é duro, e mais duro ainda quando sob a direção de um homem que o conhece. Clouzot exige tudo de suas estrelas, ele quer que seus personagens vivam o que desempenham. É sem dúvida por isso que B.B. vai deixar de ser B.B. E Brigitte Bardot vai tornar-se uma atriz, uma verdadeira atriz. Ela aprendeu a lição, pois Clouzot não é nada tenro. Ela terminou com seis de pressão e a moral a zero.

De quem é a culpa?

Quem é o responsável? Os pais que permitiram que ela se metesse, desprotegida, em semelhante aventura? Clouzot, o diretor? A indústria de cinema das grandes magnatas, que insulta os instintos? Vadim? A imprensa que se nutre de escândalos? Charrier, por seus acessos de ciúme? A própria Brigitte?

A pergunta será outra: quem não é responsável?

De todos os modos, as dimensões e a potência da máquina esmagadora ultrapassam singularmente, nesta tragédia, os homens que fizeram de atôres e a mulher-criança que escapou de morrer.



Vítima da fama

B.B., como a maioria das jovens que atacam ao estrelato da grande indústria cinematográfica, não fugiu ao jogo das engrenagens de uma empresa que se tem prestado ao papel de fabricante de angústias e desesperos

NA UNIVERSIDADE DA AMIZADE

Jovens Brasileiros já Estudam em Moscou

A 1º de outubro tiveram início em Moscou as aulas da mais nova das universidades soviéticas, a Universidade da Amizade dos Povos. Fundada por decreto do governo da URSS no começo deste ano e destinada a jovens dos países subdesenvolvidos, a Universidade da Amizade dos Povos é hoje universalmente famosa.

E a fama lhe advém precisamente do anseio existente em todo o mundo por tomar contacto com a cultura soviética, com a ciência e a técnica de um país detentor, hoje, de fabulosas conquistas em todos os ramos da ciência e da técnica. Essas conquistas se tornaram possíveis graças à instrução pública, instrução para grandes massas, baseada em métodos verdadeiramente revolucionários. Reconhecem as vantagens da instrução soviética até mesmo especialistas norte-americanos, que se dedicam a um estudo acurado desses métodos.

Jovens de todo o mundo

Longo as primeiras notícias divulgadas no Brasil sobre a fundação da Universidade da Amizade dos Povos despertaram enorme interesse.

se. NOVOS RUMOS, o primeiro jornal brasileiro a divulgar as informações concernentes à UAP, recebeu numerosas cartas solicitando esclarecimentos, procedentes de todos os pontos do País.

E a Moscou foi ter um verdadeiro caudal de cartas de todos os países da América Latina, como da Ásia e África. O número de vagas para o primeiro ano — 500 — ficou muito aquém das solicitações feitas à reitoria da Universidade. Estas subiram a 25.000, além de muitos pedidos de informações. O maior número de pedidos para admissão na Universidade foi recebido da Índia, Indonésia, Brasil e Japão. São todos países de grande população e nos quais a maioria da juventude não dispõe de condições adequadas para estudar.

Critério para admissão

A Comissão de Admissão da Universidade da Amizade dos Povos dedicou quase um mês ao estudo das solicitações procedentes de todo o mundo. Iniciado a 1º de agosto, terminou a 25 daquele mês. O principal critério prévio seguido para admissão é o nível de preparo e

de conhecimento revelado pelos candidatos. Baseando-se no estudo dos documentos enviados pelo candidato, a Universidade o chama a Moscou, para o exame de admissão. A decisão definitiva é tomada pelo Conselho da Universidade, que é formado pelo reitor e representantes de organizações sociais fundadoras da instituição de ensino superior.

A viagem a Moscou — ida e volta — bem como a estadia na capital soviética (e regresso ao país de origem, caso não seja admitido) são custeadas pela Universidade.

O ensino é gratuito, e os alunos da nova Universidade, como todos os universitários soviéticos, recebem também um estipêndio mensal (900 rublos) para suas despesas pessoais. Essa importância corresponde aproximadamente ao salário mensal de um operário moscovita.

Os cursos

Na Universidade da Amizade dos Povos funcionam Faculdades de Engenharia, que prepara engenheiros de minas, de construções mecânicas e obras; Agricultura; Medicina; Filologia; Direito Internacional; Físicas e Matemáticas.

O primeiro ano da nova Universidade — uma vez que são todos os alunos estrangeiros — será dedicado ao estudo da língua russa. Para o bom aproveitamento do aluno, há na Universidade 120 professores, cada um dos quais terá a seu cargo no máximo 5 alunos.

Estudantes brasileiros

Vários estudantes brasileiros já se encontram em Moscou. São de diferentes Estados. Um dos primeiros a viajar para a capital soviética foi o jovem Clóvis Vilanova, de Minas Gerais. Era linotipista e estudante de curso técnico. Tem 22 anos.

De Pernambuco, seguiu José Arruda, de 26 anos, com curso de aeronáutica e prático em construção de estradas. Estava trabalhando no interior da Bahia quando obteve resposta favorável a seu pedido para ingresso na Universidade.

Do Espírito Santo, entre os numerosos jovens que solicitaram admissão, foi escolhida e já se encontra em Moscou Marieta Sales Dalmácio, diplomada em contabilidade pela Academia de Comércio Capi-xaba, de Vitória. Marieta (19 anos) vinha trabalhando com seu pai, sr. Clementino Dalmácio Santiago,



O embarque de Marieta

Você já imaginou a emoção desta jovem de 19 anos, ontem habitante da pacata cidade de Vitória do Espírito Santo, embarcando num avião a jato com destino a Moscou, para estudar na Universidade da Amizade dos Povos? Marieta foi escolhida entre numerosos jovens que solicitaram admissão no novo estabelecimento de ensino superior da URSS.

uma oficina de eletricidade da capital espírito-santense. A despedida de Marieta de seus amigos e conhecidos em Vitória foi uma pequena festa. Muitos conhecidos de sua família foram levá-la ao aeroporto do Galeão, no Rio, na semana passada.

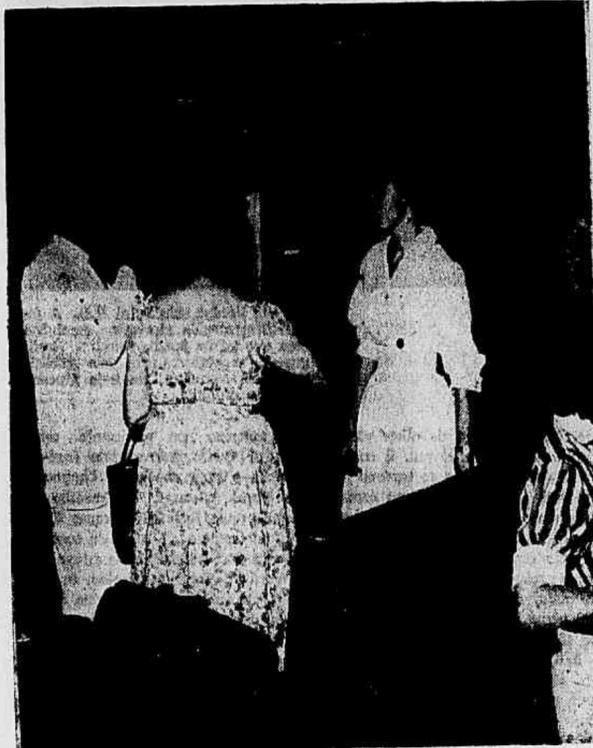
Do Rio, seguiu também para Moscou um jovem que já fizera o curso secundário na capital soviética, Paulo Facó (18 anos). Paulo escolheu a carreira de engenheiro geólogo.

De S. Paulo partiu o jovem Miguel José Draetta (24 anos) operário da fábrica Probel.

A sede da Universidade

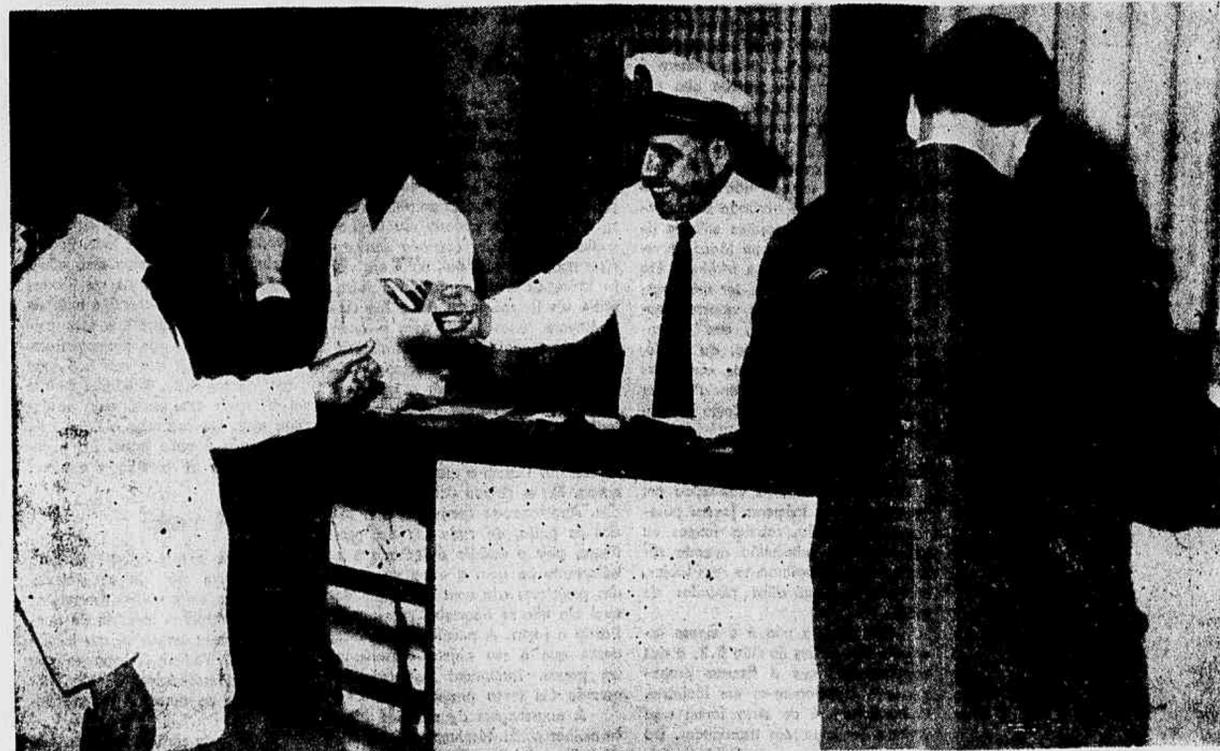
A nova universidade soviética funciona próximo ao centro de Moscou. Sua sede era até recentemente uma escola militar, que foi fechada devido às recentes desmobilizações efetuadas nos efetivos das forças armadas da URSS.

O funcionamento da Universidade da Amizade dos Povos vai contribuir consideravelmente para estreitar as relações culturais entre a União Soviética e os países subdesenvolvidos, mesmo quando não existam relações diplomáticas, como é o caso do Brasil. E este fato mostra como a vida impõe a normalização das relações entre todos os povos, vencendo obstáculos «oficiais», que impedem o nosso país de agir como países independentes que mantêm relações com a União Soviética, tais como Estados Unidos, Inglaterra, França, Itália, os grandes países asiáticos, as novas nações africanas, Uruguai, México e Cuba de Fidel Castro.



Ainda no Galeão

Ao embarque da jovem Marieta Dalmácio, no aeroporto do Galeão, compareceram amigos de seu pai, entre eles a senhora Clotilde Prestes e o advogado Sivalva Palmeira.



A entrega da ficha

O pai de Marieta recebe das mãos de um funcionário da Air France, no aeroporto do Galeão, a ficha de embarque de sua filha, que partia para Moscou, a fim de estudar na Universidade da Amizade dos Povos. Todos os jovens brasileiros que foram para a capital soviética receberam sua passagem, enviada pela Universidade, através daquela empresa francesa, que opera com aviões a jato. De Paris para Moscou, outro jato, o Caravelle, levava-os diretamente ao aeroporto local, depois de dia e meio na capital francesa.



A despedida no Galeão

Marieta, a jovem espírito-santense, despede-se no aeroporto do Galeão de seu pai, sr. Clementino Dalmácio Santiago, modesto proprietário de uma oficina de eletricidade de Vitória.



Dois amigos

Paulo Facó e José Arruda embarcaram juntos do Rio, a 22 de setembro, com destino a Moscou. Juntos desembarcaram na capital soviética e vão reunir-se aos demais brasileiros da UAP.

KRUSCHIOV NA ONU

E' a Hora da Libertação Integral Das Colônias

Iniciamos neste número a publicação da íntegra da Declaração Sôbre a Concessão da Independência aos Países e aos Povos Coloniais. A declaração foi apresentada ao exame da XV sessão da Assembléia Geral da ONU, a 23 de setembro, pelo chefe da delegação soviética e presidente do Conselho de Ministros da URSS, Nikita Kruschiov. O título e os entretitulos são da responsabilidade da redação de NOVOS RUMOS.

Os Estados fundadores da Organização das Nações Unidas assentaram sua Carta nos elevados e humanos ideais da igualdade de direitos e autodeterminação das nações e povos.

Nascida no período do triunfal término da segunda guerra mundial, as Nações Unidas cristalizaram as esperanças de que, junto com a barbárie e maldades do fascismo e do militarismo, desapareceriam a desigualdade e a escravização de algumas nações e povos por outros. Mas nem tôdas esperanças dos povos se viram concretizadas. Até agora não se resolveu um problema tão vital e palpitante como o de libertar a humanidade do oprobioso sistema colonial, herança do passado.

Nossa época é de renovação impetuosa da sociedade, época de instauração de formas de vida mais progressistas e justas, de desenvolvimento do poderio sem precedentes do homem sôbre as forças da natureza. É a hora da libertação integral e definitiva dos povos que padecem a escravização do colonialismo. Por isso, os Estados membros das Nações Unidas expõem solenemente suas convicções, propósitos e exigências sôbre a concessão da independência aos países e aos povos coloniais.

Não podem ser livres os povos que oprimem outros povos. Todo povo livre deve contribuir para que os povos ainda subjugados conquistem sua liberdade e independência.

Renascimento dos povos

A rápida libertação e emancipação dos países e povos é um fato notável de nosso tempo. Entretanto, durante o período da atual geração, dois terços da população do mundo viveram submetidos ao regime colonial. No final da primeira guerra mundial, vários países se libertaram das cadeias do jugo colonial e nacional. A bandeira da independência nacional, flutuante sôbre o mundo, é agora a insignia de centenas e centenas de milhares de homens em todos os continentes da Terra. Chegou a época de libertação e renascimento das nações, povos e tribos até há pouco oprimidos e subjugados. Dezenas de novos Estados passaram a formar parte da família de países independentes. As idéias democráticas de igualdade e autodeterminação das nações estão tomando formas concretas na realidade. **Acabou-se o mito**

O mito de que os povos das colônias são incapazes de governar e criar caiu por terra.

Ninguém pode dizer agora que os povos da Ásia, África e América Latina são incapazes de governar-se. Destacam-se e avolumam-se forças gigantescas que empreenderam a edificação da nova vida independente. Hoje em dia, o ajuste dos assuntos internacionais é inconcebível sem a participação da China Popular, sem o concurso dos povos livres da Índia, Indonésia, Birmânia, Ceilão, República Árabe Unida, Iraque, Gana, Guiné e outros Estados grandes e pequenos.

Agora ninguém pode dizer que a libertação das nações e povos que se encontram sob o jugo do colonialismo acarreta a extensão da zona de conflitos e choques entre os países. Ao contrário, a libertação nacional ampliou a zona de paz, enquanto que a opressão e a política colonialista conduziram e conduzem às guerras.

Agora já ninguém pode afirmar que a libertação das nações acarreta a decadência da economia, do comércio, das indústrias artesanais ou da agricultura. Pelo contrário, a experiência prova que precisamente a libertação política dos povos coloniais e a fundação de novos Estados independentes abrem o caminho para o desenvolvimento real da economia nacional.

Agora ninguém se atreve a afirmar que a libertação dos povos do jugo colonialista conduz à decadência da cultura. A vida demonstra que depois da libertação se inicia o renascimento, o desenvolvimento e progresso da cultura nacional, expande-se a instrução popular, melhora a higiene, preparam-se especialistas nacionais qualificados, aumentam as possibilidades de enriquecimento da cultura universal.

Com a libertação dos povos antes subjugados, saem ganhando não só os povos do Oriente, mas também os do Ocidente. A causa da libertação dos povos, de suas relações em pé de

igualdade e da manutenção da paz na terra assenta sôbre uma base mais firme.

Direito à independência

Mas a supressão do regime colonialista ainda não se completou.

Os Estados componentes das Nações Unidas não podem permanecer indiferentes ao fato de que nas antigas terras da África e Ásia, nas ilhas da Oceania, no solo do Caribe e outras regiões continuam padecendo o jugo do colonialismo mais de cem milhões de sôres. Os povos destes países têm direito à autonomia e independência nacional, entretanto, carecem ainda de direitos, estão subjugados. Nesses países seguem imperando a violência e a arbitrariedade, a lei fundamental é o lucro dos estrangeiros, cujos interesses representam tudo, enquanto que os direitos inalienáveis do homem e do povo não são nada. A predominância dos administradores estrangeiros, que desprezam e saqueiam os indígenas, as perseguições contra as tribos, a zombaria dos costumes nacionais, a desigualdade e os minguados direitos dos indígenas, o vergonhoso desprezo pelos seus interesses vitais, a humilhação da dignidade nacional e humana, tudo isso suscita profunda indignação em cada pessoa honrada.

Aí ressoa o látigo do guarda, cerceia cabeças o machado do verdugo.

Os povos das colônias não desejam viver escravizados e lutam por seus direitos e independência, por tudo que desfrutam outros povos. Mas no seu caminho se levantam os interesses egoístas dos círculos imperialistas do Ocidente que impedem a realização dos justos desejos dos povos. As guerras coloniais, as expedições punitivas, o saque descarado dos povos pelos monopólios, os tribunais militares e secretos, as reservas, as barreiras de côr, os presidios e campos de concentração: eis aí alguns métodos com os quais os colonizadores legais e ilegais tentam esmagar tudo que é vivo, independente e nacional nas colônias.

A Conferência dos povos da África e da Ásia estigmatizou justamente tudo isso, qualificando-o de fascismo colonialista.

Os partidários da manutenção do velho sistema de governo colonial recorrem, contudo, às ferozes medidas de repressão nas colônias. É certo que estas medidas dificultam a libertação. Mas a vida não segue seu curso? Por acaso as sangrentas repressões efetuadas durante decênios puderam conter a libertação da Indonésia? Por acaso o assassinio de dezenas e centenas de milhares de homens na Indochina salvaram a dominação colonial? Por acaso os crimes que agora se cometem contra os povos da África podem deter o processo impetuoso de libertação dos povos africanos?

Nenhuma força da opressão e despotismo poderá manter o caduco sistema colonialista. E não se pode dizer que os que caminham no caminho da liberdade estejam mortos. Não, estão vivos na mente dos povos e viverão eternamente como heróis da luta da libertação nacional.

Colonialismo agonizante

O colonialismo está agonizando. Mas, mesmo na sua última hora, é capaz de causar muitos padecimentos e vítimas, truncar ainda muitas vidas nas colônias e nas cidades, destruir muitas das riquezas criadas com o trabalho de muitas gerações.

As Nações Unidas fazem a todos os homens da terra, a todos os governos o apêlo de não observar impassivelmente as torturas dos povos coloniais. É possível ignorar os gemidos do povo de Quênia, onde há oito anos as autoridades colonialistas exterminam a população local, reclusa nas reservas, nos cárceres e nos campos de concentração; pode-se ver com indiferença as atribulações do povo de Omã, contra o qual se faz uma guerra de conquista? Quem pode permanecer impassível diante da constante repressão de que é objeto a povoação de Niasaland, Angola, Moçambique, Rodésia, Ruanda-Urundi, da África Sul-Occidental, Tanganica, Uganda e Iriã Occidental?

Não se pode permitir que em nossos dias, na época do progresso e das portentosas descobertas do gênio científico, de expansão imensa do poder do homem sôbre as forças da natureza, a França faça a guerra colonial na Argélia, empregando a aviação, a artilharia, os tanques, as bombas napalm e outros meios de extermínio maciço contra os argelinos que há quase seis anos lutam com valor e abnegação pela liberdade e independência de sua pátria. Centenas de milhares de argelinos foram exterminados, incendiaram-se e destruíram-se muitas cidades e aldeias argelinas, a quinta parte da população do país foi encerrada nos campos de concentração. Muitos filhos da França perecem na luta por essa injusta causa.

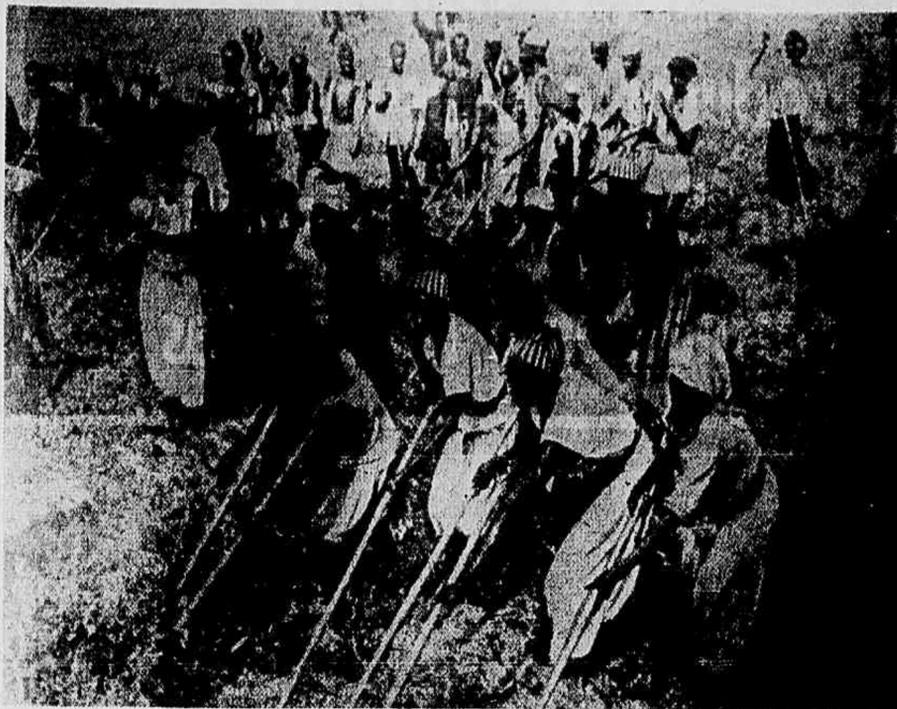
A "civilização" dos colonialistas

Pode-se tolerar por mais tempo esta situação? Não, não se pode, se se apreciam os interesses da grande causa da paz, os interesses do humanismo e do progresso.

Em nome de que fazem guerras sangrentas contra os povos aquêles que não querem abandonar o sistema colonialista? Em nome de que se sufocam os desejos de liberdade dos povos oprimidos? As vezes se diz que isto se faz pelo bem da «civilização» dos países menos desenvolvidos, com o objetivo de prepará-los para a autonomia.

Mas isto é uma falsidade que se apresenta com foros de verdade.

Que civilização alcançaram os cinco séculos de tirânico governo colonialista dos países africanos de Angola, Moçambique e a Guiné Portuguesa, cuja extensão é maior do que a metade da Europa ocidental e tem onze milhões de habitantes? Trouxeram a miséria e a arbitrariedade, a exploração das terras pela violência, terras regadas pelo suor de muitas gerações, a expulsão de seus proprietários para distritos áridos e de fome.



Na época das astronaves...

Esses lugares padecem de forma feroz a arbitrariedade, a fome, a ignorância e as enfermidades, neles se conservaram de fato a escravidão e o trabalho forçado. Não há ali um único centro de ensino superior, falta quase totalmente a instrução secundária.

Como pode Portugal cometer atualmente semelhantes desmandos nas colônias? Com que fundamento?

Em meio século de dominação colonial belga, a população do Congo se reduziu a menos da metade como resultado das expedições punitivas, da fome e das enfermidades. Ao proclamar-se a independência da República do Congo eram poucos os habitantes que sabiam ler e escrever.

Não é melhor a situação em outras colônias africanas.

É claro, em umas e outras regiões coloniais se construíram estradas, aeródromos, portos, se abriram minas e algumas escolas. Mas tudo isto foi feito com o objetivo de explorar os indígenas e saquear as riquezas naturais das colônias.

Também é uma falsidade premeditada afirmar que o sistema colonialista é necessário para impedir os choques e guerras fratricidas entre as tribos e povos das colônias. Os acontecimentos do Congo evidenciam que o colonialismo vive empregando as discórdias e atingindo artificialmente as contradições entre as tribos e os povos. O colonialismo se esforça para enfraquecer sua luta de libertação comum. O lema dos colonizadores continua sendo: «Divide e vencerás!»

Que lemas figuram nas bandeiras dos povos da Ásia e da África que lutam pela sua liberdade e independência nacional? Os lemas de paz e unidade de Bandung e Aca.

Fazendo-se surdos à voz da justiça, os povos colonizadores querem conservar as fronteiras estendidas arbitrária-

A exploração colonialista na África impede que se desenvolva todo o potencial de progresso que o continente encerra. A agricultura africana, nos países dominados, é totalmente baseada na enxada e demais instrumentos rudimentares de trabalho incompatíveis com o século da conquista do cosmos. É uma contradição que deverá ser resolvida em pouco tempo.

mente que dividem os povos e as tribos, assim como as zonas econômicas da África que se sentem afins, querem solapar a unidade e integridade territorial de muitos países.

Imperativo da época

A Organização das Nações Unidas convoca os povos e Governos sem distinção, onde quer que se encontre sua pátria — no Oriente ou Ocidente, no Norte ou no Sul —, a propor-se uma questão que a própria vida hoje apresenta: — Por acaso o putrefato regime colonialista está de acôrdo com os ideais dos povos e com as possibilidades do século atual?

Bastará comparar somente o desenvolvimento dos países independentes da Europa ou da América do Norte e o desenvolvimento das colônias da África durante o século passado para ver claramente que o caminho do colonialismo é um caminho de regressão, caminho de extinção lenta, de esmagamento e degradação dos países subjugados pela violência.

Enquanto que nos países economicamente desenvolvidos, a indústria, os transportes, a agricultura, a ciência e a cultura alcançaram alto nível, apareceram os navios de propulsão atômica e se lançaram ao espaço cósmico corpos celestes artificiais, a África, terra de fabulosas riquezas, ficou atarsoada, convertendo-se no continente da fome, onde na agricultura, do mesmo modo que há milênios atrás, os principais instrumentos de trabalho são a enxada, o arado de madeira e os paus pontiagudos, onde impera o sistema agrícola primitivo que conduz ao esgotamento e erosão do terreno.

Entre os Estados independentes, de indústria altamente desenvolvida e os países coloniais abre-se um verdadeiro abismo; isso quando a Ásia e a África foram há tempos o berço de grandes

civilizações que enriqueceram a cultura e a civilização de outros povos.

Com efeito, o principal objetivo do regime colonialista é a obtenção de enormes lucros para os grandes monopólios estrangeiros que se apoderaram das posições econômicas e chaves das colônias e que por todos os meios e maneiras extraem delas riquezas e valores. Por esta razão, tôda economia das colônias é uma economia de exploração, uma economia que, estando subordinada, antes de tudo, aos interesses estreitos e necessidades do mercado dos países mais adiantados no terreno industrial, se desenvolve lentamente, em sentido tortuoso e unilateral.

Industrialização

Somente depois da libertação de Gana se reconheceu que o seu futuro não está unicamente na produção do cacau, mas na criação de uma indústria moderna com amplo emprego das grandes fontes de energia hidráulica e das riquíssimas jazidas de bauxitas que dispõe e que sua importância sob o ponto de vista da economia mundial reside principalmente nisso.

Sob o regime colonialista tampouco puderam achar emprego os enormes recursos de energia hidráulica da República do Congo que, pela sua potência, se aproximam do volume atual de produção de energia elétrica em todos os países da Europa Occidental juntos. E isso, quando somente o emprego de tais recursos permitiria desenvolver totalmente a exploração das colossais riquezas minerais e elevar o nível da agricultura na República do Congo, assim como transformar de modo considerável tôda a fisionomia econômica dos países da África Central e melhorar muito o bem-estar de sua população.

Está provado cientificamente que todos os países do continente africano, como os de outros continentes, dispõem de riquezas enormes e variadas em alto grau ainda inexploradas. Estas riquezas podiam ser postas a serviço dos povos destes países e, com isso, a serviço de tôda a humanidade. Mas o regime colonialista mantém, artificial e intencionalmente, o atraso econômico das colônias, impede sua industrialização e o aproveitamento racional dos seus recursos. Paralelamente há o inaudito desperdício dos bens sociais, perdas enormes de trabalho, o predomínio do método parasitário, de um só produto, na economia das colônias, adaptada para satisfazer as necessidades egoístas das metrópoles.

O nível atual do desenvolvimento industrial e técnico, os novos progressos da ciência, agricultura e a cultura permitem pôr tôdas estas enormes riquezas a serviço dos povos em um prazo relativamente breve. No entanto, para seu aproveitamento é necessário, antes de tudo, conceder aos povos os direitos de existência independente, pôr fim ao regime colonialista, dar assistência econômica à exploração destas riquezas. Isto permitirá elevar o bem-estar da população indígena, ampliar a capacidade do mercado interior, terminar com o analfabetismo atual, com a carência de especialistas nacionais, com a preponderância do sistema de um só produto, na economia das colônias. As formas colonialistas são incompatíveis com a solução de semelhantes tarefas, assim como com os grandes progressos técnicos, que são parte inalienável da moderna civilização.

Os lucros da exploração das colônias não são para os povos, mas, principalmente, para os grandes monopólios estrangeiros, para os multimilionários. Tanto os povos do Oriente como os do Ocidente têm que pagar forte tributo ao colonialismo. O petróleo e o café, a borracha e o algodão, cobs e os plátanos, as diversas matérias-primas e comestíveis procedentes das colônias se vendem dezenas de vezes mais caros do que se compram no lugar.



Nem a beleza o comove

Bem vestido, de chapéu, o branco da foto está completamente indiferente à nudez, bela não obstante refletir miséria, das africanas da tribo Comagui, que vieram ao mercado de Youkounkoun vender sua mercadoria, o amendoim. Essa indiferença embriagada dos colonialistas, mais que à estética, refere-se às humanas condições de vida dos povos da África ainda subjugada pelos que vêem na desgraça dos povos exclusivamente os lucros que podem auferir para viver faustosamente nas metrópoles.

COFAP FAZ VISTA GROSSA:

Produtor e Consumidor Suam Para Enriquecer Frigoríficos Marchantes e Invernistas



Todo mundo rouba ninguém reage

Quando a carne entra no açougue, seu preço aumenta 50%, segundo a própria COFAP já reconheceu em vários de seus relatórios. Os açougueiros não têm condições para impor aos frigoríficos e marchantes uma diminuição do preço e preferem tirar também sua parte. A COFAP tem tudo o necessário para vender carne diretamente ao povo, pressionando uma baixa do produto, mas também ela fica quieta.



Frigoríficos estão com tudo

Ao contrário do que acontece com os criadores, os marchantes e os açougueiros, os frigoríficos possuem instalações, capital e condições para poder vender carne barata, além do fato de que do boi eles só não aproveitam o berrão. Vender barato, entretanto, não está nos planos dos frigoríficos estrangeiros. Compram barato, vendem caro e embolsam os lucros, impedindo a grande maioria da população de consumir o produto.



Carne sobe mais do que o boi

Nos últimos dez anos, o preço da carne foi multiplicado por vinte, enquanto o preço do boi gordo vendido pelos invernistas aos frigoríficos subiu cerca de doze vezes e o aumento para o criador foi de menos de oito vezes. Em outras palavras, o consumidor e o produtor passam dificuldades para garantir lucros por culpa dos frigoríficos, invernistas e marchantes. A Cofap finge ignorar esses abusos.



Marchantes: intermediários inúteis

Depois dos frigoríficos, os marchantes são os maiores responsáveis pelo alto preço da carne e pelas constantes elevações do produto. Geralmente utilizam os matadouros municipais, pagando uma ninharia para abater o gado e depois vendendo o produto a preços extorsivos aos açougueiros. Os marchantes dominam entre um terço e a metade do abastecimento de carne dos principais centros brasileiros, cabendo cerca de 50% aos frigoríficos e o resto, quando existe, a pequenos empresários. Além disso, os marchantes ajudam os frigoríficos em sua campanha para evitar que os matadouros municipais vendam diretamente a carne aos açougueiros ou ao público.

NOVOS RUMOS



Métodos primitivos

Os açougues que servem a maioria absoluta da população utilizam métodos extremamente primitivos e só vendem carne (quando poderiam vender outros produtos alimentícios) a que custa muito o produto para o consumidor.